BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 03 | março 2021

Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: março de 2021

Elaborado com informação disponível até ao dia 31 de março.

Editores:

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
Ministério das Finanças
Rua da Alfândega 5-A
1110 – 016 Lisboa
Telefone: +351 21 882 33 90
URL: http://www.gpeari.gov.pt
E-Mail: bmep@gpeari.gov.pt

Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia
Rua da Prata, 8
1149-057 Lisboa
Telefone: +351 21 792 13 72
URL: http://www.gee.gov.pt
E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

ISSN: 1848-11012

(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura 5

Sumário 7

1. Enquadramento Internacional 11

2. Conjuntura Nacional 15

3. Comércio Internacional 26

Destaques 31

Alterações climáticas e resiliência económica 33

Em Análise 43

Comércio internacional de mercadorias de Portugal com Espanha - 2016 a 2020 43

Comércio internacional da pesca, preparações, conservas e outros produtos do mar (2019 e 2020) 55

Iniciativas e Medidas Legislativas 71

Lista de Acrónimos 81

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- A atividade económica mundial recuperou no início do ano devido sobretudo ao forte crescimento dos países emergentes e à melhoria dos EUA; em simultâneo, assiste-se ao aumento dos receios na área do euro, associados a novas restrições à mobilidade com vista a travar a pandemia de COVID-19.
- Em janeiro de 2021, a produção industrial mundial aumentou 7,5% em termos homólogos (1,1% no mês precedente). devido ao crescimento significativo dos países emergentes, tendo o comércio mundial de mercadorias sido também mais positivo.
- No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2021, o indicador de sentimento económico da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) melhorou ligeiramente, tendo a taxa de desemprego, em janeiro, sido de 7,3% e 8,1%, respetivamente.
- Em março de 2021 e, até ao dia 26, o preço do petróleo Brent aumentou para 66 USD/bbl (55 €/bbl), após a OPEP e os seus parceiros terem decidido, no início do mês, manter os atuais níveis de produção até abril.
- Em março, as taxas de juro de curto prazo desceram muito ligeiramente nos EUA e praticamente mantiveram-se na área do euro; concomitantemente, os prémios de risco dos países periféricos da área do euro desceram.
- Em finais de março de 2021, o euro depreciou-se face ao dólar, tendo atingido 1,18 no dia 26, tendo os índices bolsistas internacionais recuperado no final do primeiro trimestre, refletindo o otimismo dos investidores em torno de uma melhoria dos indicadores de atividade e a continuidade de uma política monetária acomodatícia por parte dos bancos centrais.

Conjuntura Nacional

- De acordo com os dados publicados pelo INE, no mês de março, o indicador de clima económico registou uma recuperação, invertendo a redução observada no mês anterior.
- Em março, verificou-se uma melhoria nos indicadores de confiança na indústria transformadora, no comércio e nos serviços, tendo estabilizado no setor da construção e obras públicas.
- No trimestre terminado em fevereiro, comparativamente com o quarto trimestre de 2020, verificou-se uma queda no índice de produção no setor da indústria transformadora e o índice de volume de negócios do comércio a retalho registou uma contração.
- No trimestre terminado em janeiro, comparativamente com o quarto trimestre de 2020, verificou-se uma melhoria no índice de produção no setor da construção e obras públicas e nos índices de volume de negócios nos setores da indústria transformadora e dos serviços.
- No trimestre terminado em janeiro, o indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registou uma taxa de variação homóloga de -0,7%, interrompendo o perfil de crescimentos homólogos registados entre setembro e dezembro de 2020.
- Em termos homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o trimestre terminado em janeiro, apontam para uma redução das exportações de 5,8% e das importações de 12,1% (-3,2% e -10,2% no quarto trimestre de 2020, respetivamente).

- O défice da balança corrente, em janeiro de 2021, foi de 283 milhões de euros, o que representa uma pioria de 142 milhões de euros em termos homólogos. No mesmo período registou-se uma capacidade de financiamento da balança corrente e de capital de 17 milhões de euros.
- Em fevereiro, o total de desempregados registados aumentou 36,8% relativamente a fevereiro de 2020.
- A variação homóloga do IPC e do IPC subjacente em fevereiro foi de 0,5% e 0,7% respetivamente; no setor industrial, os preços diminuíram 2% neste mesmo mês.
- No final de fevereiro de 2021, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um défice de 1 153 milhões de euros, um resultado pior que o verificado no período homólogo, quando se verificou um excedente de 1 351 milhões de euros. O saldo primário registou um excedente de 239 milhões de euros (deteriorou-se 2 560 milhões face ao período homólogo).
- A queda da receita resultou sobretudo da diminuição da *Receita Fiscal* e das *Contribuições de Segurança Social*, fruto do impacto da COVID-19 na atividade económica. Do lado da despesa, destaca-se o crescimento das *Transferência Correntes* e das *Despesas com Pessoal*.
- Por subsetores, a Administração Central apresentou um défice de 1 934 milhões de euros, a Administração Regional e Local apresentou um excedente 349 milhões de euros, e a Segurança Social registou um excedente de 432 milhões de euros.
- De acordo com o Banco de Portugal, no final de janeiro de 2021, a dívida pública atingiu 269 869 milhões de euros, um alívio de 623 milhões de euros face ao mês anterior, e mais 19 891 milhões de euros que no final de 2019. A dívida líquida de depósitos das administrações públicas registou um aumento de 74 milhões de euros face ao final de dezembro e mais 11 177 milhões de euros que no final de 2019.
- Em fevereiro, a dívida direta do Estado atingiu 269 969 milhões de euros, mais 4 303 milhões de euros que no final do mês anterior em parte explicada pela emissão líquida de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes de Tesouro no valor de 3 000 e 1 254 milhões de euros respetivamente. A dívida após cobertura cambial fixou-se em 272 606 milhões de euros.

Comércio Internacional

- Os ***resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional*** recentemente divulgados[1] apontam para um decréscimo homólogo das exportações de mercadorias de (-9,8%) no primeiro mês de 2021. Neste mesmo período, as importações decresceram (-17,2%), o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 43%, correspondendo a 630 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 84,8%, mais 6,9 p.p. que em igual período de 2020.
- No primeiro mês de 2021, o decréscimo homólogo das exportações de mercadorias (-7,2%), excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao decréscimo das exportações totais. As importações registaram uma variação homóloga negativa superior ao decréscimo das exportações (-12,6%), o que levou a uma melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial em 38,4%.
- No último ano a terminar em janeiro de 2021, as exportações de mercadorias diminuíram 11,3% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo do "Material de transporte

[1] Resultados mensais preliminares de janeiro de 2021.

terrestre e suas partes" (-2,6 p.p.), "Energéticos" (-2,5 p.p.), "Têxteis, vestuário e seus acessórios" (-1,1 p.p.), "Máquinas, aparelhos e suas partes" e "Produtos acabados diversos" (ambos com -0,9 p.p.), e "Químicos", "Madeira, cortiça e papel", "Minérios e metais" (todos com -0,8 p.p.).

* Em janeiro de 2021, as exportações para o mercado comunitário registaram uma taxa de variação homóloga negativa de (-6,8%) e contribuíram em (-4,9 p.p.) para o decréscimo das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-14 diminuíram (-7,4%) e as referentes aos países do Alargamento aumentaram (2,1%), sendo os respetivos contributos para o decréscimo do total das exportações de (-5,0 p.p.) e (+0,1 p.p.). As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (27,4% do total de janeiro de 2021), registaram o maior contributo Intra UE (-1,2 p.p.), conjuntamente com a Alemanha (-1,3 p.p.), para o decréscimo das exportações, seguidas das exportações para França (-0,8 p.p.).

* No primeiro mês de 2021, as exportações para os Países Terceiros diminuíram (-17,6%), passando a representar 25,7% do total das exportações nacionais (-2,5 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (+17,4%) e Marrocos (+14,8%), e a redução significativa das exportações para Angola (-36%) e Brasil (-29,3%).

* De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de janeiro de 2021, as Exportações de Bens e Serviços registaram uma redução homóloga de (-20,9%) no ano de 2021. A componente de Bens registou um melhor desempenho relativo face à dos Serviços (-9,3% e -44,1%, respetivamente), tendo a componente de Serviços contribuído (-14,7 p.p.) para a redução do total das exportações.

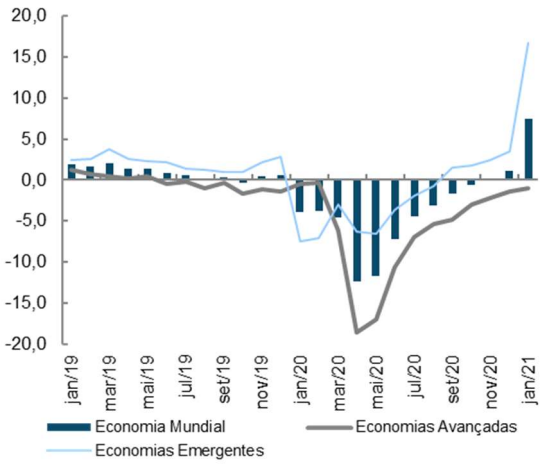
1. Enquadramento Internacional

A atividade económica mundial recuperou no início do ano devido sobretudo ao forte crescimento dos países emergentes e à melhoria verificada nos EUA; em simultâneo, assiste-se ao aumento dos receios na área do euro associados a novas restrições à mobilidade com vista a travar a pandemia de COVID-19.

Atividade Económica Mundial

Em janeiro de 2021, o crescimento da produção industrial mundial aumentou para 7,5% em termos homólogos (1,1% no mês precedente), devido ao crescimento significativo dos países emergentes (quase 17%).

Figura 1.1.Produção Industrial
(VH, em %)



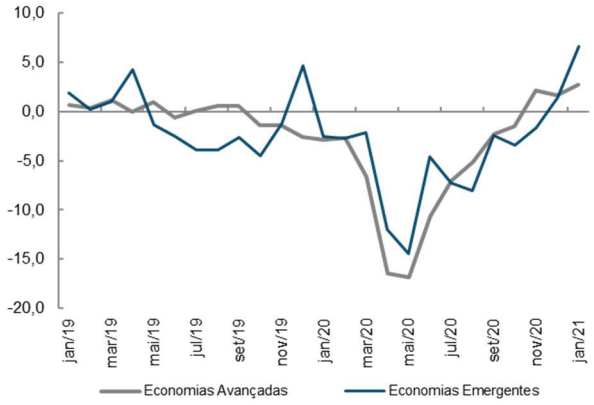
Fonte: CPB.

O comércio mundial de mercadorias também foi mais positivo, resultando sobretudo de um reforço das exportações.

Com efeito, em janeiro de 2021 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial registou um crescimento de 5,7% (1,3% no mês anterior);
- o crescimento das exportações e importações mundiais aumentou para 7,6% e 3,9%, respetivamente (1% e 1,6%, respetivamente, no mês anterior).

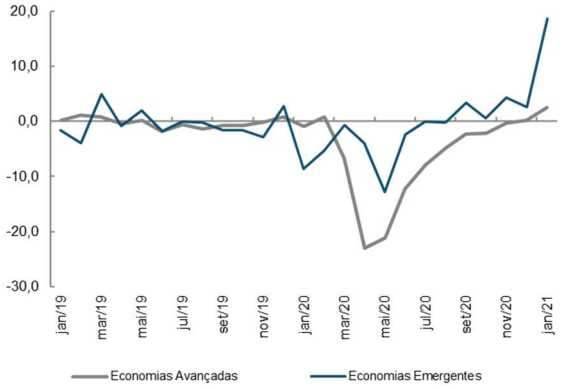
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

As trocas comerciais registaram uma forte melhoria nos países emergentes, especialmente em termos de exportações, as quais cresceram cerca de 19% em termos homólogos, em janeiro.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	2020	2019	2020				2020			2021
			4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	-4,4	0,3	-4,1	-10,5	-3,1	0,2	-0,6	0,1	1,1	7,5
Economias Avançadas	VH	-6,4	-1,4	-2,3	-15,4	-5,7	-2,2	-3,0	-2,2	-1,4	-1,0
Economias Emergentes	VH	-2,3	1,9	-5,8	-5,5	-0,4	2,6	1,8	2,4	3,5	16,7
Comércio Mundial de Mercadorias	VH real	-5,3	-0,8	-3,4	-14,0	-4,1	0,2	-1,7	1,1	1,3	5,7
Importações Mundiais	VH real	-5,5	-1,4	-3,6	-13,4	-5,2	0,2	-2,1	1,0	1,6	3,9
Economias Avançadas	VH real	-5,7	-1,8	-4,1	-14,7	-4,8	0,8	-1,5	2,2	1,6	2,7
Economias Emergentes	VH real	-5,0	-0,5	-2,5	-10,4	-5,9	-1,2	-3,5	-1,6	1,4	6,6
Exportações Mundiais	VH real	-5,2	-0,3	-3,2	-14,7	-3,1	0,3	-1,3	1,2	1,0	7,6
Economias Avançadas	VH real	-6,7	-0,1	-2,3	-18,8	-5,1	-0,8	-2,2	-0,4	0,2	2,4
Economias Emergentes	VH real	-2,0	-0,7	-4,9	-6,5	1,0	2,5	0,6	4,4	2,5	18,6

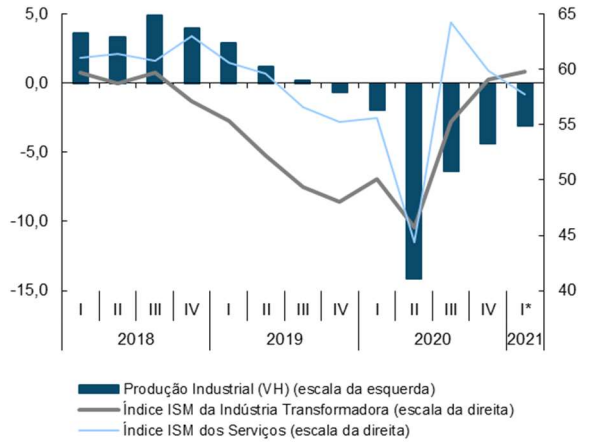
Fonte: CPB.

Atividade Económica Extra-UE

O PIB em volume do G20 desacelerou no quarto trimestre de 2020, tendo aumentado 2,1% em cadeia em termos reais (7,8% no período precedente) devido ao agravamento da pandemia de COVID-19.

A taxa de desemprego da OCDE elevou-se para 6,8%, em janeiro de 2021 (5,2% em fevereiro de 2020, mês anterior à forte expansão da pandemia no hemisfério ocidental) e a taxa de inflação acelerou para 1,5% (1,2% no mês anterior) refletindo, em parte, a recuperação dos preços de energia.

Figura 1.4. Produção Industrial e Indicadores de Confiança dos empresários dos EUA



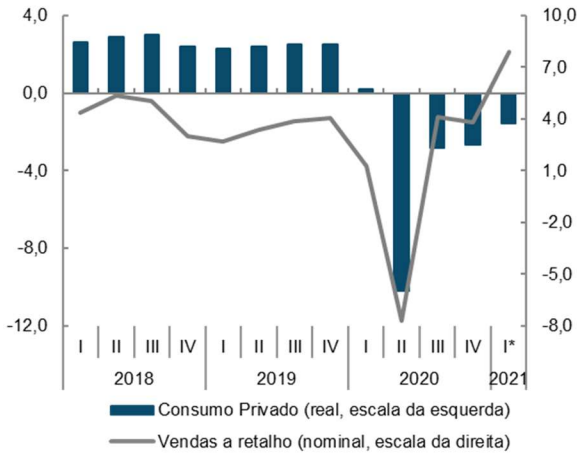
Fontes: Federal Reserve; ISM. * Média de janeiro e fevereiro

Os indicadores disponíveis para os **EUA** no primeiro trimestre de 2021 indicam uma melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho. Assim, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2021, e em termos homólogos nominais:

- a produção industrial diminuiu 3,1% (-4,3% no quarto trimestre de 2020), em linha com o aumento do indicador de confiança dos empresários da indústria, enquanto o dos serviços recuou dado ser mais afetado pelas novas restrições;
- as vendas a retalho apresentaram um crescimento robusto e o consumo privado apresentou uma quebra menos significativa (-1,6%).

Em fevereiro de 2021, a taxa de desemprego desceu para 6,2% (6,3% no mês anterior) e a taxa de inflação homóloga subiu para 1,7% (1,4% em janeiro).

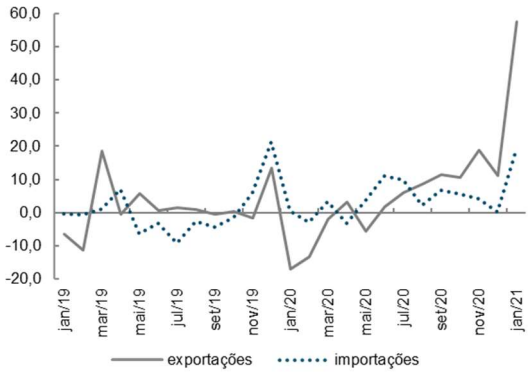
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fontes: *Bureau of Economic Analysis; Census Bureau. * Média de janeiro e fevereiro.*

A atividade económica da **China** continuou a expandir-se fortemente no primeiro trimestre de 2021, traduzindo, em parte, os efeitos de base associados ao impacto da COVID-19 na quebra expressiva da economia no trimestre homólogo de 2020.

Figura 1.6. Comércio Externo de Mercadorias da China
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

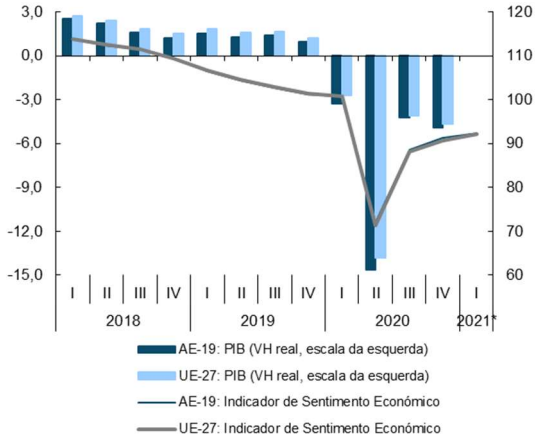
Indicador	Unidade	2020	2019	2020				2020		2021	
			4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
EUA – PIB real	VH	-3,5	2,3	0,3	-9,0	-2,8	-2,4	-	-	-	-
Produção Industrial	VH	-6,7	-0,7	-1,9	-14,2	-6,3	-4,3	-4,8	-3,5	-2,0	-4,2
ISM da Indústria Transformadora	Índice	53,8	48,1	50,0	45,7	55,2	59,1	57,5	60,5	58,7	60,8
ISM dos Serviços	Índice	56,0	55,2	55,6	44,3	64,2	59,9	58,0	60,5	59,9	55,5
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	81,5	97,2	96,6	74,1	75,7	79,8	76,9	80,7	79,0	76,8
Taxa de Desemprego	%	8,1	3,6	3,8	13,1	8,8	6,8	6,7	6,7	6,3	6,2
China – PIB real	VH	2,3	6,0	-6,8	3,2	4,9	6,5	-	-	-	-
Exportações mercadorias	VH real	2,8	3,8	-10,6	-0,4	8,7	13,4	18,9	11,1	57,5	:
Japão – PIB real	VH	-4,8	-1,0	-2,1	-10,3	-5,8	-1,3	-	-	-	-

Fontes: BEA, Federal Reserve, ISM, Michigan, BLS, NBSC, CPB e COGJ.

Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2021, o indicador de sentimento económico da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) melhorou ligeiramente.

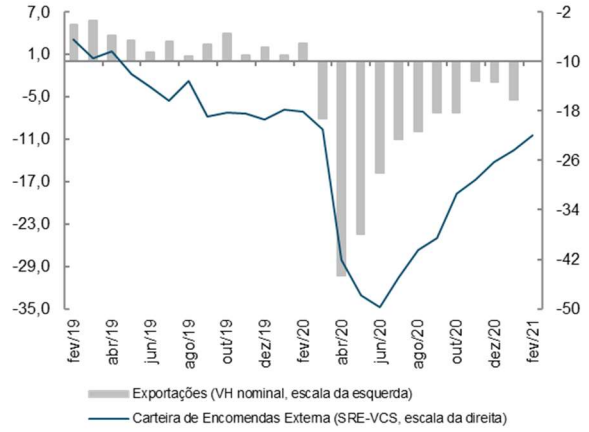
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico da União Europeia



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * Média de janeiro e fevereiro.

Os indicadores quantitativos para a área do euro para o mês de janeiro de 2021 indicam uma deterioração da produção industrial e das exportações de bens, a par de uma quebra significativa das vendas a retalho, refletindo as maiores restrições à mobilidade.

Figura 1.8. Exportações de Bens e Encomendas Externas da Área do Euro



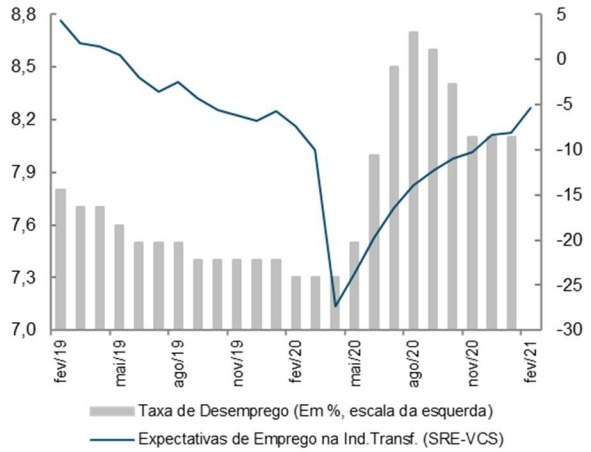
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em janeiro de 2021, a taxa de desemprego foi de 7,3% e 8,1%, respetivamente, na UE e AE, tendo subido 0,7 p.p., em ambos os casos, face a janeiro do ano transato.

Em fevereiro de 2021, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram na indústria transformadora e nos serviços, estabilizaram no comércio a retalho e pioraram na construção.

No quarto trimestre de 2020, o emprego da AE diminuiu 1,9% em termos homólogos (-2,1% no terceiro) e a quebra da produtividade foi mais pronunciada; no entanto, em termos horas trabalhadas, a produtividade melhorou 0,7% (0,3% no período precedente).

Figura 1.9. Mercado de Trabalho da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em fevereiro de 2021, a taxa de inflação homóloga da área do euro manteve-se em 0,9%, resultando da recuperação dos preços de energia; compensada pelo abrandamento das restantes componentes. Em termos de variação média dos últimos 12 meses, a taxa de inflação global estabilizou em 0,2%.

Na área do euro, os custos horários do trabalho na indústria e nos serviços mercantis aceleraram para 2,6% em termos homólogos nominais no quarto trimestre de 2020 (1,3% no terceiro).

Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

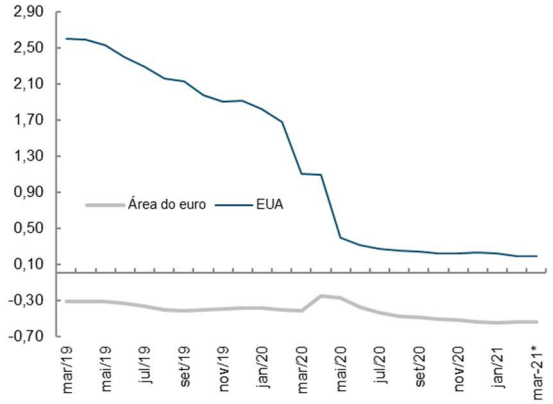
Indicador	Unidade	2020	2019	2020				2020		2021	
			4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	-6,2	1,2	-2,7	-13,8	-4,1	-4,6	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico (UE-27)	Índice	87,8	101,5	100,9	71,4	88,1	90,8	88,7	91,7	91,2	93,1
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	-6,6	1,0	-3,3	-14,6	-4,2	-4,9	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	88,2	101,2	100,8	72,0	88,5	91,4	89,3	92,4	91,5	93,4
Produção Industrial	VH	-8,5	-2,1	-5,7	-20,1	-6,7	-1,4	-1,0	0,3	-0,5	:
Vendas a Retalho	VH real	-1,2	2,2	-1,3	-6,7	2,4	0,9	-2,1	0,6	-6,3	:
Taxa de Desemprego	%	7,9	7,4	7,3	7,6	8,6	8,2	8,1	8,1	8,1	:
IHPC	VH	0,3	1,0	1,1	0,2	0,0	-0,3	-0,3	-0,3	0,9	0,9

Fontes: Eurostat e CE.

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em março de 2021 (até ao dia 26), as taxas de juro de curto prazo fixaram-se em 0,19%, nos EUA, e em -0,54%, na área do euro.

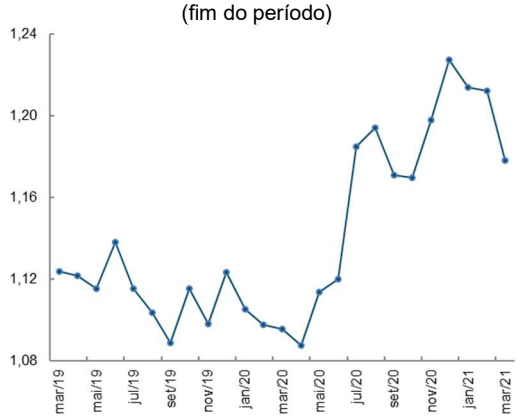
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE. * Média até ao dia 26.

As taxas de juro de longo prazo têm vindo a evoluir no sentido ascendente nos EUA, para cerca de 1,7% no dia 26 de março (1,4% no final de fevereiro) refletindo os riscos de algum sobreaquecimento desta economia, influenciado, em parte, pelo pacote de estímulos fiscais aprovado (1,9 biliões de dólares).

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar
(fim do período)

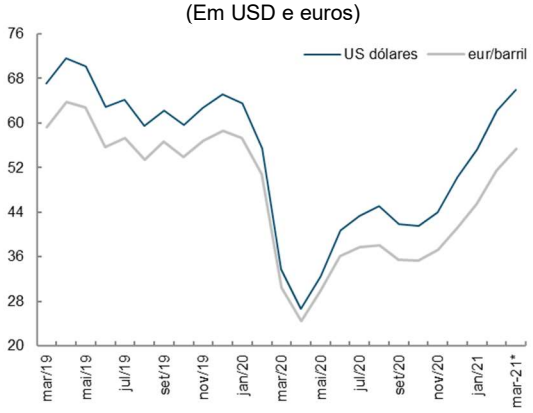


Fonte: Banco de Portugal. Para março de 2021, o valor é do dia 26.

O euro depreciou-se face ao dólar para 1,18 a 26 de março de 2021, culminado numa desvalorização de 4% em relação ao final de 2020. Esta evolução refletiu, em parte, os receios associados ao aumento de contágios e às novas restrições à mobilidade na área do euro.

Em fevereiro de 2021, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado subiu para cerca de 45 (por memória, o valor 100 foi atingido durante a crise petrolífera de 1979).

Figura 1.12. Preço médio *Spot* do Petróleo *Brent*
(Em USD e euros)



Fontes: DGEG e Banco de Portugal. * Média até ao dia 26.

Em março de 2021 e, até ao dia 26, o preço do petróleo Brent aumentou para 66 USD/bbl (55 €/bbl) após a OPEP e os seus parceiros terem decidido, no início do mês, manter os atuais níveis de produção até abril.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	2020	2019	2020				2020		2021	
			4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
Taxa Euribor a 3 meses*	%	-0,55	-0,38	-0,36	-0,42	-0,50	-0,55	-0,53	-0,55	-0,55	-0,53
Yield OT 10 anos - EUA**	%	0,89	1,79	1,38	0,68	0,65	0,86	0,87	0,93	1,06	1,25
Yield OT 10 anos - Área do euro**	%	0,21	0,27	0,28	0,46	0,17	-0,05	-0,06	-0,09	-0,06	0,06
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	1,227	1,123	1,096	1,120	1,171	1,227	1,198	1,227	1,214	1,212
Dow Jones*	VC	7,2	6,0	-23,2	17,8	7,6	10,2	11,8	3,3	-2,0	3,2
DJ Euro Stoxx50*	VC	-4,6	4,9	-25,6	16,0	-1,3	11,8	18,1	2,3	-2,5	4,5
Spot do Petróleo *Brent* em USD/bbl **	USD/bbl	43,22	62,50	50,94	33,29	43,40	45,26	44,00	50,23	55,31	62,29
Spot do Petróleo *Brent* em USD/bbl **	VH	-32,6	-8,2	-20,3	-51,2	-30,0	-27,6	-29,8	-22,9	-13,0	12,3
Spot do Petróleo *Brent* em euros/bbl **	VH	-33,9	-5,4	-17,9	-50,3	-33,5	-32,8	-34,5	-29,6	-20,7	1,2
Preço Relativo do Petróleo em euros ***	1979=100	36,9	50,8	48,4	23,1	34,1	32,7	30,9	35,6	40,7	44,6

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflator do PIB em Portugal.
Fontes: BdP, Eurostat, Yahoo, DGEG e GEE.

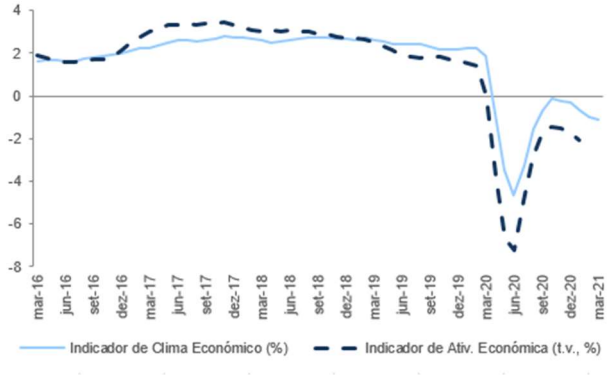
2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE, o indicador de clima económico registou, em março, uma melhoria, depois de ter vindo a piorar nos dois meses anteriores.

Figura 2.1. Clima e Atividade Económica

(SRE, MM3)

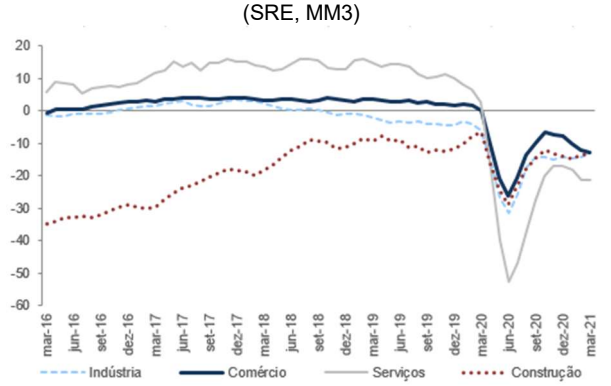


Fonte: INE

De acordo com o INE, em termos mensais, em março observou-se uma melhoria dos indicadores de confiança na indústria transformadora, no comércio e nos serviços, iniciando a recuperação da queda verificada nos primeiros meses do ano, tendo-se mantido estabilizado no setor da construção e obras públicas.

Figura 2.2. Indicadores de confiança

(SRE, MM3)



Fonte: INE

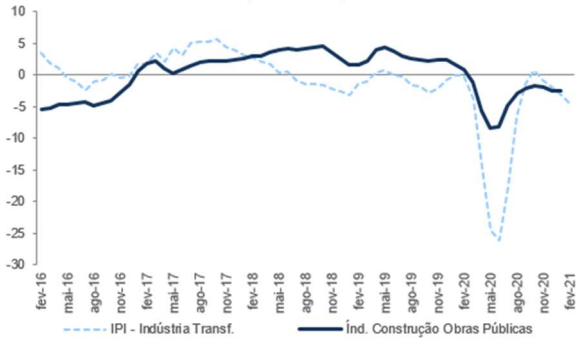
No trimestre terminado em janeiro, o indicador de atividade económica registou uma queda de 2,1% (que compara com uma queda de 1,7% no quarto trimestre de 2020).

Numa perspetiva setorial, os dados, em termos médios homólogos, mostram que:

- Na indústria transformadora, o índice de volume de negócios apresentou uma redução de 7,8% no trimestre terminado em janeiro de 2021 (-6,7% no quarto trimestre de 2020) e o índice de produção apresentou uma queda de 4,6% no trimestre terminado em fevereiro (-2% no quarto trimestre de 2020);
- No setor da construção e obras públicas, o índice de produção registou uma queda de 2,4% no trimestre terminado em janeiro (-2,6% no quarto trimestre de 2020);
- No setor dos serviços, o índice de volume de negócios apresentou uma contração de 14,9% no trimestre terminado em janeiro (-13,3% no quarto trimestre de 2020);
- No setor do comércio a retalho, o índice de volume de negócios registou uma redução de 9,8% no trimestre terminado em fevereiro (-3,2% no quarto trimestre).

Figura 2.3. Índices de Produção

(VH, MM3)



Fonte: INE

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	2020	2020				2021	2020		2021		
			1T	2T	3T	4T	1T	nov	dez	jan	fev	mar
PIB – CN Trimestrais	VH Real	-7,6	-2,2	-16,3	-5,7	-6,1	:	-	-	-	-	-
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	-0,6	1,8	-4,7	-0,7	-0,3	-1,1	-0,7	-0,4	-0,9	-1,8	-0,7
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	-16,6	-6,1	-31,7	-14,3	-14,3	-12,9	-15,7	-13,3	-15,1	-13,9	-9,6
Indicador de Confiança do Comércio	"	-10,9	0,2	-26,3	-9,7	-7,6	-12,7	-9,2	-8,9	-12,2	-15,5	-10,4
Indicador de Confiança dos Serviços	"	-23,8	2,7	-52,9	-27,7	-17,2	-21,5	-18,4	-19,0	-17,6	-27,4	-19,4
Indicador de Confiança da Construção	"	-16,0	-6,4	-29,1	-14,4	-14,1	-13,4	-16,8	-14,7	-13,0	-13,6	-13,6
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	-8,4	-3,8	-26,2	-1,4	-2,0	:	-1,8	-2,7	-5,1	-6,0	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	-11,5	-3,6	-28,3	-6,7	-6,8	:	-3,1	-9,3	-11,8	:	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	-15,3	-3,9	-30,1	-14,0	-13,3	:	-15,2	-12,8	-16,7	:	:

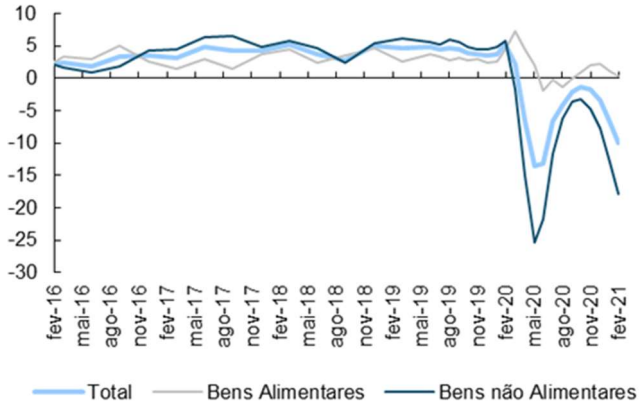
Fonte: INE.

Consumo Privado

O índice de volume de negócios no comércio a retalho passou de uma variação homóloga de -10,7% em janeiro para -14,5% em fevereiro, agravando desta forma a sua evolução. As vendas de bens não alimentares registaram uma variação de -24,6% (-19,2% em janeiro) e as de bens alimentares tiveram uma variação de -1,2% (0,1% no mês precedente).

Em média, nos últimos três meses, o índice continuou a evoluir negativamente, tendo o mesmo variado -9,9% no trimestre terminado em fevereiro, a um ritmo superior relativamente aos trimestres terminados nos dois meses anteriores (-6,8% em janeiro e -3,3% em dezembro).

Figura 2.4. . Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho
(MM3, VH)

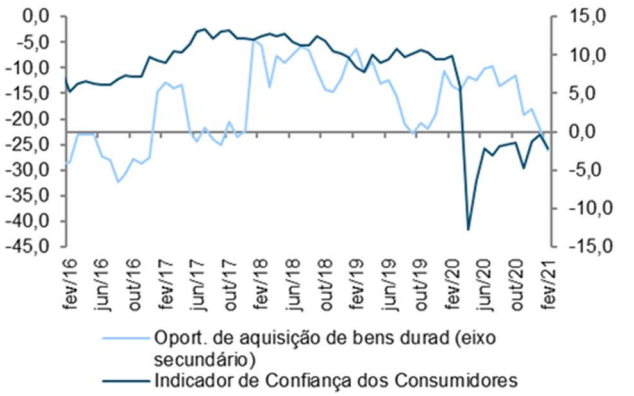


Fonte: INE.

Em fevereiro, o indicador de confiança dos consumidores voltou a diminuir, após ter aumentado nos dois meses anteriores. A evolução no mês de fevereiro reflete o contributo negativo relativamente às expectativas de evolução futura da situação económica do país e da realização de compras importantes. Atente-se, no entanto, que estes valores continuam muito abaixo dos patamares registados antes da pandemia.

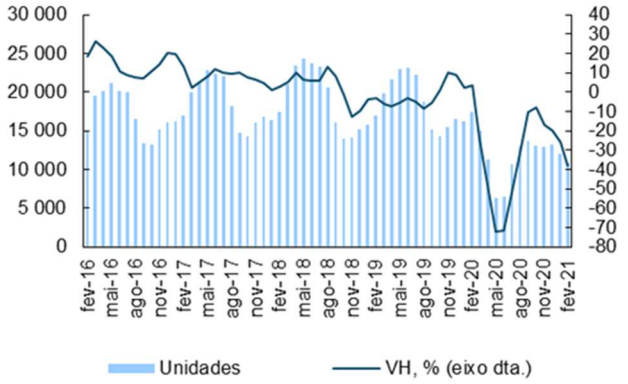
Figura 2.5. Índice de confiança dos consumidores e Oportunidade de aquisição de bens duradouros
(SRE-VE, MM3)

Fonte: INE.



Em fevereiro de 2021 foram vendidos 8 311 veículos ligeiros de passageiros, menos 1 718 unidades do que janeiro e menos 11 952 unidades do que em fevereiro de 2020, correspondendo a uma diminuição homóloga de 59%. Note-se que estes valores são, contudo, relativamente melhores quando comparados com as quebras históricas da série, registadas entre março e maio do ano transato.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros
(MM3)



Fonte: ACAP

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

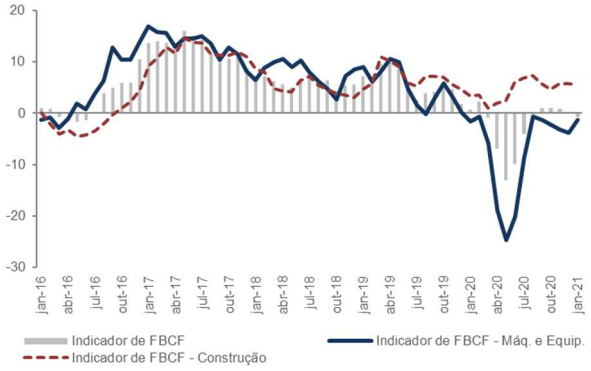
Indicador	Unidade	2020	2019	2020				2020			2021	
			4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	-5,9	2,5	-0,8	-13,8	-4,1	-4,8	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	-8,1	-7,2	-9,9	-33,1	-26,3	-26,2	-24,6	-29,6	-24,3	-23,1	-25,8
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SRE-VE	4,2	4,3	3,3	-48,1	-29,4	-19,1	-9,9	-20,2	-27,0	-18,1	-31,0
Índice de Vol. de Negócios no Comércio a Retalho*	VH	0,5	3,6	2,2	-13,2	-2,1	-3,3	-0,5	-5,3	-4,2	-10,7	-14,5
Bens Alimentares	VH	1,8	2,3	7,2	-1,9	-0,1	2,3	3,4	1,0	2,4	0,1	-1,2
Bens não Alimentares	VH	-0,4	4,5	-1,7	-21,9	-3,7	-7,7	-3,5	-10,1	-9,4	-19,2	-24,6
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	-6,3	9,1	-23,8	-71,7	-10,2	-20,1	-12,6	-27,9	-19,6	-30,5	-59,0
Importação de Bens de Consumo***	VH	0,4	4,5	1,8	-14,2	-7,6	-5,7	-7,3	-6,2	-3,4	-17,6	:

* Indices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.
Fontes: INE e ACAP

Investimento

De acordo com o INE, o indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registou, no trimestre terminado em janeiro, uma taxa de variação homóloga de -0,7%, interrompendo o perfil de crescimentos homólogos registados entre setembro e dezembro de 2020. A evolução negativa resultou do contributo mais negativo da componente de material de transporte e do menor contributo positivo da componente de construção (redução de 11,3 p.p. e 0,2 p.p., respetivamente), enquanto a componente de máquinas e equipamentos registou um contributo menos negativo (melhoria de 2,5 p.p.).

Figura 2.7. Indicador de FBCF e componentes
(VH, MM3)

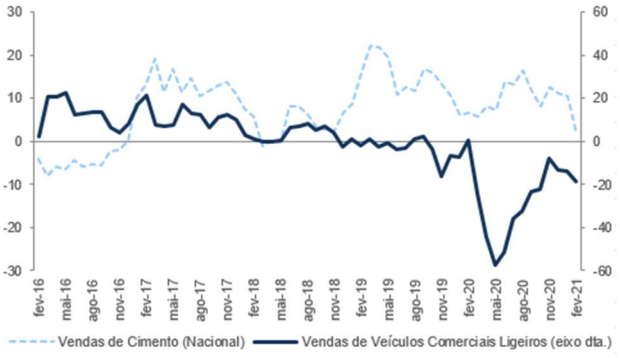


Fonte: INE.

Os dados disponíveis do trimestre terminado em fevereiro de 2021, em termos homólogos, mostram que:

- As vendas de cimento apresentaram um crescimento de 1,8% (11,2% no quarto trimestre de 2020);
- As vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma queda de 18,8% (-13,1% no quarto trimestre de 2020);
- As vendas de veículos comerciais pesados registaram uma queda de 5,9% (-8,4% no quarto trimestre de 2020).

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)

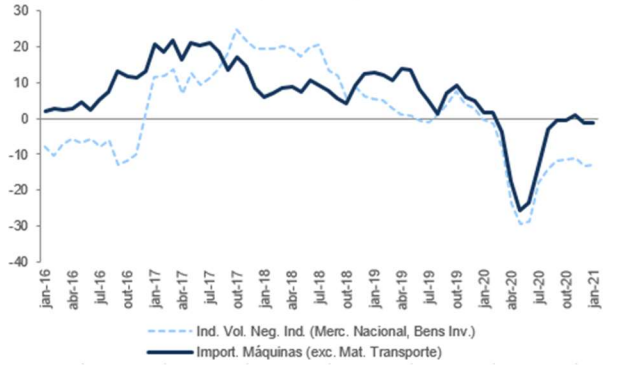


Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

No trimestre terminado em janeiro, em termos médios homólogos, observou-se que:

- as importações de máquinas e outros bens de capital, exceto material de transporte, registaram uma quebra de 1,1% (melhoria de 1 p.p. face ao observado no quarto trimestre de 2020);
- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento, para o mercado nacional, diminuiu 12,9% (redução de 0,3 p.p. face ao valor registado no quarto trimestre de 2020);
- as licenças de construção de fogos aumentaram 6,3% (redução de 1,7 p.p. face ao registado no quarto trimestre de 2020).

Figura 2.9. Bens de Investimento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	Fonte	2020	2019	2020				2020			2021	
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-5,3	-3,4	-2,3	-10,1	-8,2	-0,4	-	-	-	-	-
da qual, FBCF	VH Real	"	-2,2	2,6	-0,4	-8,5	0,5	-0,4	-	-	-	-	-
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	-2,4	1,8	-0,8	-9,9	1,0	0,0	1,0	0,8	0,0	-0,7	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	10,6	10,6	5,6	13,7	11,7	11,2	1,2	27,8	6,7	-2,8	2,4
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-28,3	-6,7	-24,0	-51,5	-23,4	-13,1	-15,1	-1,4	-19,1	-19,2	-17,8
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-27,9	-22,4	-32,4	-68,2	6,0	-8,4	-15,8	19,3	-18,6	-10,9	25,0
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-22,1	0,0	-12,3	-53,0	-15,7	-7,3	-1,9	-11,8	-8,2	3,7	-12,1
Licenças de Construção de fogos	VH	"	3,2	8,8	1,4	6,7	-2,9	8,1	-14,5	14,1	42,9	-20,6	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-7,3	4,8	-3,8	-23,5	-0,6	-1,2	-4,2	3,4	-2,5	-4,7	:
Índice Vol. Negócios do CG de Bens de Inv.***	VH	"	-15,6	2,7	-8,5	-28,8	-11,7	-13,2	-13,9	-9,9	-15,6	-13,1	:

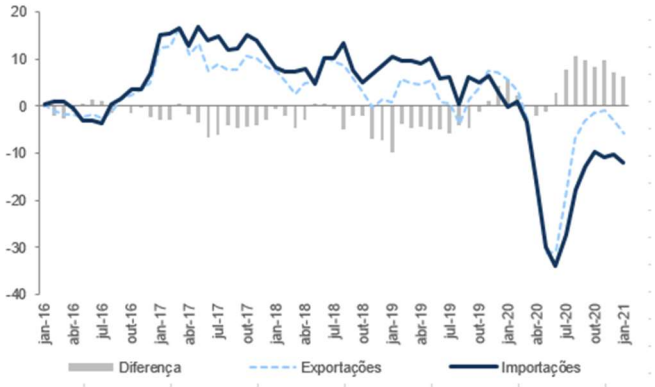
* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional. Fonte: INE, CIMPOR, SECIL e ACAP.

Contas Externas

Os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o trimestre terminado em janeiro de 2021, apontam para uma variação, em termos médios homólogos, de -5,8% das exportações e de -12,1% das importações (-3,2% e -10,2% no quarto trimestre de 2020, respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional

(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

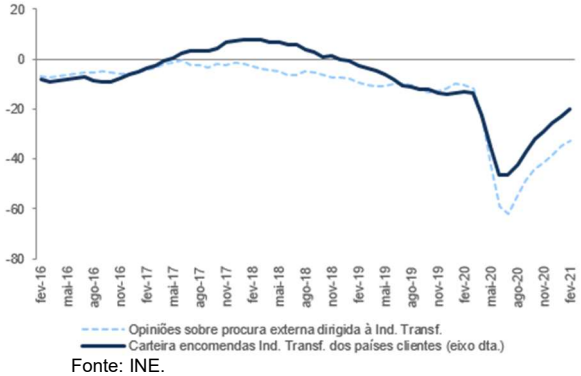
No mesmo período, e em termos médios homólogos nominais:

- nas exportações de bens, verificou-se uma variação de -5% na componente intracomunitária (-2,3% no quarto trimestre de 2020) e de -8,7% na componente extracomunitária (-6,1% no quarto trimestre de 2020);
- nas importações de bens, verificou-se uma variação de -8,2% no mercado intracomunitário (-7,4% no quarto trimestre de 2020) e de -24,4% no mercado extracomunitário (-20% no quarto trimestre de 2020);
- A taxa de cobertura do comércio internacional de bens situava-se nessa altura em 84,8% (77,9% em igual período de 2020).

No trimestre terminado em fevereiro, as opiniões relativas à carteira de encomendas da indústria transformadora e as opiniões sobre a procura externa dirigida à industria transformadora continuaram a recuperação iniciada em julho de 2020, após os agravamentos verificados entre março e junho desse ano.

Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria

(SRE, MM3)



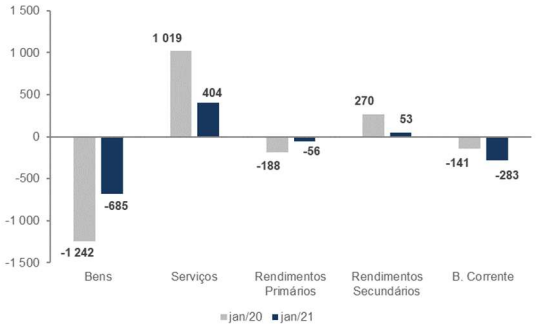
Fonte: INE.

De acordo com o INE, no mês de janeiro, em termos homólogos, o setor do alojamento turístico registou uma redução de 78,3% no número de hóspedes totais e de 78,2% nas dormidas (-60,3% nos residentes e -87% nos não residentes).

Em janeiro de 2021, o défice da balança corrente situou-se em 283 milhões de euros, representando uma pioria em 142 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma deterioração dos saldos da balança de serviços e da balança de rendimentos secundários, não compensada por uma melhoria no saldo da balança de bens e na balança de rendimentos primários.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo

(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

No mesmo período, registou-se uma capacidade de financiamento da balança corrente e de capital de 17 milhões de euros (o que representa uma degradação na capacidade de financiamento em 97 milhões de euros face ao mesmo período de 2020).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2020	2019	2020				2020				2021
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	jan
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-18,2	5,9	-4,9	-39,4	-15,2	-13,4	-	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-12,1	3,2	-1,9	-29,2	-11,4	-6,4	-	-	-	-	-
Saldo de Bens e Serviços*	%PIB	"	:	0,2	-0,1	-0,9	-1,9	:	-	-	-	-	-
Capacidade de financiamento da economia*	%PIB	"	:	1,0	0,9	0,9	0,0	:	-	-	-	-	-
Saídas de Bens	VH nom	"	-10,2	7,3	-3,0	-30,9	-3,1	-3,2	0,3	-2,2	-0,4	-7,4	-9,8
Entradas de Bens	VH nom	"	-15,2	3,0	-3,2	-33,8	-12,9	-10,2	-8,4	-11,5	-12,1	-6,5	-17,2

*Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre. Fonte: INE.

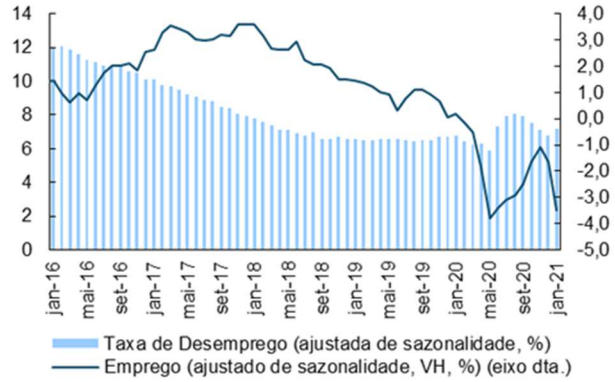
Indicador	Unidade	Fonte	2020	2019	2020				2020	2021	Dif.
				4T	1T	2T	3T	4T	jan	jan	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10^6 euros	BdP	256	546	115	-1384	988	537	114	17	-97
Saldo Balança de Bens	"	"	-12 186	-4 063	-4 086	-2 667	-2 605	-2 828	-1242	-685	558
Saldo Balança de Serviços	"	"	8 603	3 662	2 887	1145	2 766	1806	1019	404	-614
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-3 034	-1003	-508	-1429	-756	-342	-188	-56	132
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	4 240	1323	1061	945	1143	1091	270	53	-217

Fonte: BdP.

Mercado de Trabalho

As estimativas do Instituto Nacional de Estatística apontam para que a taxa de desemprego no primeiro mês de 2021 se tenha situado em 7,2%, traduzindo um aumento de 0,4 p.p. relativamente quer ao mês anterior, quer a janeiro de 2020.

Figura 2.13. Emprego e Taxa da Desemprego

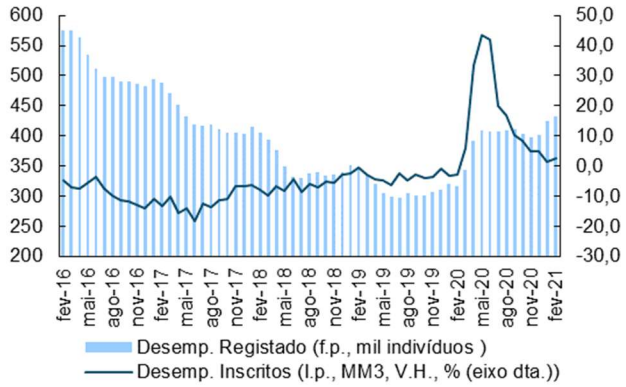


Fonte: INE

No final de fevereiro, estavam registados, nos centros de emprego, 431 843 pessoas desempregadas, o que corresponde a um aumento de 36,8% (mais 116 281 pessoas) face a fevereiro de 2020. Em termos mensais, registaram-se mais 7 484 desempregados (1,8%).

O aumento dos desempregados inscritos é mais expressivo no setor dos serviços (com uma subida homóloga de 43,7%), nomeadamente nas atividades de alojamento, restauração e similares (70,6%), atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio (54,4%), e transportes e armazenagem (50,8%).

Figura 2.14. Desemprego

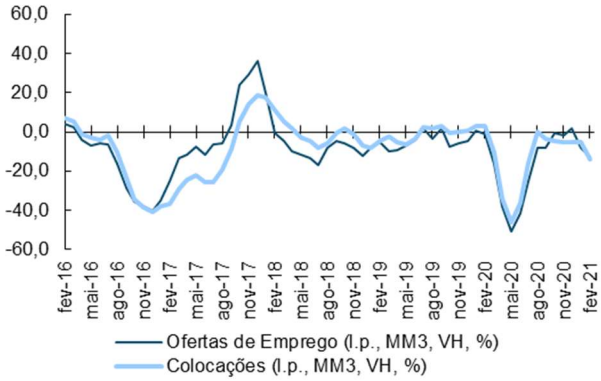


Fonte: IEFP.

As ofertas de emprego por satisfazer, no final de fevereiro, foram de 11 714, traduzindo uma variação anual de -15,2% e mensal de 9,1%. Nos últimos três meses, o número de desempregados inscritos aumentou, em média, 2,6% no trimestre terminado em fevereiro (1,4% e 4,9%, nos trimestres terminados em janeiro e dezembro, respetivamente), sendo que a cobertura das colocações aumentou 5,6 p.p. em relação ao mês anterior, passando para 66,7% das ofertas de emprego.

Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações

(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	2020	2019	2020				2020			2021	
			4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev
Taxa de Desemprego*	%	6,8	6,7	6,7	5,6	7,8	7,1	7,5	7,1	6,8	7,2	:
Emprego Total*	VH	-2,0	0,5	-0,3	-3,8	-3,0	-1,0	-1,7	-1,1	-1,6	-3,5	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	-10,7	-8,4	3,0	36,4	36,1	29,6	34,5	30,2	29,6	32,4	36,8
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	-1,4	-1,1	6,2	41,8	10,4	4,9	5,1	2,0	8,4	-4,8	6,1
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	-1,1	-4,4	-16,3	-41,3	-7,9	1,7	4,0	-6,7	9,0	-18,6	-22,3
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	8,6	0,8	7,6	14,2	6,0	6,6	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	2,6	2,1	3,3	4,0	1,3	2,6	-	-	-	-	-

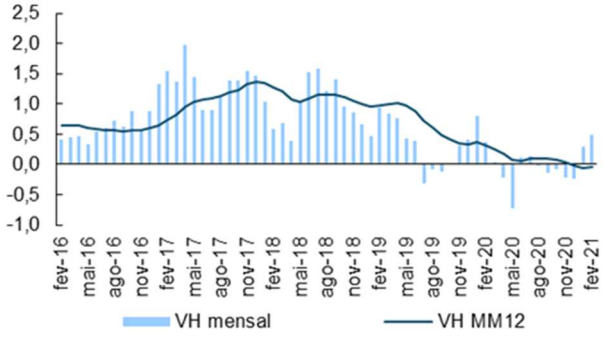
*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Admnistração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.
Fontes: INE, IEFP, MTSS e Eurostat

Preços

No mês de fevereiro, a variação homóloga do índice de preços no consumidor (IPC) foi de 0,5%, ou seja, 0,2 p.p. superior à verificada no mês anterior. Todavia, enquanto a taxa de variação na componente de bens foi de 0,5% (0,3% em janeiro), a taxa de variação nos serviços foi de 0,6% (0,4% no mês anterior).

Em termos mensais, a variação do IPC foi de -0,5% (-0,3% no mês anterior e -0,6% em fevereiro de 2020). A variação média do índice nos últimos doze meses foi nula, ou seja, 0,1 p.p. superior face a janeiro.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH e VH MM12, %)

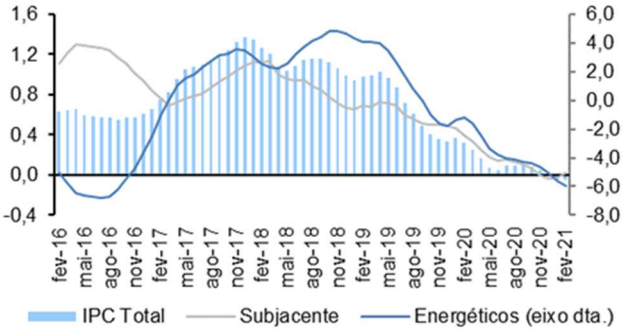


Fonte: INE.

O indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) registou uma variação homóloga de 0,7% (0,6% em janeiro). A componente de produtos alimentares não transformados registou uma redução para 1,4% (0,3 p.p. inferior face ao mês precedente), enquanto os preços da energia aumentaram para -3% (-4,4% em janeiro).

Em média, nos últimos doze meses, o IPC subjacente foi nulo em fevereiro (igual ao mês anterior), com uma variação média de 3,9% nos produtos alimentares não transformados e de -6% nos produtos energéticos.

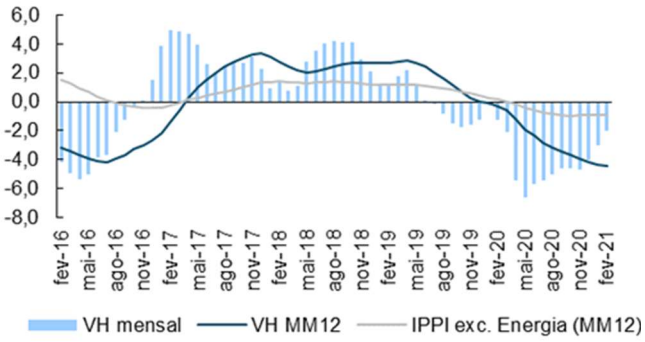
Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC (Total, Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



Fonte: INE

Em fevereiro, o índice de preços na produção industrial (IPPI) apresentou uma variação homóloga de -2% (-3% em janeiro), e no qual a energia observa um efeito negativo (à semelhança dos meses anteriores), e as indústrias extrativas observam um efeito positivo. Se excluirmos o agrupamento da energia, a variação dos preços na produção industrial tem sido nula desde outubro.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

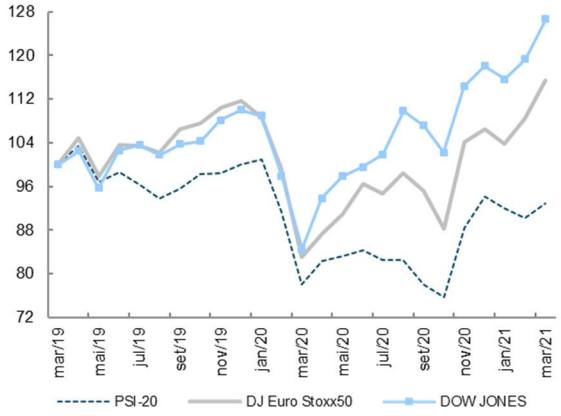
Indicador	Unidade	2020	2020							2021	
			jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev
Índice de Preços no Consumidor	VC	-0,2	0,9	-1,3	-0,3	1,0	0,1	-0,3	-0,1	-0,3	-0,5
Índice de Preços no Consumidor	VH	0,0	0,1	0,1	0,0	-0,1	-0,1	-0,2	-0,2	0,3	0,5
Índice de Preços no Consumidor	VM12	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	-0,1	0,0
IPC - Bens	VH	-0,5	-0,9	-0,2	-0,1	-0,3	-0,3	-0,4	-0,5	0,3	0,5
IPC - Serviços	"	0,7	1,6	0,6	0,1	0,0	0,2	0,1	0,2	0,4	0,6
IPC Subjacente*	"	0,0	0,2	0,1	-0,1	-0,2	-0,1	-0,2	-0,1	0,6	0,7
Índice de Preços na Produção industrial	VH	-4,2	-5,7	-5,5	-5,0	-4,6	-4,6	-4,7	-4,1	-3,1	-2,0
IHPC	"	-0,1	0,2	-0,1	-0,2	-0,8	-0,6	-0,4	-0,3	0,2	0,3
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	-0,4	-0,1	-0,5	0,0	-0,5	-0,3	-0,1	0,0	-0,7	-0,6

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.
Fontes: INE

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Os índices bolsistas internacionais, especialmente das economias avançadas, recuperaram em finais do primeiro trimestre de 2021, refletindo o otimismo dos investidores em torno da melhoria dos indicadores de atividade e da continuidade de uma política monetária acomodatícia pelos bancos centrais (Fed e BCE). Assim, a 26 de março e, face ao final de fevereiro, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* valorizaram-se em torno de 6%, em ambos os casos.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(março 2019=100, fim do período)

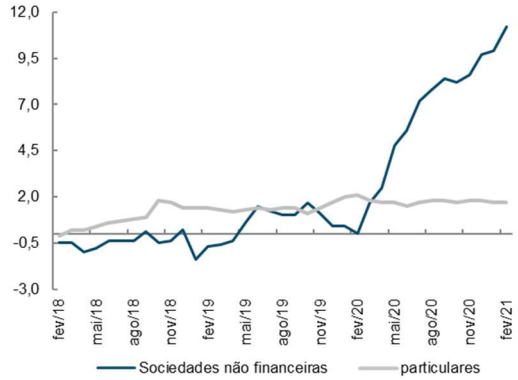


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para março de 2021, o valor é do dia 26.

Em Portugal, a variação anual dos empréstimos às empresas não financeiras foi de 11,2% em fevereiro de 2021 (a taxa mais elevada desde finais de 2008) com destaque para o forte crescimento do crédito às médias e pequenas empresas.

Para os particulares, esta aumentou para 1,7% (igual ao mês precedente), resultando do reforço do crédito à habitação; já que o destinado ao consumo desceu, pelo segundo mês consecutivo (-1,7%).

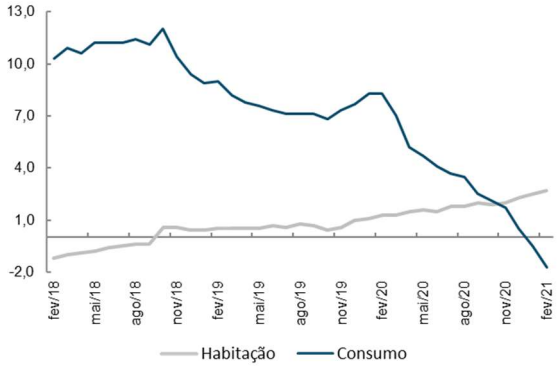
Figura 2.20. Empréstimos bancários
(taxa de variação anual, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro de novos empréstimos aceleraram para as empresas (2,2%) em janeiro de 2021 devido sobretudo às de menor dimensão; enquanto baixaram para os particulares (2,2%), devido à redução da taxa de juro para a habitação, a qual se situou em 0,77% (um novo mínimo histórico).

Figura 2.21. Empréstimos bancários a particulares
(taxa de variação anual, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Atualmente, a taxa de juro soberana das *yields* da Alemanha a 10 anos baixou para -0,35% em março de 2021 (dia 26) comparado com -0,26% no final de fevereiro. Também, as taxas de juro de longo prazo dos países periféricos da área do euro abrandaram, levando a uma descida generalizada dos prémios de risco, a qual se cifrou em 52 p.b. em Portugal (58 p.b., no final de fevereiro).

Quanto às moratórias bancárias (públicas e privadas), em Portugal, estas diminuíram para um total de 46 mil milhões de euros no final de janeiro de 2021 (48 mil milhões no final de setembro de 2020, valor máximo atingido durante a pandemia). Estas representavam 24,4 mil milhões de euros para as sociedades não financeiras (33% do crédito) e 20 mil milhões para os particulares (16% do crédito), sendo 17 mil milhões respeitantes à habitação (18% do crédito), segmento que termina o fim das moratórias privadas a partir de abril de 2021.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

	Unidade	2020	2020							2021	
			jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev
Yield OT 10 anos PT*	%	0,061	0,487	0,352	0,441	0,260	0,115	0,035	0,061	0,044	0,322
Yield OT 10 – *Spread* Portugal face a Alemanha*	p.b.	64	94	85	84	78	74	61	64	56	58
PSI 20*	VC	-6,1	1,4	-2,2	0,1	-5,4	-3,0	16,7	6,4	-2,1	-1,9
Empréstimos a particulares: - para habitação	va	2,3	1,5	1,8	1,8	2,0	1,9	2,0	2,3	2,5	2,7
- para consumo	va	0,5	4,1	3,7	3,5	2,5	2,1	1,7	0,5	-0,5	-1,7
Empréstimos a empresas	va	9,7	5,6	7,2	7,8	8,4	8,2	8,6	9,7	9,9	11,2
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação	%	1,00	1,09	1,10	1,08	1,05	1,04	1,02	1,00	0,98	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas	%	2,08	2,16	2,15	2,15	2,13	2,13	2,12	2,08	2,06	:

* Fim de período. Fontes: IGCP; CMVM e BdP.

Finanças Públicas

Finalizado o mês de fevereiro de 2021, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um défice de 1 153 milhões de euros (um agravamento homólogo de 2 504 milhões de euros), onde a quebra de 11,8% da *Receita Efetiva* foi conjugada com o crescimento de 5,8% na *Despesa Efetiva*. Estes resultados decorrem dos impactos do surto de COVID-19 que se fez sentir em Portugal a partir do mês de março do ano passado, bem como das políticas subsequentemente implementadas para controlo da doença e estabilização macroeconómica.

A evolução da receita, que diminuiu 1 734 milhões de euros face ao mesmo período de 2020, resultou sobretudo da diminuição da *Receita Fiscal* (-16,8%), das Contribuições Sociais (-2,1%) e das *Outras Receitas Correntes* (-14,7%). Do lado da despesa, que aumentou 770 milhões de euros, destaca-se o crescimento das *Despesas com Pessoal* (4,4%) em parte devido à política de promoção salarial das Administrações Públicas, a que se junta o reforço das equipas de saúde para o combate ao surto de COVID-19, e o crescimento das *Transferências Correntes* (11,5%). Por outro lado, as despesas com *Juros* e as *Aquisição de Bens e Serviços* registaram contrações de 3,9% e 0,1% respetivamente. Tudo isto levou a que o *Saldo Primário* se reduzisse em 2 560 milhões de euros face ao final de fevereiro do ano passado, registando um excedente de 239 milhões de euros.

Por subsetores, a Administração Central apresentou um défice de 1 934 milhões de euros, a Segurança Social um excedente de 432 milhões de euros e a Administração Regional e Local um excedente no valor de 349 milhões de euros.

Administração Central

Em fevereiro, o Saldo Orçamental da Administração Central registou um défice de 1 934 milhões de euros, um agravamento de cerca de 2 056 milhões de euros em termos homólogos. O Saldo Primário também registou um défice, de 554 milhões de euros quando comparativamente no período homólogo registou-se um excedente de 1 557 milhões de euros.

Esta evolução é explicada pela redução da *Receita Efetiva* (queda de 15,9%) conjugada pelo aumento da *Despesa Efetiva* (3,7%). Para o comportamento da receita, salientam-se as quedas da *Receita Fiscal* (-17,7%) assim como das *Outras Receitas Correntes* (-19,2%) bem como das contribuições sociais (-1,8%). Do lado da despesa, é de salientar o aumento das *Despesas com o Pessoal* (4,7%), assim como das *Transferências Correntes* (7,5%). Por outro lado, registam-se as quebras nas *Aquisições de Bens e Serviços* (-1%) e dos *Juros e Outros Encargos* (-3,8%).

Por subsetores, o subsetor Estado registou em fevereiro um défice de 2 335 milhões de euros (um agravamento de 1 670 milhões face ao período homólogo), e um défice primário de 952 milhões de euros (agravamento de 1 726 milhões de euros face ao período homólogo). Para estes resultados contribuem a queda de 17,4% da *Receita Fiscal* tendo os *Impostos Diretos* caído 3,6%, com a queda no *IRC* (-6%), e no *IRS* (-0,9%). Os *Impostos Indiretos* caíram 24,6%, para o qual contribuiu a diminuição do *ISV* (-30,5%), do *IUC* (-0,9%), do *IVA* (-27,9%), e do *IABA* (-28,6%), bem como o *Imposto sobre o Tabaco* (-21,7%). Em sentido contrário, registou-se um aumento do *Imposto do Selo* (46,7%).

Relativamente à *Receita Não Fiscal*, esta diminuiu 12,7%, devido essencialmente à queda das *Taxas Multas e Outras Penalidades* (-28,2%) e nos *Rendimentos de Propriedade* (-17,6%)

O subsetor dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo EPR) apresentou um excedente de 401 milhões de euros, uma deterioração de 386 milhões de euros face ao verificado no período homólogo. A diminuição da receita (-4,8%) é justificada pela diminuição da *Receita Fiscal* (-31,9%), das *Contribuições Sociais* (-2,1%) e das *Taxas Multas e Outras Penalidades* (-14,1%) que mais que compensaram o crescimento das *Transferências para Administração Central* (7,1%). Do lado da despesa, que aumentou 2,5%, são de registar os aumentos da *Despesa com Pessoal* (8,1%) e das *Transferências Correntes* (2,3%), parcialmente compensada pela diminuição da *Aquisição de Bens e Serviços* (-3,3%) e das *Despesas de Capital* (-2,7%).

Quadro 2.8. Execução Orçamental da Adm. Central

	2020	2021	2021	
	jan a fev		jan	fev
	10^6 euros		VHA (%)	
Receita Efetiva	**10 523**	**8 850**	**-13,7**	**-15,9**
Impostos diretos	2 659	2 564	-0,8	-3,6
Impostos indiretos	5 287	3 974	-22,8	-24,8
Despesa Efetiva	**10 401**	**10 784**	**-2,4**	**3,7**
Despesa com pessoal	2 562	2 683	5,6	4,7
Aquisição bens e serviços	1 235	1 223	-3,5	-1,0
Juros	1 435	1 380	-55,5	-3,8
Despesa Capital	**788**	**785**	**-32,2**	**-0,3**
Investimento	497	548	-35,4	10,4
Saldo Global	**122**	**-1 934**	-	-
Saldo Primário	**1 557**	**-554**	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.9. Execução Orçamental SFA e EPR

	Serviços e Fundos Autónomos				*dos quais:* Empresas Públicas Reclassificadas			
	2020	2021			2020	2021		
	jan a fev				jan a fev			
	10^6 euros		Grau de execução (%)	VHA (%)	10^6 euros		Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Efetiva	5 554	5 292	13,8	-4,8	1 755	1 570	11,9	-11,4
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	604	591	15,4	-2,1	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	3 345	3 542	17,8	5,9	168	202	16,7	20,2
Despesa Efetiva	4 775	4 891	12,8	2,5	1 749	1 807	13,1	2,8
Despesa com pessoal	1 108	1 215	14,2	8,1	648	731	14,7	10,0
Aquisição de bens e serviços	1 151	1 118	11,4	-3,3	429	448	10,4	3,2
Transferências correntes	1 678	1 716	14,1	2,3	9	8	10,2	-14,4
Saldo Global	779	401	-	-	7	-238	-	-

Fonte: DGO.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução financeira do SNS em fevereiro registou um défice de 63 milhões de euros, o que representa um agravamento face ao excedente de 97 milhões de euros verificado no período homólogo.

A receita total aumentou 1,1%, atingindo 1 814 milhões de euros, justificado pelo crescimento de 2,4% das *Transferências do Orçamento do Estado* que se fixaram em 1 733 milhões de euros. Refira-se que estas transferências constituíram 95,6% do total da receita.

A despesa total aumentou 10,5% em termos homólogos, atingindo 1 877 milhões de euros. Para esta variação contribuiu o aumento de 10,1% nas *Despesas com Pessoal* e de 5,9% da despesa com *Aquisição de Bens e Serviços.* Relativamente a esta componente, evidenciaram-se os crescimentos de 0,1% da aquisição de *Produtos Vendidos em Farmácias,* de 4,5% da *Aquisição de Bens (compras de inventários)*, de 13,8% nos *Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica*, e de 3,3% nas *Parcerias público-privadas.*

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS

	Serviço Nacional de Saúde			
	2020	2021		
	jan a fev			
	10^6 euros		VHA (%)	Grau de execução (%)
Receita Total	1 795	1 814	1,1	15,8
Receita fiscal	29	27	-5,9	22,2
Outra receita corrente	1 762	1 782	1,2	15,9
Transferências correntes do OE	1 702	1 733	2,4	-
Receita de capital	4	4	7,7	1,9
Despesa Total	1 698	1 877	10,5	16,2
Despesa com pessoal	772	850	10,1	17,6
Aquisição de bens e serviços	910	964	5,9	15,0
Despesa de capital	8	14	64,6	4,6
Saldo Global	97	- 63	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

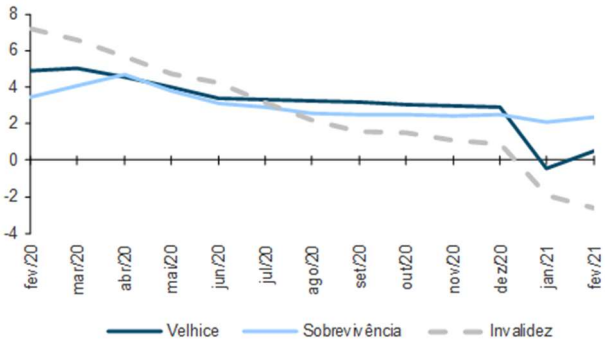
Segurança Social

No fim do mês de fevereiro, a Segurança Social apresentou um excedente de 432 milhões de euros, uma deterioração de 509 milhões de euros verificados face ao verificado no final de fevereiro do ano anterior.

A receita efetiva cresceu 1,3% em termos homólogos, apesar da descida das receitas com *Contribuições e quotizações* (-2,2%), para o qual contribuiu o impacto do surto de COVID-19. Em sentido oposto, as *Transferências do Orçamento do Estado* aumentaram 8,4%. É de salientar que das *Transferências do Orçamento do Estado, as* transferências referentes ao *Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social* registaram um aumento de 0,7%, com o *IVA Social* a crescer 7,1%. É ainda de salientar que houve transferência de 108 milhões de euros referente às *Medidas Excecionais e Temporárias (COVID-19)*, que não se verificaram no período homólogo.

A despesa efetiva aumentou 13,5% reflexo fundamentalmente do aumento da despesa com *Pensões* (3,2%), assim como o das *Prestações de Desemprego* (37,8%). Em sentido contrário o *Subsídio por Doença* caiu 12,7%. Ainda de realçar a despesa de 427 milhões de euros referente a *medidas excecionais e temporárias (COVID-19)*, que se excluídas, permitiriam que o excedente fosse maior (859 milhões de euros).

Figura 2.22. Despesa em Pensões da Segurança Social
(VHA, em %)



Nota: Não inclui a atualização extraordinária das pensões.
Fonte: DGO.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2019	2020		
	jan a fev			
	10^6 euros		VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	5 228	5 298	1,3	16,7
Contribuições e quotizações	3 203	3 133	-2,2	16,6
Transferências correntes da Administração Central	1 459	1 571	7,6	15,6
Despesa Efetiva	4 288	4 866	13,5	15,8
Pensões	2 559	2 640	3,2	14,2
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	212	292	37,8	17,8
Outras Prestações Sociais	867	1 284	48,1	14,7
Saldo Global	941	432	-	-

Fonte: DGO

Administração Regional

Em fevereiro, a Administração Regional apresentou um saldo positivo de 31 milhões de euros, o que representa uma deterioração de 19 milhões de euros em termos homólogos. Esta evolução é explicada pelo crescimento da *Despesa Efetiva* (0,3%) conjugado com a diminuição da *Receita Efetiva* (-4,3%).

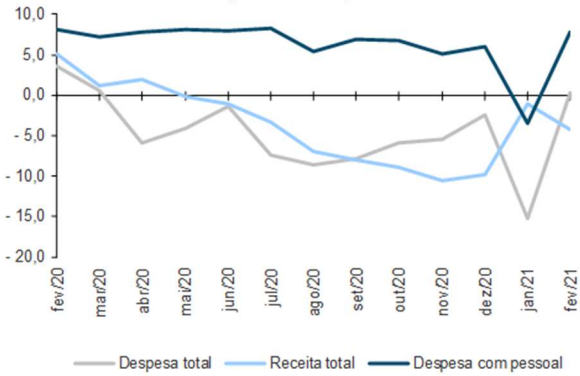
Ao excedente de 18 milhões de euros da Região Autónoma da Madeira junta-se o de 13 milhões de euros da Região Autónoma dos Açores. Face ao período homólogo, tal representa uma degradação de 17 milhões na Região Autónoma da Madeira e de 2 milhões de euros na Região Autónoma dos Açores.

Para a diminuição da *Despesa Efetiva* contribuiu, fundamentalmente a diminuição da despesa com *Juros e Outros Encargos* (-70,6%). Em sentido inverso verificou-se o aumento das *Transferências Correntes* (20,8%) bem como das *Despesas com Pessoal* (7,8%).

Do lado da receita, salienta-se o aumento de 3,8% das *Transferências do Orçamento do Estado.* Em sentido oposto, é de referir a diminuição na *Receita Fiscal* (-9,5%) e das *Outras Receitas Correntes* (-18,4%).

Figura 2.23. Execução Orçamental da Administração Regional

(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Administração Local

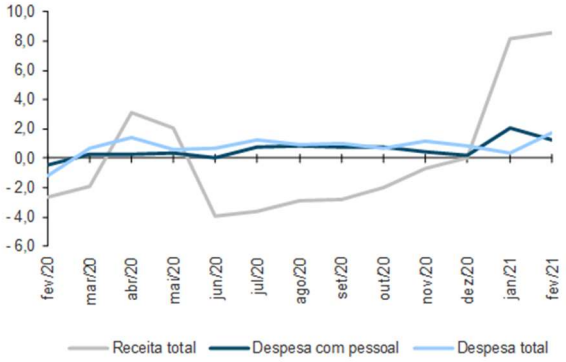
O saldo do subsetor da Administração Local até ao final de fevereiro, aumentou 79 milhões de euros face ao registado no período homólogo, atingindo 318 milhões de euros. Para tal contribuiu o aumento da *Receita Efetiva* (8,6%) que mais que compensou a subida da *Despesa Efetiva* de 1,8%.

Para este comportamento da receita, contribuiu o aumento das *Transferências Correntes do Orçamento do Estado* (17,2%), devido sobretudo às *Transferências* do *Fundo de Equilíbrio Financeiro (16,5%) e no âmbito da Participação do IRS* (13%). Em sentido oposto, as *Taxas Multas e Outras Penalidades* apresentaram uma diminuição de 4% e a Venda *de Bens de Investimento* contraiu 2%.

O comportamento da despesa assenta no aumento das *Despesas com Pessoal* (1,2%) e na subida das *Transferências Correntes* de 6,8% bem como da *Aquisição de bens e serviços* (0,5%).

Figura 2.24. Execução Orçamental da Administração Local

(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2020	2021		2020	2021	
	jan a fev			jan a fev		
	10^6 euros		VHA (%)	10^6 euros		VHA (%)
Receita Total	413	395	-4,3	1 098	1 202	8,6
Impostos	234	211	-9,5	313	293	-1,2
Transferências correntes	102	111	8,7	449	537	19,2
Transferências de capital	50	56	12,1	105	123	16,0
Despesa Total	363	364	0,3	927	884	1,8
Pessoal	163	176	7,8	365	359	1,2
Aquisição de bens e serviços	84	85	1,6	269	236	0,5
Juros e outros encargos	28	8	-70,6	5	3	-2,0
Transferências correntes	29	35	20,8	98	109	6,8
Investimento	5	4	-22,3	142	125	1,0
Transferências de capital	47	39	-17,9	23	23	-2,6
Saldo Global	49	31	-	172	318	-

Fonte: DGO

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com o Banco de Portugal, no final de janeiro de 2021, a dívida pública atingiu 269 869 milhões de euros, uma diminuição de 623 milhões de euros face ao mês anterior e mais 19 981 milhões de euros que no final de 2019.

A dívida líquida de depósitos das administrações públicas registou um crescimento de 74 milhões de euros face ao verificado no final de dezembro e mais 11 177 milhões de euros que no final do ano de 2019 com os depósitos a aumentarem 8 714 milhões face ao final de 2019.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	31/12/2019	31/12/2020	31/01/2021
Administrações Públicas	249 977	270 492	269 869
Por subsector:			
Administração Central	256 221	278 156	277 894
Administração Regional e Local	9 968	10 652	10 616
Segurança Social	0	3	3
Consolidação entre subsectores	16 205	18 402	18 736
por memória:			
Depósitos da Administração Central	9 902	19 694	18 527
Depósitos das Administrações Públicas	14 494	23 905	23 208

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas atingiu 1 548 milhões de euros em fevereiro, um aumento de 70 milhões de euros face ao mês anterior, e mais 119 milhões de euros que em final de 2020. A variação mensal resultou do aumento da dívida não financeira da Administração Central (76 milhões de euros), parcialmente compensada pela diminuição de 6 milhões verificada na Administração Regional.

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2020 dez	2021 jan	2021 fev
Administrações Públicas	1 429	1 478	1 548
Por subsector:			
Administração Central	450	435	511
Administração Regional	75	141	134
Administração Local	903	903	903
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas (dívidas por pagar há mais de 90 dias) averbaram 490 milhões de euros em fevereiro, correspondendo a um aumento de 30 milhões face ao mês anterior, e de 102 milhões face ao final de 2020. A variação resulta, em grande medida, do aumento verificado nos Hospitais EPE (38 milhões de euros em relação ao mês anterior. Em sentido contrário, verificou-se uma diminuição de 5 milhões na Administração Central, excluindo o setor da saúde, e um decréscimo de 3 milhões na Administração Regional.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2020 dez	2021 jan	2021 fev
Administrações Públicas	388	460	490
Por subsector:			
Administração Central (excl. saúde)	26	34	29
SNS	3	3	4
Hospitais EPE	147	208	246
Empresas Públicas Reclassificadas	31	31	31
Administração Regional	125	127	124
Administração Local	57	57	57
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	0	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	0	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	389	460	490

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

Em fevereiro, a dívida direta do Estado atingiu 269 969 milhões de euros, um aumento de 4 303 milhões de euros face ao final do mês anterior, valor que após cobertura cambial se fixou em 272 606 milhões de euros. A emissão líquida de OT (3 000 milhões de euros) e de Bilhetes do Tesouro (1 254 milhões de euros) foram as principais razões que explicam este crescimento.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/jan/21	2021 fev			28/fev/21
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	173 675	4 236	:	21	177 932
da qual: Bilhetes do Tesouro	10 040	1 254	:	:	11 293
da qual: Obrigações Tesouro	149 544	2 982	:	18	152 544
Não Transacionável	42 363	536	489	:	42 409
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	29 820	482	431	:	29 870
da qual: CEDIC e CEDIM	8 493	6	31	:	8 467
Prog. de Ajustamento Económico	49 628	:	:	:	49 628
Total	265 666	4 772	489	21	269 969
Dívida total após cobertura cambial	268 306	-	-	-	272 606

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

No dia 10 de março, a República Portuguesa efetuou dois leilões de Obrigações do Tesouro, tendo colocado, na fase competitiva, 625 milhões de euros da OT 0,475%18OUT2030, à taxa de 0,237%, e mais 625 milhões de euros da OT 0,7%15OUT2027, à taxa de -0,086%.

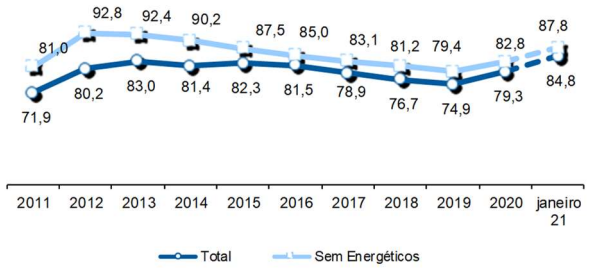
A 17 de março, o IGCP realizou 2 leilões de Bilhetes do Tesouro, tendo colocado, na fase competitiva, 500 milhões de euros do BT 17SET2021, à taxa média de -0,552%, e 1 000 milhões de euros do BT 18MAR2022, à taxa média de -0,527%.

3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, no primeiro mês de 2021, as exportações de mercadorias diminuíram (-9,8%), em termos homólogos e as importações (-17,2%) [3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) recuperou 43%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações diminuíram (-7,2%) e as importações (-12,6%), em termos homólogos (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro			VH	
	2020	2021	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	5 146	4 640	-9,8	-5,8	-11,3
Importações (cif)	6 611	5 475	-17,2	-12,1	-16,5
Saldo (fob-cif)	-1 464	-834	-43,0	-32,6	-32,2
Cobertura (fob/cif)	77,9	84,8	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	4 716	4 375	-7,2	-2,6	-9,5
Importações (cif)	5 703	4 983	-12,6	-7,9	-13,3
Saldo (fob-cif)	-987	-608	-38,4	-28,1	-28,4
Cobertura (fob/cif)	82,7	87,8	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)	**janeiro**			VH	
	2020	2021	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	1 449	1 195	-17,6	-7,8	-14,1
Importações (cif)	2 031	1 323	-34,9	-25,3	-22,0
Saldo (fob-cif)	-582	-128	-77,9	-106,8	-61,9
Cobertura (fob/cif)	71,4	90,3	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No primeiro mês de 2021, as exportações representaram 84,8% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 6,9 p.p na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 87,8% das importações (+5,1 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de janeiro

janeiro	2020	2021	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	5 146	4 640	-9,8
Importações (cif)	6 611	5 475	-17,2
Saldo (fob-cif)	- 1 464	- 834	-43,0
Cobertura (fob/cif)	77,9	84,8	-
Intra UE			
Exportações (fob)	3 697	3 446	-6,8
Importações (cif)	4 579	4 151	-9,3
Saldo (fob-cif)	- 882	- 706	-20,0
Cobertura (fob/cif)	80,7	83,0	-
Extra UE			
Exportações (fob)	1 449	1 195	-17,6
Importações (cif)	2 031	1 323	-34,9
Saldo (fob-cif)	- 582	- 128	-77,9
Cobertura (fob/cif)	71,4	90,3	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No primeiro mês de 2021, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE recuperou 20% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a diminuírem (-6,8%) e as importações (-9,3%). O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE recuperou 77,9% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2020	2021	TVH	2020	2021	TVH
jan	6 611	5 475	-17,2	5 146	4 640	-9,8
fev	6 420			4 876		
mar	6 065			4 509		
abr	4 111			2 926		
mai	4 370			3 423		
jun	5 152			4 237		
jul	5 823			5 029		
ago	4 946			3 738		
set	6 155			5 006		
out	6 436			5 451		
nov	6 088			5 196		
dez	5 623			4 245		
1º Trim	19 096			14 531		
2º Trim	13 633			10 587		
3º Trim	16 924			13 773		
4º Trim	18 147			14 893		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.gov.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº3/2021").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de janeiro de 2021 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 350 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

No primeiro mês de 2021, as exportações de mercadorias diminuíram, em termos homólogos, (-9,8%). Excluindo os produtos energéticos, registou-se um decréscimo de -7,2%).

Em janeiro de 2021, destaca-se o contributo dos "Energéticos" (-3,2 p.p.), seguido do contributo do "Material de transporte terrestre e suas partes" (-2 p.p.), "Máquinas e aparelhos e suas partes" (-1,2 p.p.), "Têxteis, vestuário e seus acessórios" (-0,9 p.p.), "Calçado, peles e couros" (-0,8 p.p.), "Produtos acabados diversos" (-0,7 p.p.), e "Agroalimentares" e "Madeira, cortiça e papel" (ambos com -0,6 p.p.).

O "Material de transporte terrestre e suas partes" são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,8%). Seguem-se as "Máquinas e aparelhos e suas partes" (14,5%) e "Químicos" e "Agroalimentares" com 13,2% e 12,1% respetivamente.

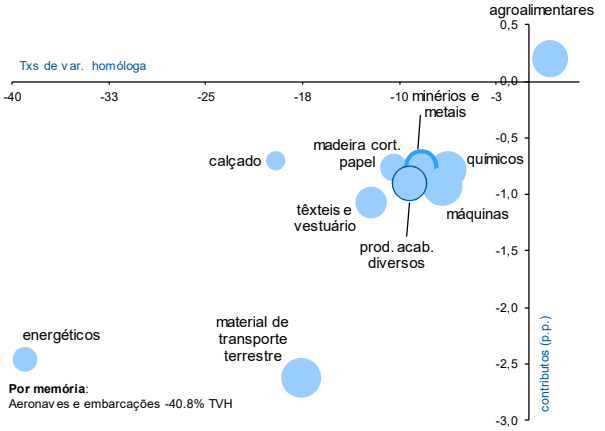
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em janeiro de 2021.

Nesse período, a generalidade dos grupos de produtos contribuiu para o decréscimo das exportações de mercadorias (-11,3%), em termos homólogos. Destaca-se o contributo do "Material de transporte terrestre e suas partes" (-2,6 p.p.), seguido dos produtos energéticos (-2,5 p.p.), "Têxteis, vestuário e seus acessórios" (-1,1 p.p.),

"Máquinas e aparelhos e suas partes" e "Produtos acabados diversos", (ambos com -0,9 p.p.), "Químicos", "Madeira, cortiça e papel", e "Minérios e metais" (todos com -0,8 p.p.) e "Calçado, peles e couros" (-0,7 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2021 (Total: -11,3%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob) **Intra + Extra UE**

Grupos de Produtos	Milhões de Euros janeiro		Estrutura (%) Anual		Estrutura (%) janeiro		Tax. variação e contributos últimos 12 meses [1] VH [2]	Tax. variação e contributos últimos 12 meses [1] contrib. p.p. [3]	Tax. variação e contributos janeiro VH	Tax. variação e contributos janeiro contrib. p.p. [3]
	2020	2021	2015	2020	2020	2021				
Total das Exportações	**5 146**	**4 640**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**-11,3**	**-11,3**	**-9,8**	**-9,8**
Agro-alimentares	594	561	12,5	13,9	11,5	12,1	1,6	0,2	-5,6	-0,6
Energéticos	430	265	7,7	4,6	8,4	5,7	-39,0	-2,5	-38,4	-3,2
Químicos	609	610	12,7	13,2	11,8	13,2	-6,2	-0,8	0,2	0,0
Madeira, cortiça e papel	357	326	8,1	7,4	6,9	7,0	-10,4	-0,8	-8,6	-0,6
Têxteis, vestuário e seus acessórios	462	415	9,8	8,7	9,0	9,0	-12,2	-1,1	-10,1	-0,9
Calçado, peles e couros	199	156	4,4	3,3	3,9	3,4	-19,6	-0,7	-21,4	-0,8
Minérios e metais	453	456	9,7	9,4	8,8	9,8	-8,3	-0,8	0,7	0,1
Máquinas e aparelhos e suas partes	733	671	14,7	14,7	14,2	14,5	-6,7	-0,9	-8,5	-1,2
Material de transp. terrestre e suas partes	791	687	10,9	13,9	15,4	14,8	-17,6	-2,6	-13,1	-2,0
Aeronaves, embarcações e suas partes	29	38	0,6	0,9	0,6	0,8	-40,8	-0,5	33,0	0,2
Produtos acabados diversos	489	453	9,0	10,0	9,5	9,8	-9,2	-0,9	-7,3	-0,7
Por memória:										
Total sem energéticos	4 716	4 375	92,3	95,4	91,6	94,3	-9,5	-8,9	-7,2	-6,6

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2021.

[2] (fev 20-jan 21)/(fev 19-jan 20) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

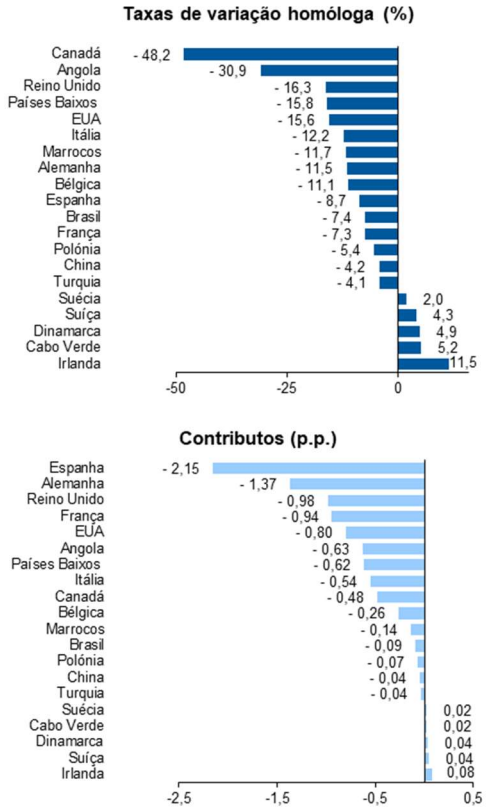
No primeiro mês de 2021, as exportações para a UE registaram uma taxa de variação homóloga negativa (-6,8%) e contribuíram (-4,9 p.p.) para o decréscimo das exportações totais de mercadorias. As exportações destinadas aos países da UE-14 diminuíram (-7,4%) e aos Países Terceiros (-17,6%), com ligeiro crescimento das destinadas aos Países do Alargamento (+2,1%), sendo os respetivos contributos para o decréscimo do total das exportações de (-5,0 p.p.), (-4,9 p.p.) e (+0,1 p.p.)) (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (27,4% do total de janeiro de 2021), registaram o maior contributo Intra UE (-1,2 p.p.), conjuntamente com a Alemanha (-1,3 p.p.), para o decréscimo das exportações, seguidas das exportações para França (-0,8 p.p.).

No último ano a terminar em janeiro de 2021, as exportações para os países Intra UE decresceram (-10,2%), em termos homólogos, situação semelhante à registada pelo conjunto dos países da UE-14 (-10,2%), do Alargamento (-9,5%) e Países Terceiros (-14,1%). Entre os países terceiros, as exportações para Cabo Verde e Suíça cresceram 5,2% e 4,3%, respetivamente. Todos os outros países registaram um decréscimo das exportações, com particular destaque no caso do Canadá (-48,2%) e Angola (-30,9%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2021



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)

Valores em milhões de Euros

Destino	janeiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		janeiro		12 meses [1]		janeiro	
	2020	2021	2015	2020	2020	2021	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
TOTAL	**5 146**	**4 640**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**-11,3**	**-11,3**	**-9,8**	**-9,8**
Intra UE	**3 697**	**3 446**	**65,9**	**71,4**	**71,8**	**74,3**	**-10,2**	**-7,2**	**-6,8**	**-4,9**
Espanha	1335	1274	24,8	25,4	25,9	27,4	-8,7	-2,2	-4,6	-1,2
França	688	648	12,2	13,5	13,4	14,0	-7,3	-0,9	-5,8	-0,8
Alemanha	594	527	11,9	11,8	11,5	11,4	-11,5	-1,4	-11,2	-1,3
Itália	229	225	3,2	4,4	4,4	4,8	-12,2	-0,5	-1,9	-0,1
Países Baixos	204	175	4,0	3,7	4,0	3,8	-15,8	-0,6	-14,3	-0,6
Bélgica	133	125	2,3	2,3	2,6	2,7	-11,1	-0,3	-6,2	-0,2
Polónia	60	63	1,1	1,4	1,2	1,4	-5,4	-0,1	5,5	0,1
Suécia	63	56	0,8	1,2	1,2	1,2	2,0	0,0	-12,0	-0,1
Irlanda	46	34	0,5	0,9	0,9	0,7	11,5	0,1	-25,2	-0,2
Dinamarca	42	43	0,6	0,9	0,8	0,9	4,9	0,0	2,5	0,0
Extra UE	**1 449**	**1 195**	**34,1**	**28,6**	**28,2**	**25,7**	**-14,1**	**-4,1**	**-17,6**	**-4,9**
Reino Unido	295	255	6,8	5,7	5,7	5,5	-16,3	-1,0	-13,5	-0,8
EUA	278	226	5,2	5,0	5,4	4,9	-15,6	-0,8	-18,8	-1,0
Angola	78	50	4,2	1,6	1,5	1,1	-30,9	-0,6	-36,0	-0,5
Brasil	76	53	1,1	1,4	1,5	1,2	-7,4	-0,1	-29,3	-0,4
Suíça	57	47	0,9	1,2	1,1	1,0	4,3	0,0	-17,3	-0,2
Marrocos	54	62	1,4	1,2	1,0	1,3	-11,7	-0,1	14,8	0,2
China	40	47	1,7	1,1	0,8	1,0	-4,2	0,0	17,4	0,1
Turquia	49	41	0,7	1,0	1,0	0,9	-4,1	0,0	-17,9	-0,2
Canadá	26	24	0,7	0,6	0,5	0,5	-48,2	-0,5	-9,6	0,0
Cabo Verde	19	18	0,4	0,6	0,4	0,4	5,2	0,0	-7,8	0,0
Por memória:										
UE-14	3 457	3 201	62,4	66,4	67,2	69,0	-10,2	-6,7	-7,4	-5,0
P. alargamento	240	245	3,5	4,9	4,7	5,3	-9,5	-0,5	2,1	0,1
OPEP [4]	131	91	6,6	2,8	2,5	2,0	-24,1	-0,8	-30,3	-0,8
PALOP	129	91	5,6	2,8	2,5	2,0	-21,3	-0,7	-29,4	-0,7
EFTA	70	62	1,4	1,5	1,4	1,3	1,0	0,0	-11,3	-0,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2020.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2021.

[2] (fev 20-jan 21)/(fev 19-jan 20) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

No mês de janeiro de 2021, as importações de mercadorias diminuíram (-17,2%) (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos "Energéticos" (-6,3 p.p.), "Material de transporte terrestre e suas partes" (-2,5 p.p.), "Têxteis, Vestuário e seus acessórios" (-1,9 p.p.), "Aeronaves, embarcações e suas partes" (-1,3 p.p.), e "Calçado, peles e couros" (-1,0 p.p.), para a redução das importações no primeiro mês de 2021.

A UE-27 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (75,8%).

No primeiro mês de 2021, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário diminuíram (-9,3%), em termos homólogos, situação análoga à registada no caso da UE-14 (-10,3%). Os Países do Alargamento registaram um acréscimo homólogo de 5,5%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros decresceram 34,9%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (4,9% do total). Seguem-se o Brasil (2,9%) e os EUA (2,5%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10^6 Euros (Cif) janeiro		Estrutura (%) Anual		Estrutura (%) janeiro		Taxas de variação e contributos 12 meses [1]		Taxas de variação e contributos janeiro	
	2020	2021	2015	2020	2020	2021	VH [2]	contrib. p.p.[3]	VH	contrib. p.p.[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	**6 611**	**5 475**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**-16,5**	**-16,5**	**-17,2**	**-17,2**
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	877	822	15,5	15,9	13,3	15,0	-4,9	-0,7	-6,3	-0,8
Energéticos	907	491	13,2	8,6	13,7	9,0	-41,0	-4,7	-45,9	-6,3
Químicos	1 117	1077	16,8	18,5	16,9	19,7	-2,6	-0,4	-3,6	-0,6
Madeira, cortiça e papel	191	166	3,3	3,2	2,9	3,0	-11,7	-0,4	-12,7	-0,4
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	394	265	6,5	5,7	6,0	4,8	-16,9	-1,0	-32,7	-1,9
Calçado, peles e couros	153	85	2,6	1,8	2,3	1,5	-29,0	-0,6	-44,6	-1,0
Minérios e metais	522	494	8,4	8,4	7,9	9,0	-10,5	-0,8	-5,3	-0,4
Máquinas e aparelhos e suas partes	1 172	1 113	15,8	19,2	17,7	20,3	-9,5	-1,7	-5,1	-0,9
Material de transp. terrestre e suas partes	778	611	11,4	10,9	11,8	11,2	-26,2	-3,2	-21,6	-2,5
Aeronaves, embarcações e suas partes	103	15	0,7	1,4	1,6	0,3	-68,4	-2,4	-85,9	-1,3
Produtos acabados diversos	395	336	5,9	6,5	6,0	6,1	-10,1	-0,6	-14,9	-0,9
Total sem energéticos	5 703	4 983	86,8	91,4	86,3	91,0	-13,3	-11,8	-12,6	-10,9
Mercados de origem										
Intra UE	**4 579**	**4 151**	**73,4**	**74,7**	**69,3**	**75,8**	**-14,6**	**-10,7**	**-9,3**	**-6,5**
Espanha	1961	1788	33,0	32,7	29,7	32,7	-10,2	-3,1	-8,9	-2,6
Alemanha	879	760	12,8	13,3	13,3	13,9	-15,9	-2,1	-13,6	-1,8
França	433	387	7,4	7,4	6,6	7,1	-34,5	-3,3	-10,7	-0,7
Países Baixos	334	296	5,1	5,5	5,1	5,4	-8,0	-0,4	-11,5	-0,6
Itália	289	263	5,4	5,2	4,4	4,8	-14,5	-0,7	-9,0	-0,4
Bélgica	186	163	2,8	2,9	2,8	3,0	-19,7	-0,6	-12,5	-0,4
Polónia	107	133	1,0	1,6	1,6	2,4	8,9	0,1	24,2	0,4
Suécia	86	52	1,1	1,0	1,3	0,9	-9,8	-0,1	-39,5	-0,5
Rep Checa	53	48	0,8	0,7	0,8	0,9	-20,7	-0,2	-8,3	-0,1
Hungria	45	42	0,5	0,7	0,7	0,8	-15,2	-0,1	-7,5	-0,1
Extra UE	**2 031**	**1 323**	**26,6**	**25,3**	**30,7**	**24,2**	**-22,0**	**-5,8**	**-34,9**	**-10,7**
China	313	268	2,9	4,5	4,7	4,9	1,4	0,1	-14,3	-0,7
Reino Unido	187	27	3,1	2,7	2,8	0,5	-21,9	-0,6	-85,6	-2,4
Brasil	268	158	1,4	2,4	4,1	2,9	20,0	0,3	-41,1	-1,7
EUA	172	136	1,6	1,8	2,6	2,5	-21,0	-0,4	-20,8	-0,5
Nigéria	55	105	0,2	1,6	0,8	1,9	19,2	0,2	91,9	0,8
Turquia	64	90	0,7	1,1	1,0	1,6	-19,6	-0,2	40,3	0,4
Índia	72	37	0,8	0,9	1,1	0,7	-25,9	-0,3	-48,1	-0,5
Rússia	53	91	1,1	0,8	0,8	1,7	-49,6	-0,7	71,4	0,6
Arábia Saudita	51	12	1,2	0,6	0,8	0,2	-50,7	-0,5	-76,4	-0,6
Taiwan	60	33	0,2	0,6	0,9	0,6	-11,8	-0,1	-45,2	-0,4
Coreia do Sul	48	28	0,6	0,6	0,7	0,5	-27,7	-0,2	-42,2	-0,3
Angola	127	3	1,9	0,6	1,9	0,0	-77,0	-1,1	-97,9	-1,9
Guiné Equatorial	61	0	0,4	0,5	0,9	0,0	49,9	0,1	-100,0	-0,9
Suíça	35	26	0,4	0,5	0,5	0,5	6,7	0,0	-27,7	-0,1
Por memória:										
UE-14	4 293	3 849	70,1	70,4	64,9	70,3	-15,0	-10,5	-10,3	-6,7
P. alargamento	287	302	3,3	4,3	4,3	5,5	-6,5	-0,3	5,5	0,2
OPEP[4]	319	147	4,9	3,6	4,8	2,7	-44,3	-2,3	-53,9	-2,6
EFTA	46	27	0,6	0,7	0,7	0,5	-3,7	0,0	-39,9	-0,3
PALOP	135	6	2,0	0,6	2,0	0,1	-74,5	-1,1	-95,8	-1,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2020.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2021.

[2](fev 20-jan 21)/(fev 19-jan 20) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de janeiro de 2021, as "Exportações" (crédito) de Bens e Serviços registaram uma taxa de variação homóloga negativa de (-20,9%). A componente dos Bens contribuiu negativamente (-6,2 p.p.) para a redução das "exportações" totais.

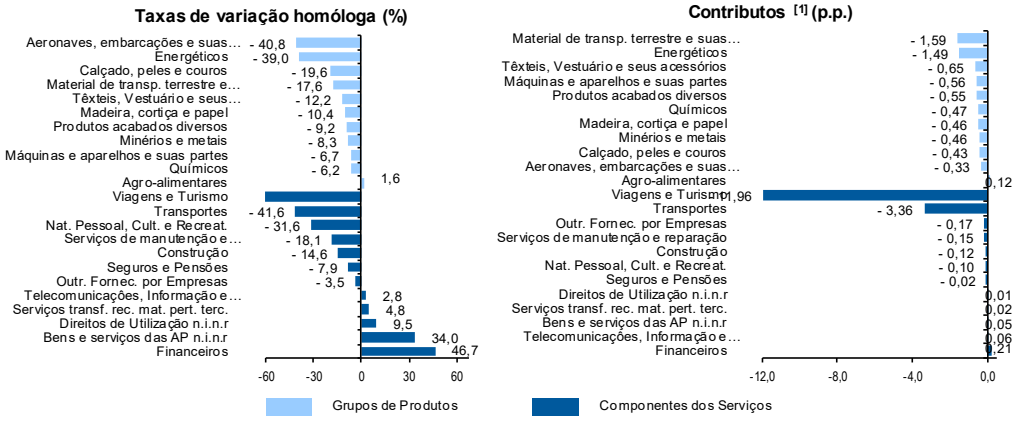
Em janeiro de 2021, a componente dos Serviços representou 23,6% do total das "Exportações" e contribuiu (-14,7 p.p.) para a sua redução. Do lado das "Importações" (débito) o peso desta componente foi de 16,0% no total, tendo contribuído (-6,3 p.p.) para o decréscimo das "Importações" totais (-33,0%) (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em janeiro de 2021, com base em dados do INE para as "Exportações" de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as "Exportações" de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços.

No período em análise, mantém-se o padrão já referido. Merecem referência particular o único contributo positivo, dos "Agroalimentares" (+0,12 p.p.) e, na componente dos serviços, o contributo das rúbricas de "Financeiros" (+0,21 p.p.) e "Telecomunicações, Informação e Informática" (+0,06 p.p.)

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes

Último ano a terminar em janeiro de 2021



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (-22,4%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros

	janeiro		Estrutura (%) Anual		janeiro		Taxas de variação e contributos: média anual	12 meses [1]		janeiro	
								VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
	2020	2021	2015	2020	2020	2021	15-20				
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	**7 524**	**5 953**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**0,2**	**-22,4**	**-22,4**	**-20,9**	**-20,9**
Bens	**5 014**	**4 549**	**66,3**	**70,0**	**66,6**	**76,4**	**1,3**	**-11,1**	**-6,9**	**-9,3**	**-6,2**
Serviços	**2 510**	**1 404**	**33,7**	**30,0**	**33,4**	**23,6**	**-2,1**	**-40,7**	**-15,5**	**-44,1**	**-14,7**
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	32	12	0,4	0,5	0,4	0,2	4,1	4,8	0,0	-61,8	-0,3
Serv. de manutenção e reparação	43	31	0,6	0,9	0,6	0,5	9,3	-18,1	-0,1	-26,3	-0,1
Transportes	621	315	7,7	6,4	8,2	5,3	-3,6	-41,6	-3,4	-49,2	-4,1
Viagens e Turismo	994	358	15,7	10,4	13,2	6,0	-7,8	-61,2	-12,0	-64,0	-8,5
Construção	78	50	0,8	0,9	1,0	0,8	4,1	-14,6	-0,1	-35,8	-0,4
Seguros e Pensões	15	14	0,2	0,2	0,2	0,2	6,2	-7,9	0,0	-10,0	0,0
Financeiros	53	32	0,4	0,9	0,7	0,5	14,2	46,7	0,2	-40,0	-0,3
Direitos de Utilização n.i.n.r	9	8	0,1	0,2	0,1	0,1	11,1	9,5	0,0	-10,3	0,0
Telecom., Informação e Informática	243	197	1,6	3,0	3,2	3,3	13,3	2,8	0,1	-18,7	-0,6
Outr. Fornec. por Empresas	385	360	5,7	6,1	5,1	6,0	1,5	-3,5	-0,2	-6,4	-0,3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	23	15	0,3	0,3	0,3	0,2	-0,1	-31,6	-0,1	-37,3	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	16	12	0,2	0,3	0,2	0,2	8,2	34,0	0,1	-25,2	-0,1
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	**7 748**	**6 233**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**1,8**	**-16,9**	**-16,9**	**-19,5**	**-19,5**
Bens	**6 256**	**5 233**	**82,3**	**82,4**	**80,7**	**84,0**	**1,9**	**-14,8**	**-11,9**	**-16,3**	**-13,2**
Serviços	**1 492**	**1 000**	**17,7**	**17,6**	**19,3**	**16,0**	**1,7**	**-25,7**	**-5,0**	**-33,0**	**-6,3**
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	2	2	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	11,7	0,0	2,0	0,0
Serv. de manutenção e reparação	59	42	0,4	0,6	0,8	0,7	7,0	-16,9	-0,1	-29,0	-0,2
Transportes	379	214	4,6	3,7	4,9	3,4	-2,5	-36,5	-1,7	-43,6	-2,1
Viagens e Turismo	297	129	4,7	3,6	3,8	2,1	-3,5	-49,5	-2,8	-56,7	-2,2
Construção	20	14	0,1	0,3	0,3	0,2	20,3	-10,4	0,0	-32,9	-0,1
Seguros e Pensões	45	39	0,5	0,6	0,6	0,6	6,4	-12	0,0	-12,8	-0,1
Financeiros	69	53	0,7	1,0	0,9	0,9	8,2	27,7	0,2	-23,2	-0,2
Direitos de Utilização n.i.n.r	86	65	0,9	1,0	1,1	1,0	4,3	-2,3	0,0	-24,7	-0,3
Telecom., Informação e Informática	114	115	1,3	1,4	1,5	1,8	3,7	0,8	0,0	0,5	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	387	306	4,0	4,9	5,0	4,9	6,5	-11,2	-0,5	-21,0	-1,0
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	25	12	0,3	0,3	0,3	0,2	1,6	-15,9	-0,1	-51,2	-0,2
Bens e serviços das AP n.i.n.r	8	11	0,1	0,2	0,1	0,2	2,6	44,0	0,0	29,7	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até janeiro de 2021.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Destaques

Alterações climáticas e resiliência económica

Fátima Azevedo[1]

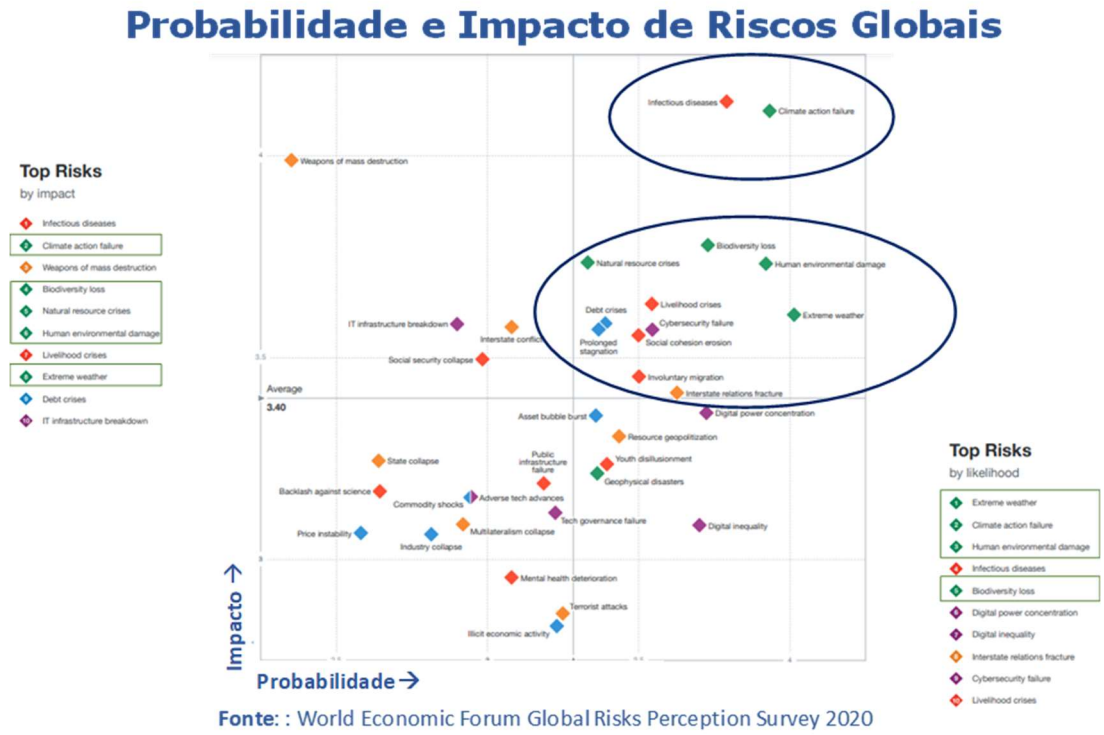
Os riscos económicos associados ao clima

As alterações climáticas comportam riscos muito significativos para o desenvolvimento de longo prazo dos países. Efeitos como secas, vagas de calor, cheias e inundações estão já a provocar danos que, não raras vezes, revertem ganhos de desenvolvimento conquistados nas últimas décadas. Os efeitos das alterações climáticas têm implicações críticas na evolução da pobreza, da segurança alimentar, saúde, produtividade e qualidade de vida, pelo que urge uma agenda de transformação económica que permita satisfazer as metas do Acordo de Paris no horizonte 2030 e potenciar a ambição para alcançar a neutralidade carbónica em meados do século.

Entre 1999 e 2018, ocorreram mais de 12 000 eventos climáticos extremos em todo o mundo, ditando cerca de 495 mil mortes e perdas económicas equivalentes a cerca de 3,54 mil biliões de dólares[2]. Se a corrente pandemia vem evidenciando como um choque desta magnitude aumenta rapidamente o risco de pobreza e de vulnerabilidade das sociedades; a médio e longo prazo, as alterações climáticas podem causar dificuldades muito piores, pelo que são determinantes os investimentos em mitigação e adaptação.

O último Global Risks Report 2021[3] volta a enfatizar como os riscos ambientais, nomeadamente os eventos extremos e o fracasso da ação climática, são os que apresentam maior probabilidade nos próximos dez anos. E, no que respeita ao impacto, as doenças infeciosas e as falhas nas ações climáticas são os maiores riscos no horizonte 2030.

[1] GPEARI-MF. As opiniões expressas no destaque são de responsabilidade da autora e podem não coincidir com as da instituição. Todos os erros e omissões são de responsabilidade da autora.
[2] Eckstein et al (2019) Global Climate Risk 2020 - Who Suffers Most from Extreme Weather Events? Weather-Related Loss Events in 2018 and 1999 to 2018 https://www.germanwatch.org/sites/germanwatch.org/files/20-2-01e%20Global%20Climate%20Risk%20Index%202020_16.pdf)
[3] https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/WEF_The_Global_Risks_Report_2021.pdf



Fonte: : World Economic Forum Global Risks Perception Survey 2020

Descarbonizar a economia global envolve muito mais do que a ambição da 1.ª fase das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), que limitariam o aquecimento a 2,7–3,7°C. Até 2030 são necessárias mudanças fundamentais, bem como garantir que as estratégias de longo prazo são consistentes com os objetivos climáticos.

De acordo com o último relatório do Painel Inter-Governamental para as Alterações Climáticas[4], estas pressionarão os equilíbrios de ecossistemas, economias e sociedades. As temperaturas vão aumentar de forma assimétrica, os padrões de precipitação serão afetados e haverá maior frequência e intensidade de eventos extremos – ciclones tropicais e aumento do nível do mar e tempestades poderão tornar vastas áreas costeiras inabitáveis. Extinções e migrações de espécies vegetais e animais, bem como mudanças na dinâmica de doenças e pragas, penalizarão os ecossistemas e atividades como a agricultura, a pesca e as florestas.

Os efeitos climáticos podem, na próxima década, empurrar mais de 100 milhões de pessoas para a pobreza[5] e, em meados do século, mais de 143 milhões de pessoas na América Latina, Sul Ásia e África Subsaariana podem ser forçadas a migrar para fugir aos impactos.[6]

Quando introduzimos o impacto da pandemia que experienciámos ao longo do último ano, e que ainda experienciamos, verificamos uma exposição acrescida dos grupos populacionais mais vulneráveis e um discurso político orientado para uma recuperação que envolva uma tripla transição: energética, climática e digital.

Por outro lado, a atual pandemia tem evidenciado a vulnerabilidade das nossas sociedades a crises sistémicas e a necessidade de identificar novos caminhos para a colaboração multilateral ágil e eficaz nos apoios.

[4] https://www.ipcc.ch/sr15/

[5] Hallegatte et al (2016), Managing the Impacts of Climate Change on Poverty https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/22787/9781464806735.pdf?sequence=13&isAllowed=y

[6] Rigaud et al (2018) PREPARING FOR INTERNAL CLIMATE MIGRATION, https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/29461

Há quase meio século, desde a Conferência de Estocolmo[7] de 1972 e a publicação sobre os Limites de Crescimento[8], que os cientistas têm alertado para o efeito devastador, abruto e em larga escala dos efeitos das alterações climáticas. Pandemias, eventos climáticos extremos, aumento das desigualdades, crises financeiras globais e outros choques sistémicos são riscos que minam os alicerces das sociedades e que exigem uma resposta global. Megatendências como a urbanização e a economia (e sociedade) em rede facilitaram a rápida disseminação global da COVID-19. Ainda que as alterações climáticas sejam um risco de natureza distinta, comportam desafios idênticos às pandemias em termos de resiliência mundial.

O sistema económico internacional compreende uma rede globalmente conectada de cidades e regiões que concentram pessoas, atividades e capital, com um foco na eficiência e não na resiliência. A crise pandémica tem demonstrado os custos sociais de priorizar a eficiência económica à resiliência.

Mas, na perspetiva científica[9], não se coloca um *trade-off* entre sustentabilidade e desenvolvimento económico, na medida em que a prosperidade de uma economia depende de ecossistemas produtivos. Vários estudos têm veiculado evidências robustas acerca dos benefícios económicos da ação climática, a curto e longo prazo.

No curto prazo, a conjugação de investimentos em tecnologias de baixo carbono pode reduzir as emissões, ao mesmo tempo que dinamiza a economia real. A dissociação da evolução do PIB, enquanto medida de crescimento económico, da das emissões de GEE é a ancora do "crescimento verde", alimentada por um progresso tecnológico que favoreça a eficiência na utilização de recursos e a redução das intensidades de emissão.

A médio e longo prazo, uma agenda transformadora implica a integração das metas climáticas para a economia como um todo, evitando os efeitos negativos em termos sociais, particularmente para os grupos populacionais mais vulneráveis. Essa transição "justa" deverá permitir soluções de baixo carbono que não minem as estruturas de suporte financeiro e social e, pelo contrario, sejam inclusivas e beneficiando transversalmente toda a sociedade. Por isso, a perspetiva de longo prazo que atenda igualmente à justiça intergeracional converge em três condicionantes dos programas de recuperação: i) o potencial de longo prazo, em termos de impactos no capital humano, natural e físico; ii) a resiliência a choques futuros; e iii) a descarbonização e trajetória de crescimento sustentável, com ações de apoio e desenvolvimento de tecnologias verdes, como investimentos em redes que facilitam o uso de energia renovável e veículos elétricos, ou opções de baixa tecnologia, como florestamento e restauração e gestão de paisagens e bacias hidrográficas.

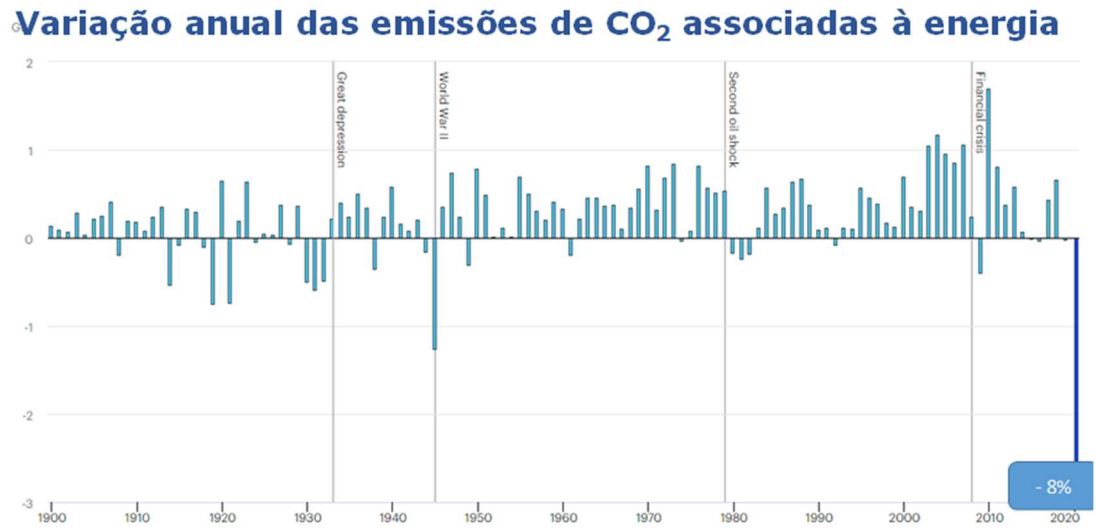
Para essa perspetiva de longo prazo, o gradual alinhamento dos processos orçamentais (*green budgeting*), a avaliação de impacto macroeconómico das políticas ambientais e os instrumentos de caráter fiscal (como o *carbon pricing*) com os objetivos climáticos são particularmente relevantes.

A relevância dos riscos climáticos na estratégia de recuperação pós-pandemia

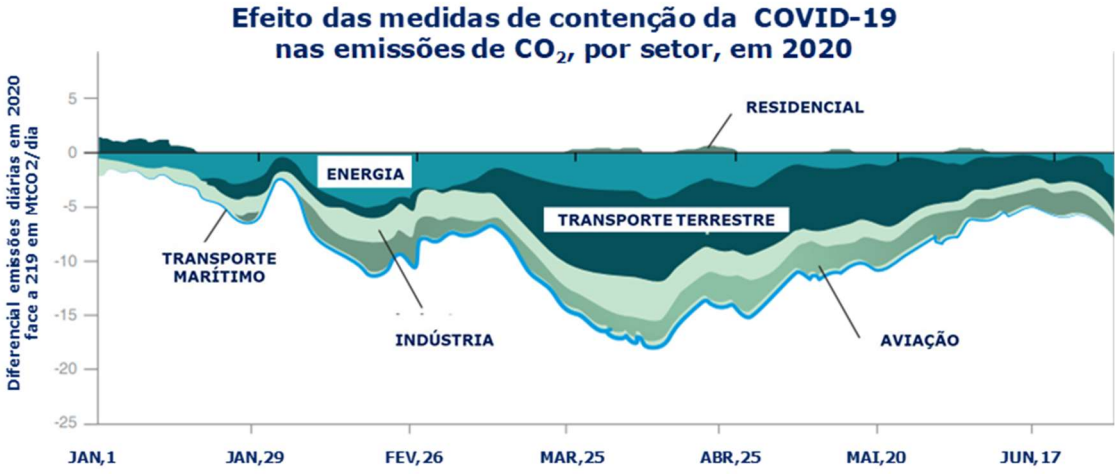
As medidas de contenção da pandemia associadas à COVID-19 determinaram uma redução drástica da atividade económica global e, consequentemente, uma diminuição das emissões de gases com efeito estufa (GEE) sem precedentes no último século. No primeiro semestre de

[7] https://www.un.org/en/conferences/environment/stockholm1972
[8] Meadows, D. et al, Limits of Growth (1972)
[9] Veja-se, por exemplo, Jackson, T., "Prosperity without Growth" (2009) ou Raworth, K., "Doughnut Economics" (2017)

2020, as emissões de dióxido de carbono (CO_2) diminuíram 8% (-17% no pico do confinamento) a nível mundial.



Valores em gigatoneladas (Gt); **Fonte**: Shell (2020)



Fonte: Liu (2020)

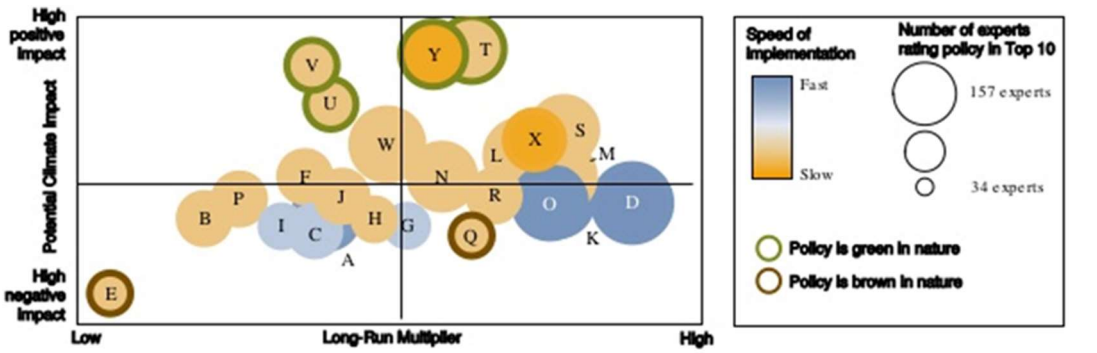
Esta redução temporária das emissões globais dos GEE só terá efeitos positivos no longo prazo se os processos de recuperação económica atenderem à resiliência das sociedades através do alinhamento dos objetivos de crescimento, emprego e coesão social com a sustentabilidade climática e ambiental.

Os estímulos financeiros para dinamizar a economia real são fulcrais. Daí que diversos estudos, como o liderado por Stiglitz e Stern[10], convirjam na ideia de que as políticas públicas devem privilegiar o financiamento de atividades com baixas emissões como sejam as energias renováveis, eficiência energética, mobilidade elétrica, tecnologias de baixo carbono e construção ambientalmente eficiente, no sentido de acelerar a transição para uma sociedade de baixo carbono. Calibrando quatro dimensões - velocidade de implementação, multiplicador económico, impacto climático potencial e o desejo geral para a implementação da medida - de 25 áreas com potencial na recuperação, as conclusões apontam para que os investimentos com

[10] Stiglitz et al (2020), Will COVID-19 fiscal recovery packages accelerate or retard progress on climate change?, Oxford Review of Economic Policy, Volume 36

maior multiplicador a longo prazo e com maior impacto ambiental sejam o investimento na saúde, na educação, na I&D em tecnologias limpas e em infraestruturas limpas/verdes.

Estímulo económico e benefícios ambientais



A. Temporary waiver of interest payments
B. Assisted bankruptcy
C. Liquidity support for large corporations
D. Liquidity support for households, start-ups and SME's
E. Airline bailouts
F. Not for profits, education, research, health inst. Bailouts
G. Reduction in VAT and other goods and services taxes
H. Income tax cuts
I. Business tax deferrals
J. Business tax relief for strategic and structural adj.
K. Direct provision of basic needs
L. Education investment
M. Healthcare investment
N. Worker retraining
O. Targeted direct cash transfers or temporary wage increases
P. Rural support policies
Q. Traditional transport infrastructure investment
R. Project based local infrastructure grant
S. Connectivity infrastructure investment
T. Clean energy infrastructure investment
U. Building upgrades (energy efficiency)
V. Green spaces and natural infrastructure investment
W. Disaster preparedness, capacity building
X. General R&D spending
Y. Clean R&D spending

Fonte Stiglitz et al (Maio 2020)

Por outro lado, é a injeção direta de liquidez através do apoio às famílias e empresas que se traduz no maior efeito multiplicador, mas com potencial negativo para o ambiente, a menos que possa ser acompanhado por estímulos à compra e produção de produtos mais verdes.

Neste complexo contexto, como têm os Estados respondido ao apelo para uma recuperação mais verde?

A trajetória para a neutralidade carbónica, fortemente ancorada no investimento em energia limpa como força motriz para a inovação, emprego e atração de investidores privados, dado o reduzido risco de perda de ativos (*stranded assets*), comporta ainda sinergias positivas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030.

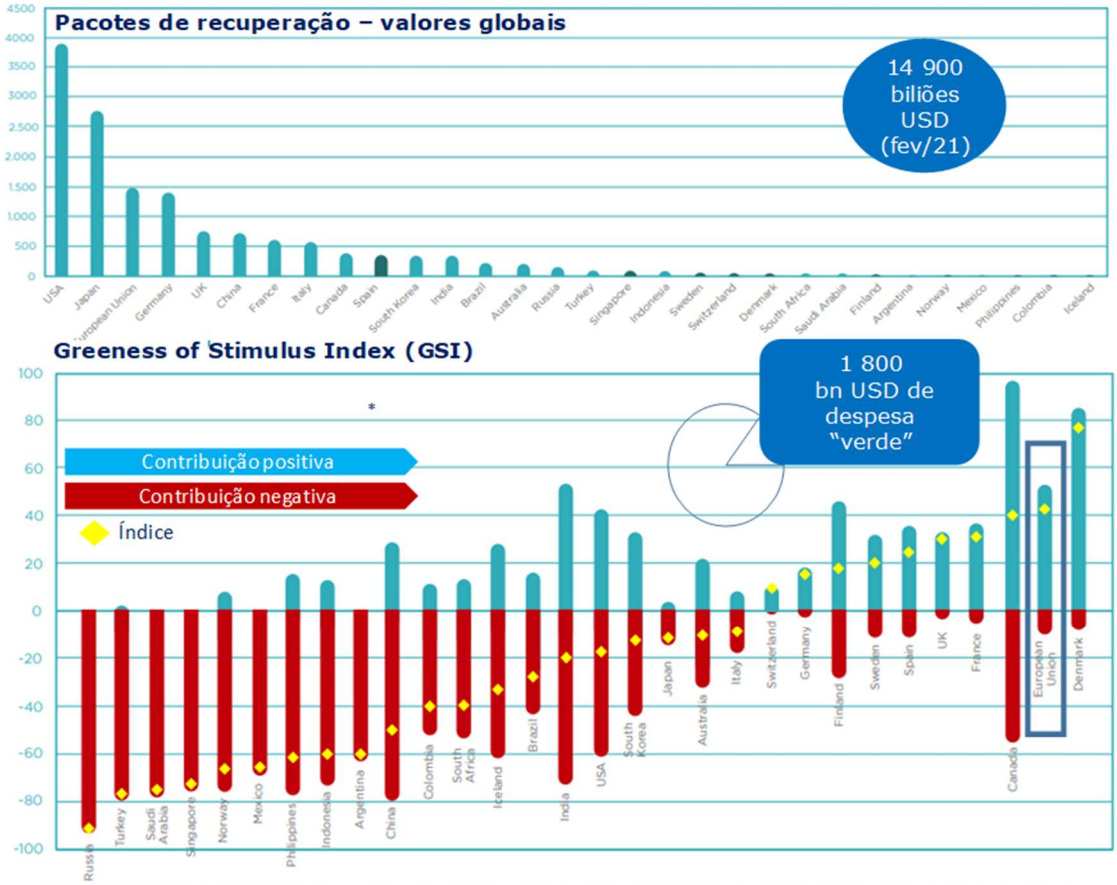
De acordo com o mencionado estudo de Stiglitz, as cinco áreas com potencial multiplicador e benefícios ambientais são:

- Investimento em educação e formação para combater o desemprego imediato resultante da COVID-19 e para capacitar os cidadãos para novos empregos que surgirão da necessidade de descarbonização;
- Investimento em infraestruturas físicas limpas na forma de ativos de energia renovável, armazenamento (incluindo hidrogénio), modernização da rede, sequestro e armazenamento de carbono;
- Investimento na eficiência energética da construção para reabilitação (melhor isolamento, aquecimento e sistemas domésticos de armazenamento de energia);
- Investimento em soluções baseadas na natureza, encorajando a resiliência e regeneração dos ecossistemas com a valorização do capital natural, incluindo a gestão florestal e a agricultura sustentável;
- Investimento em I&D limpo/verde.

Até ao final de 2020 tinham sido anunciados mais de 13 mil biliões de dólares (USD) de financiamento à recuperação, dos quais cerca de 50% são necessários até 2024 para alcançar a neutralidade carbónica até meados do século (1400 biliões de USD/ano)11.

Nos dois primeiros meses de 2021, o montante global de estímulos já aumentou 14,6%, ascendendo a 14,9 mil biliões, considerando os estímulos anunciados pelos EUA (900 mil milhões de dólares), Japão (606 mil milhões), cinco países nórdicos (176 mil milhões), Reino Unido (71 mil milhões), Índia (2 mil milhões) e Turquia (mil milhões) e os reforços da França (de 587 para 612 mil milhões), Austrália (de 176 para 188 mil milhões), Rússia (de 117 para 129 mil milhões), Itália (de 564 para 574 mil milhões), Canadá (de 391 para 400 mil milhões) e Alemanha (mais 5 mil milhões).

O conjunto de estímulos das maiores economias considera a afetação de 32,3%, ou seja, 4 800 biliões de dólares, para os setores com maior impacto direto na redução de emissões a longo prazo - agricultura, indústria, resíduos, energia e transporte; mas apenas 37,5% desse investimento (12,5% do montante total) pode ser classificado como "verde".



Valores em mil milhões de dólares (gráfico 1); GSI é um índice que combina o volume do estímulo canalizado para cinco setores com maior impacto na redução de emissões (agricultura, energia, indústria, transporte e resíduos) e o impacto global no clima e ambiente (gráfico 2);
Fonte Vivid Economics, Greeness of Stimulus Index, Fevereiro 2021

Das diferentes abordagens à recuperação, as políticas das União Europeia 'Next Generation EU' assentes no Pacto Ecológico Europeu envolvem estímulos de 750 mil milhões de euros (830 mil milhões de dólares) dos quais 37% com contributo positivo para o clima e em que os projetos não poderão provocar danos ambientais.

As infraestruturas sustentáveis, porque são resilientes, constituem uma base essencial para alcançar um crescimento inclusivo e sustentável que cumpra os Objetivos de Desenvolvimento

[11] Andrijevic M. et al. "COVID-19 recovery funds dwarf clean energy investment needs." Science 2020.

Sustentável 2030 (ODS) e as metas do Acordo de Paris. No entanto, subsistem duas dificuldades estruturais: a capacidade de concretizar projetos (seja pela natureza de longo prazo, os impactos sociais e demais externalidades, positivas e negativas), e o alinhamento com critérios ambientais. Identificar e gerir sinergias entre a ação climática e as metas de bem-estar potencia os impactos positivos dos pacotes de recuperação. Por exemplo, no setor de transportes, os pacotes de estímulo fiscal centram-se, quase em exclusivo, na aceleração da penetração de veículos elétricos, que poderá ter efeitos perversos em termos económicos, sociais e ambientais.

A verdade é que grande parte dos estímulos continuam orientados para atividades com elevadas emissões ("castanhas"). No caso dos governos das principais economias mundiais12, as medidas anunciadas têm-se concentrado sobretudo na redução das emissões, negligenciando a componente de preservação e valorização da natureza - do estímulo verde de 667 mil milhões de dólares apenas 141 mil milhões estão associados à melhoria biodiversidade ou preservação de ecossistemas, com apenas dez das 25 economias analisadas a apresentarem investimento nas soluções baseadas na natureza.

[12] Vivid Economics, "Greenness of Stimulus Index", Fev/21

Artigos

Em Análise

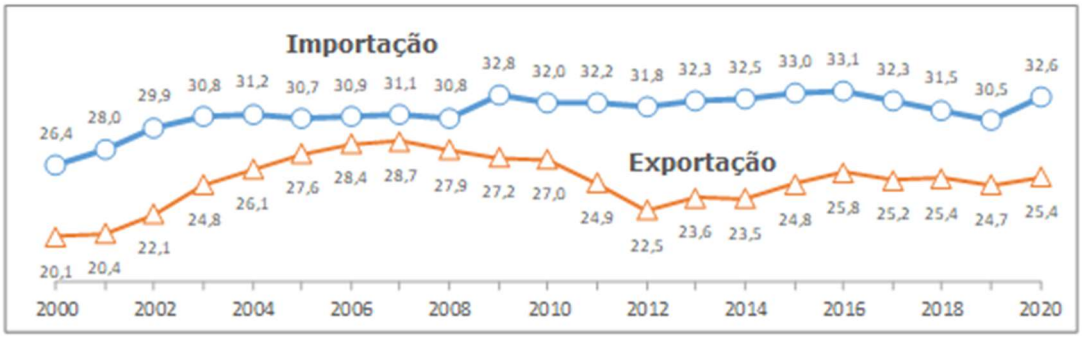
Comércio internacional de mercadorias de Portugal com Espanha - 2016 a 2020

Walter Anatole Marques[1]

1. Nota introdutória

A Espanha é o principal parceiro de Portugal em ambas as vertentes comerciais, tendo sido em 2020 a origem de 32,6% das importações globais de mercadorias e o destino de 25,4% das exportações.

Evolução do peso de Espanha nas importações e exportações portuguesas [%] - 2000 a 2020 -



Fonte: A partir de dados de base do INE; 2020 a 2019 definitivos; 2020 preliminares, com última actualização em 09-02-2021.

Por sua vez, em 2020 Portugal ocupou a 7ª posição no *"ranking"* dos fornecedores de mercadorias a Espanha (4,1%), precedido da Alemanha, China, França, Itália, EUA e Países Baixos, e o 4º lugar entre os principais destinos das exportações espanholas (7,2%), depois da França, Alemanha e Itália.

Importações e Exportações de Espanha em 2020
Posição de Portugal entre os principais países mercados

Importação				Exportação		
Origem	10^9 Euros	[%]		Destino	10^9 Euros	[%]
Mundo	**261 176**	**100,0**		**Mundo**	**274 598**	**100,0**
Alemanha	34 148	13,1	1	França	42 177	15,4
China	29 333	11,2	2	Alemanha	29 567	10,8
França	28 522	10,9	3	Itália	20 472	7,5
Itália	17 803	6,8	4	**Portugal**	**19 791**	**7,2**
EUA	14 052	5,4	5	R. Unido	17 014	6,2
P. Baixos	12 624	4,8	6	EUA	12 196	4,4
Portugal	**10 746**	**4,1**	7	P. Baixos	9 081	3,3
R.Unido	9 366	3,6	8	China	8 169	3,0
Total	156 594	60,0		Total	158 467	57,7

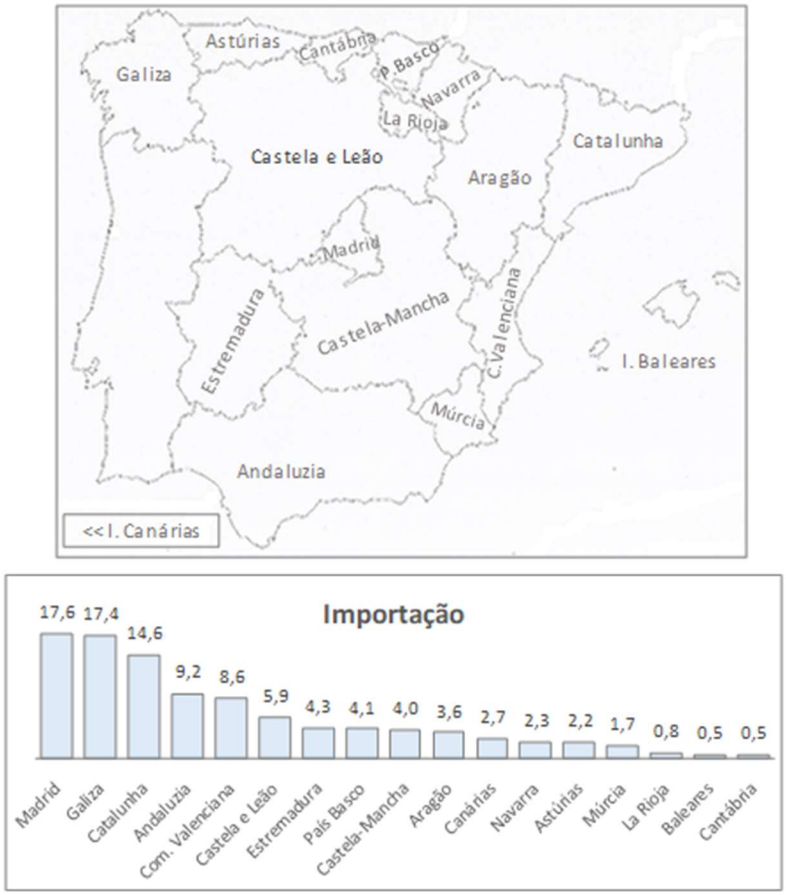
Fonte: A partir de dados de base do ICEX - El Exportador.

De acordo com dados para 2017 constantes da publicação do *AICEP "Espanha, as Comunidades Autónomas (Julho 2018)"*, com dados de base de fonte *ICEX-España Exportación e Inversiones,* as Comunidades Autónomas de Espanha que registaram as maiores quotas de importação

[1] Assessor Principal da Função Pública (AP).

de mercadorias portuguesas foram Madrid (17,6%), a Galiza (17,4%) e a Catalunha (14,6%). Seguiram-se a Andaluzia (9,2%), a Comunidade Valenciana (8,6%) e Castela e Leão (5,9%).

Distribuição das importações nas 17 Comunidades Autónomas de Espanha com origem em Portugal em 2017 [%]



Fonte:Dados de base extraídos da publicação do AICEP "Espanha-As Comunidades Autónomas (Julho 2018), com dados de fonte ICEX-España Exportación e Inversiones".

Pretende-se neste trabalho avaliar, com algum detalhe, a evolução das chegadas e das expedições de mercadorias de e para Espanha (que designaremos respetivamente por importações e exportações) nos últimos cinco anos (2016-2020).

Para a análise da evolução das importações e exportações por produtos transacionados foram estes agregados em 11 Grupos de Produtos, cujo conteúdo, em termos de Nomenclatura Combinada, se encontra definido em *Anexo.*

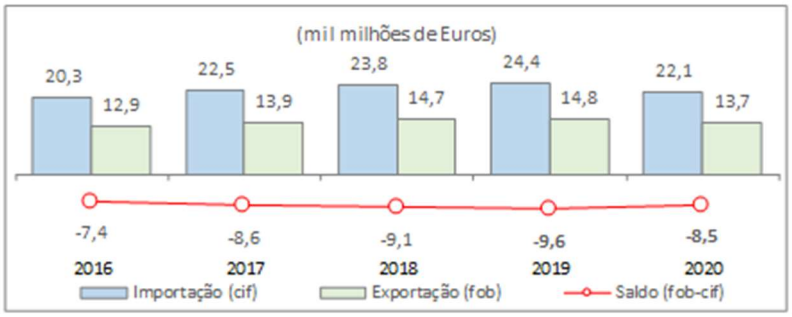
2. Balança Comercial

A Balança Comercial de mercadorias de Portugal com Espanha é deficitária, tendo o saldo oscilado ao longo dos últimos cinco anos entre -7,4 mil milhões de Euros em 2016 e -9,6 mil milhões em 2019 (-8,5 mil milhões em 2020), com um grau de cobertura das importações pelas exportações em torno de 61%.

Balança Comercial de mercadorias Portugal-Espanha (2016 a 2020)

milhões de Euros e %

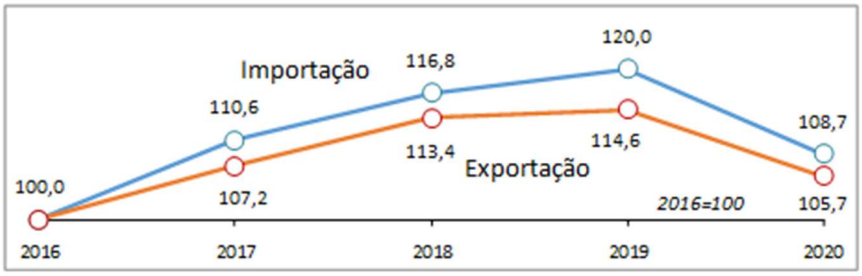
	2016	2017	2018	2019	2020
Importação (Cif)	20 345	22 500	23 770	24 406	22 122
TVH	-	*10,6*	*5,6*	*2,7*	*-9,4*
Exportação (Fob)	12 930	13 854	14 666	14 811	13 670
TVH	-	*7,2*	*5,9*	*1,0*	*-7,7*
Saldo (Fob-Cif)	-7 415	-8 646	-9 104	-9 595	-8 452
TVH	-	*16,6*	*5,3*	*5,4*	*-11,9*
Cobertura (Fob/Cif)	63,6	61,6	61,7	60,7	61,8



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2016 a 2019 - definitivos; 2020 - preliminares, com última actualização em 09-02-2021.

O ritmo de 'crescimento' das importações ao logo do último quinquénio, face aos níveis de 2016, foi superior ao das exportações.

Ritmo de evolução anual em valor das importações e das exportações de Portugal com a Espanha de 2016 a 2020 (2016=100)



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2016 a 2019 - definitivos; 2020 - preliminares, com última actualização em 09-02-2021.

3. Importações

O grupo de produtos com maior peso nas importações portuguesas originárias de Espanha é "Agro-alimentares", sempre acima de 20% na estrutura ao longo dos últimos cinco anos (22,4% em 2020).

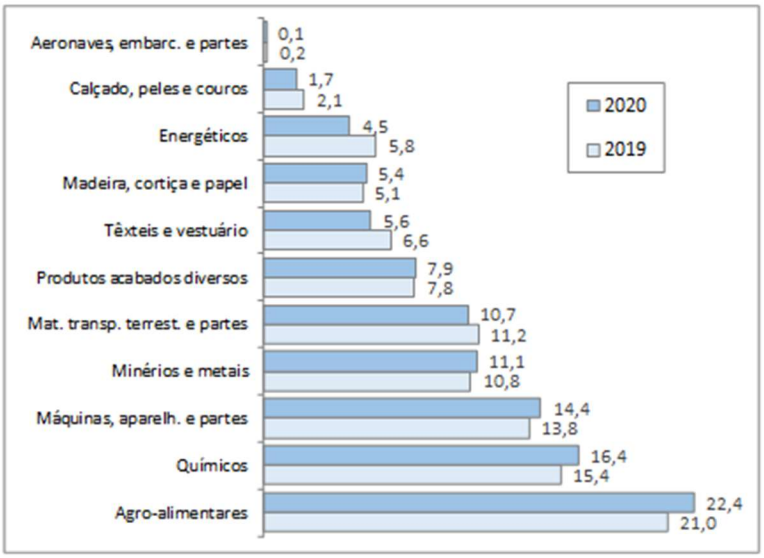
Alinharam-se depois, em 2020, os grupos "Químicos" (16,4%), "Máquinas, aparelhos e partes" (14,4%), "Minérios e metais" (11,1%) e "Material de transporte terrestre e partes" (10,7%). Com pesos inferiores a 10% seguiram-se os grupos "Produtos acabados diversos" (7,9%), "Têxteis e vestuário" (5,6%), "Madeira, cortiça e papel" (5,4%), "Energéticos" (4,5%), "Calçado, peles e couros" (1,7%) e "Aeronaves, embarcações e partes" (0,1%).

Importações de mercadorias com origem em Espanha por grupos de produtos (2016 a 2020)

milhões de Euros

Grupos de produtos	2016	2017	2018	2019	2020
TOTAL	**20 345**	**22 500**	**23 770**	**24 406**	**22 122**
t.v.h.	**-**	**10,6**	**5,6**	**2,7**	**-9,4**
A - Agro-alimentares	4 396	4 863	4 968	5 123	4 948
B - Energéticos	1 343	1 577	1 501	1 426	984
C - Químicos	3 288	3 456	3 706	3 767	3 627
D - Madeira, cortiça e papel	1 085	1 166	1 272	1 255	1 184
E - Têxteis e vestuário	1 580	1 613	1 573	1 618	1 235
F - Calçado, peles e couros	506	481	458	519	375
G - Minérios e metais	2 115	2 488	2 683	2 629	2 447
H - Máquinas, aparelh. e partes	2 545	2 827	3 164	3 372	3 190
I - Mat. transp. terrest. e partes	1 905	2 270	2 611	2 737	2 356
J - Aeronaves, embarc. e partes	38	100	44	49	31
K - Produtos acabados diversos	1 543	1 658	1 791	1 912	1 745

Estrutura das importações em 2019 e 2020 [%]



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2016 a 2019 - definitivos; 2020 - preliminares, com última actualização em 09-02-2021.

No quadro seguinte relacionam-se as principais importações nos últimos dois anos, por grupos de produtos, desagregadas por Capítulos da Nomenclatura Combinada e divididas por acréscimos e decréscimos em valor.

Principais importações por grupos de produtos desagregados por Capítulos da NC -Acréscimos e decréscimos em valor (2019-2020)

milhares de Euros

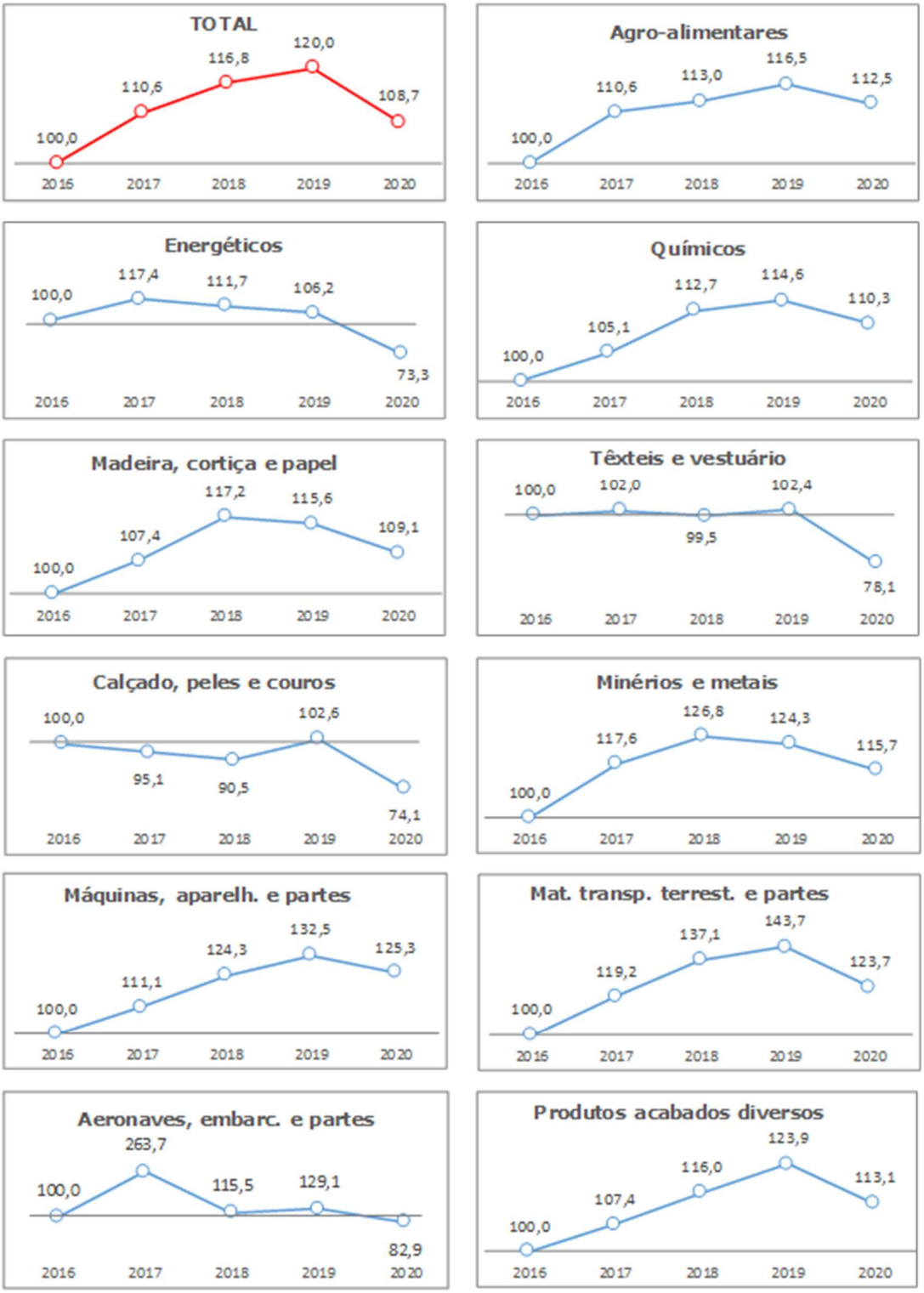
NC-2	Grupos de produtos	2019	2020	TVH	Δ
	TOTAL	**24 405 981**	**22 122 082**	**-9,4** ↘	**-2 283 900**
	A - Agro-alimentares	**5 122 748**	**4 947 730**	**-3,4** ↘	**-175 018**
	Acréscimos:				
08	Frutas, cascas de citrinos e melões	397 488	430 303	8,3 ↗	32 815
23	Resíduos ind aliment; alimentos prep p/animais	205 260	220 879	7,6 ↗	15 619
16	Preparações carnes/peixes/crustáceos/moluscos	196 999	209 811	6,5 ↗	12 812
19	Prep base cereais ou leite; produtos de pastelaria	336 952	345 752	2,6 ↗	8 800
12	Sementes/frutos de oleagin, plantas ind/medicinais	78 338	81 409	3,9 ↗	3 071
21	Preparações alimentícias diversas	179 076	181 346	1,3 ↗	2 270
07	Prod hortícolas, raízes e tubérculos comestíveis	256 812	257 655	0,3 ↗	843
	Decréscimos:				
02	Carnes e miudezas comestíveis	796 743	688 828	-13,5 ↘	-107 914
03	Peixes, crustáceos e moluscos	713 497	645 243	-9,6 ↘	-68 254
15	Gorduras e óleos animais e vegetais	524 424	497 564	-5,1 ↘	-26 860
04	Leite e lacticínios, ovos, mel	312 685	294 065	-6,0 ↘	-18 621
01	Animais vivos	180 765	171 624	-5,1 ↘	-9 141
10	Cereais	95 859	89 203	-6,9 ↘	-6 656
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	309 704	305 166	-1,5 ↘	-4 538
20	Prep de produtos hortícolas, frutas ou plantas	198 335	194 099	-2,1 ↘	-4 236
	Peso no Grupo (%) >>>	*93,4*	*93,2*	-	-
	B - Energéticos	**1 426 186**	**984 456**	**-31,0** ↘	**-441 729**
	Decréscimo:				
27	Combustíveis e óleos minerais; betumes e ceras	1 426 186	984 456	-31,0 ↘	-441 729
	Peso no Grupo (%) >>>	*100,0*	*100,0*	-	-
	C - Químicos	**3 766 507**	**3 626 720**	**-3,7** ↘	**-139 787**
	Acréscimos:				
38	Produtos diversos das indústrias químicas	273 044	331 938	21,6 ↗	58 893
30	Produtos farmacêuticos	362 417	406 825	12,3 ↗	44 407
34	Sabões; lubrificant; ceras artif; velas; prep dentista	253 933	258 515	1,8 ↗	4 582
29	Produtos químicos orgânicos	173 525	176 693	1,8 ↗	3 168
	Decréscimos:				
39	Plástico e suas obras	1 374 018	1 259 412	-8,3 ↘	-114 607
33	Óleos essenciais; perfumaria; cosméticos	352 522	301 277	-14,5 ↘	-51 244
28	Prod quím inorg; comp metais prec/rádio-isótopos	179 278	149 654	-16,5 ↘	-29 624
40	Borracha e suas obras	357 133	335 052	-6,2 ↘	-22 080
32	Extratos tanantes; pigmentos; tintas e vernizes	237 073	223 935	-5,5 ↘	-13 137
31	Adubos e fertilizantes	144 311	131 868	-8,6 ↘	-12 443
	Peso no Grupo (%) >>>	*98,4*	*98,6*	-	-
	D - Madeira, cortiça e papel	**1 254 627**	**1 184 149**	**-5,6** ↘	**-70 479**
	Acréscimo:				
44	Madeira e suas obras; carvão vegetal	373 913	376 113	0,6 ↗	2 199
	Decréscimos:				
48	Papel, cartão e suas obras; obras pasta celulose	638 451	589 274	-7,7 ↘	-49 178
45	Cortiça e suas obras	137 614	127 569	-7,3 ↘	-10 045
	Peso no Grupo (%) >>>	*91,7*	*92,3*	-	-

	E - Têxteis e vestuário	**1 617 966**	**1 234 642**	**-23,7**	↘	**-383 324**
	Acréscimos:					
63	Outr arrtefact têxt; calçado/chapéus usados; trapos	76 394	77 684	1,7	↗	1 291
56	Pastas (ouates), feltros e falsos tecidos, cordoaria	28 455	29 562	3,9	↗	1 107
57	Tapetes e outros revestimentos de matérias têxteis	17 183	17 396	1,2	↗	212
	Decréscimos:					
62	Vestuário excepto de malha e seus acessórios	649 718	449 919	-30,8	↘	-199 799
61	Vestuário de malha e seus acessorios	575 099	451 694	-21,5	↘	-123 405
55	Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	47 606	27 765	-41,7	↘	-19 841
54	Filamentos sintéticos ou artificiais	57 309	45 588	-20,5	↘	-11 721
52	Algodão	56 052	45 054	-19,6	↘	-10 997
60	Tecidos de malha	28 071	22 175	-21,0	↘	-5 896
59	Tecid impregnad/revest; art uso técnico mat têxteis	28 846	25 694	-10,9	↘	-3 152
	Peso no Grupo (%) >>>	*96,7*	*96,6*	-		-
	F - Calçado, peles e couros	**519 243**	**375 128**	**-27,8**	↘	**-144 115**
	Decréscimos:					
64	Calçado e suas partes	278 049	215 886	-22,4	↘	-62 163
42	Obras de couro; artig viagem/bolsas; obras tripa	162 964	104 049	-36,2	↘	-58 915
41	Peles, excepto com pêlo, e couros	75 887	54 507	-28,2	↘	-21 379
	Peso no Grupo (%) >>>	*99,5*	*99,8*	-		-
	G - Minérios e metais	**2 628 574**	**2 447 159**	**-6,9**	↘	**-181 415**
	Acréscimos:					
74	Cobre e suas obras	266 942	304 191	14,0	↗	37 250
83	Obras diversas de metais comuns	158 022	175 186	10,9	↗	17 164
25	Sal, enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento	114 083	125 358	9,9	↗	11 275
	Decréscimos:					
72	Ferro fundido, ferro e aço	788 572	662 043	-16,0	↘	-126 528
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	584 176	521 066	-10,8	↘	-63 110
76	Alumínio e suas obras	478 880	457 743	-4,4	↘	-21 137
82	Ferramentas/cutelari/talheres met comum; s/partes	84 541	73 286	-13,3	↘	-11 255
	Peso no Grupo (%) >>>	*94,2*	*94,8*	-		-
	H - Máquinas, aparelhos e partes	**3 372 272**	**3 189 501**	**-5,4**	↘	**-182 772**
	Decréscimos:					
84	Máq/aparelh mecânic;react nucl;caldeiras;s/partes	1 785 108	1 630 069	-8,7	↘	-155 038
85	Máq/aparelh eléctr; gravad. som/imagem; s/partes	1 587 165	1 559 431	-1,7	↘	-27 733
	Peso no Grupo (%) >>>	*100,0*	*100,0*	-		-
	I - Material de transp. terrestre e partes	**2 737 335**	**2 356 228**	**-13,9**	↘	**-381 108**
	Decréscimo:					
87	Automóv/tractores/ciclos/outr terrest; partes/acess	2 728 971	2 347 559	-14,0	↘	-381 412
	Peso no Grupo (%) >>>	*99,7*	*99,6*	-		-
	J - Aeronaves, embarc. e partes	**48 782**	**31 306**	**-35,8**	↘	**-17 476**
	Decréscimos:					
89	Embarcações e estruturas flutuantes	16 327	4 391	-73,1	↘	-11 935
88	Aeronaves/outr aparelh aéreos/espaciais; s/partes	32 456	26 915	-17,1	↘	-5 541
	Peso no Grupo (%) >>>	*100,0*	*100,0*	-		-
	K - Produtos acabados diversos	**1 911 741**	**1 745 063**	**-8,7**	↘	**-166 678**
	Acréscimo:					
70	Vidro e suas obras	237 762	242 715	2,1	↗	4 952
	Decréscimos:					
94	Mobiliário/colchões/almofad/candeeiros/pré-fabric	498 356	441 596	-11,4	↘	-56 760
90	Aparelh óptic/fotog/medida/precisão/médic;s/partes	470 283	428 567	-8,9	↘	-41 716
95	Brinquedos/jogos/artig desporto; s/partes e acess	233 266	192 678	-17,4	↘	-40 588
69	Produtos cerâmicos	117 181	110 733	-5,5	↘	-6 448
96	Obras diversas	151 486	145 173	-4,2	↘	-6 313
68	Obras de pedra/gesso/cimento/amianto/mica	135 595	134 282	-1,0	↘	-1 313
	Peso no Grupo (%) >>>	*96,5*	*97,2*	-		-

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2019 definitivos e 2020 preliminares, com última actualização em 09-02-2021.

Nos gráficos seguintes encontra-se representada, por grupos de produtos, a variação em valor das importações originárias de Espanha ao longo do último quinquénio (2016=100), sendo particularmente notória uma quebra generalizada em 2020, face ao ano anterior.

Ritmo de 'crescimento' das importações de Espanha por grupos de produtos 2016 a 2020 (2016=100)



4. Exportações

O grupo com maior peso nas exportações é também aqui o dos produtos "Agro-alimentares". Representando 17,5% do Total entre 2016 e 2018, o seu peso desceu no ano seguinte para 17,1%, para se situar em 18,7% em 2020.

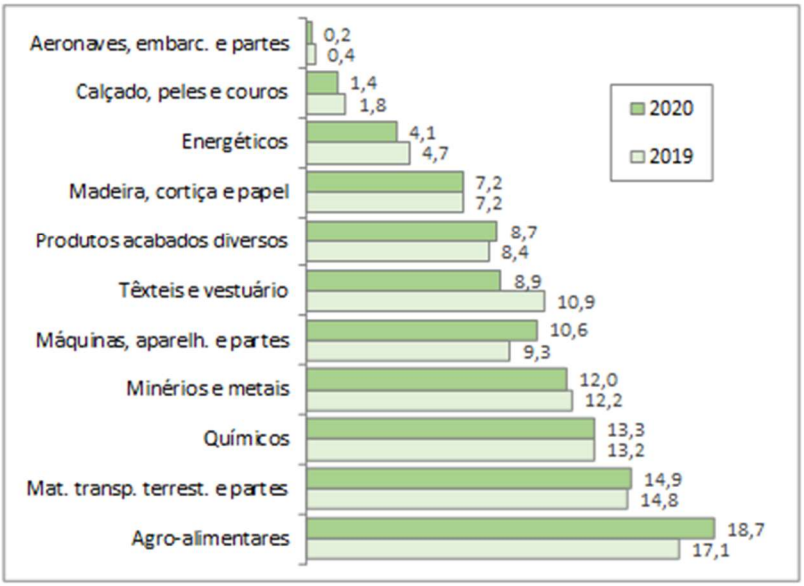
Seguiram-se neste ano os grupos "Material de transporte terrestre e partes" (14,9%), "Químicos" (13,3%), "Minérios e metais" (12,0%), "Máquinas, aparelhos e partes" (10,6%), "Têxteis e vestuário" (8,9%), "Produtos acabados diversos" (8,7%), "Madeira, cortiça e papel" (7,2%), "Energéticos" (4,1%), "Calçado, peles e couros" (1,4%) e "Aeronaves, embarcações e partes" (0,2%).

Exportações de mercadorias com destino a Espanha por grupos de produtos (2016 a 2020)

milhões de Euros

Grupos de produtos	2016	2017	2018	2019	2020
TOTAL	**12 930**	**13 854**	**14 666**	**14 811**	**13 670**
t.v.h.	**-**	**7,2**	**5,9**	**1,0**	**-7,7**
A - Agro-alimentares	2 269	2 418	2 560	2 539	2 561
B - Energéticos	779	867	960	701	564
C - Químicos	1 763	1 867	1 917	1 962	1 812
D - Madeira, cortiça e papel	901	953	1 035	1 065	979
E - Têxteis e vestuário	1 797	1 781	1 713	1 614	1 218
F - Calçado, peles e couros	272	261	275	263	191
G - Minérios e metais	1 447	1 741	1 994	1 804	1 637
H - Máquinas, aparelh. e partes	1 058	1 145	1 099	1 382	1 442
I - Mat. transp. terrest. e partes	1 411	1 564	1 861	2 186	2 042
J - Aeronaves, embarc. e partes	16	31	21	56	29
K - Produtos acabados diversos	1 217	1 226	1 230	1 237	1 194

Estrutura das Exportações em 2019 e 2020 [%]



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2016 a 2019 - definitivos; 2020 - preliminares, com última actualização em 09-02-2021.

No quadro seguinte encontram-se relacionadas as principais exportações efectuadas nos últimos dois anos, por grupos de produtos, desagregadas por Capítulos da Nomenclatura Combinada e divididas por acréscimos e decréscimos em valor.

Principais exportações por grupos de produtos desagregados por Capítulos da NC -Acréscimos e decréscimos em valor (2019-2020)

milharess de Euros

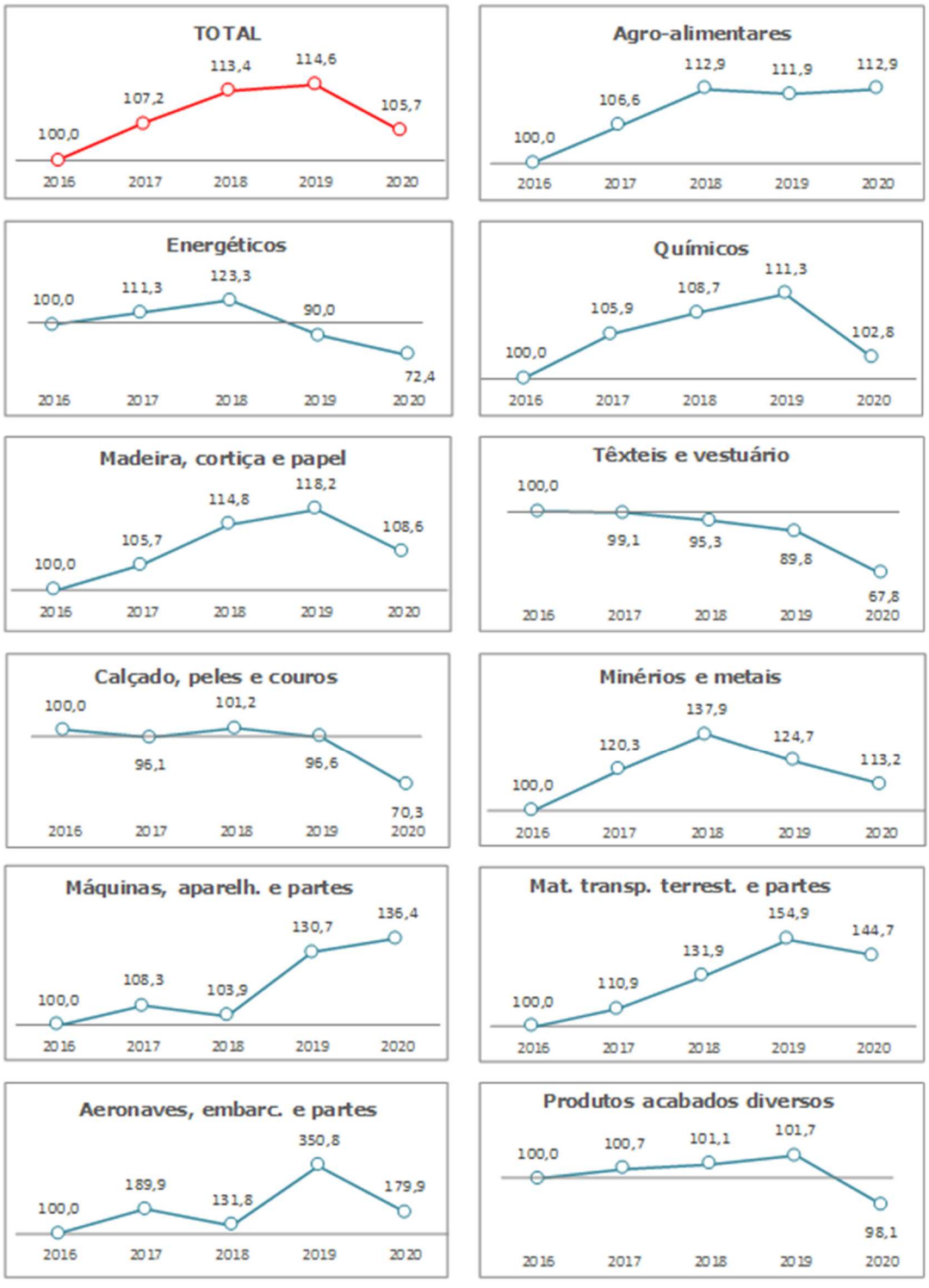
NC-2	Grupos de produtos	2019	2020	TVH	Δ
	TOTAL	**14 811 173**	**13 670 190**	**-7,7** ↘	**-1 140 983**
	A - Agro-alimentares	**2 539 395**	**2 561 093**	**0,9** ↗	**21 699**
	Acréscimos:				
08	Frutas, cascas de citrinos e melões	267 848	333 736	24,6 ↗	65 888
15	Gorduras e óleos animais e vegetais	240 091	292 979	22,0 ↗	52 888
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	136 618	161 808	18,4 ↗	25 190
01	Animais vivos	84 006	107 368	27,8 ↗	23 361
23	Resíduos ind aliment; alimentos prep p/animais	89 092	103 947	16,7 ↗	14 855
12	Sementes/frutos de oleagin, plantas ind/medicinais	51 254	61 424	19,8 ↗	10 170
16	Preparações carnes/peixes/crustáceos/moluscos	43 543	48 658	11,7 ↗	5 115
17	Açúcares e produtos de confeitaria	65 164	69 612	6,8 ↗	4 448
20	Prep de produtos hortícolas, frutas ou plantas	86 544	88 192	1,9 ↗	1 648
	Decréscimos:				
03	Peixes, crustáceos e moluscos	512 777	378 131	-26,3 ↘	-134 645
10	Cereais	51 031	32 982	-35,4 ↘	-18 049
07	Prod hortícolas, raízes e tubérculos comestíveis	123 246	108 364	-12,1 ↘	-14 882
19	Prep base cereais ou leite; produtos de pastelaria	132 336	124 519	-5,9 ↘	-7 817
24	Tabaco e seus sucedâneos manufacturados	280 477	276 215	-1,5 ↘	-4 262
21	Preparações alimentícias diversas	60 135	56 084	-6,7 ↘	-4 052
02	Carnes e miudezas comestíveis	77 695	74 545	-4,1 ↘	-3 150
04	Leite e lacticínios, ovos, mel	138 615	136 946	-1,2 ↘	-1 668
	Peso no Grupo (%) >>>	*96,1*	*95,9*	-	-
	B - Energéticos	**701 324**	**563 963**	**-19,6** ↘	**-137 361**
	Decréscimo:				
27	Combustíveis e óleos minerais; betumes e ceras	701 324	563 963	-19,6 ↘	-137 361
	Peso no Grupo (%) >>>	*100,0*	*100,0*	-	-
	C - Químicos	**1 962 386**	**1 812 395**	**-7,6** ↘	**-149 991**
	Acréscimo:				
30	Produtos farmacêuticos	55 518	66 265	19,4 ↗	10 747
	Decréscimos:				
29	Produtos químicos orgânicos	146 843	93 626	-36,2 ↘	-53 217
39	Plástico e suas obras	1 081 512	1 029 931	-4,8 ↘	-51 581
40	Borracha e suas obras	195 979	172 923	-11,8 ↘	-23 056
38	Produtos diversos das indústrias químicas	130 542	122 009	-6,5 ↘	-8 534
28	Prod quím inorg; comp metais prec/rádio-isótopos	58 095	50 138	-13,7 ↘	-7 958
31	Adubos e fertilizantes	77 028	71 274	-7,5 ↘	-5 754
32	Extratos tanantes; pigmentos; tintas e vernizes	68 829	66 005	-4,1 ↘	-2 824
34	Sabões; lubrificant; ceras artif; velas; prep dentista	68 985	66 691	-3,3 ↘	-2 294
	Peso no Grupo (%) >>>	*96,0*	*95,9*	-	-
	D - Madeira, cortiça e papel	**1 065 068**	**979 271**	**-8,1** ↘	**-85 797**
	Decréscimos:				
48	Papel, cartão e suas obras; obras pasta celulose	484 129	448 450	-7,4 ↘	-35 679
44	Madeira e suas obras; carvão vegetal	278 367	254 233	-8,7 ↘	-24 134
45	Cortiça e suas obras	160 609	143 451	-10,7 ↘	-17 158
47	Pastas madeira/celulose; desperdíc papel/cartão	124 993	118 548	-5,2 ↘	-6 445
	Peso no Grupo (%) >>>	*98,4*	*98,5*	-	-

	E - Têxteis e vestuário	**1 613 876**	**1 218 101**	**-24,5**	↘	**-395 775**
	Acréscimos:					
52	Algodão	41 265	43 500	5,4	↗	2 235
56	Pastas (ouates), feltros e falsos tecidos, cordoaria	40 860	42 418	3,8	↗	1 558
55	Fibras sintéticas ou artificiais, descontinuas	52 913	53 336	0,8	↗	424
	Decréscimos:					
61	Vestuário de malha e seus acessorios	787 701	585 420	-25,7	↘	-202 281
62	Vestuário excepto de malha e seus acessórios	438 391	272 472	-37,8	↘	-165 919
63	Outr arrtefacttêxt; calçado/chapéus usados; trapos	121 088	113 239	-6,5	↘	-7 850
	Peso no Grupo (%) >>>	*91,8*	*91,2*	-		-
	F - Calçado, peles e couros	**262 723**	**191 265**	**-27,2**	↘	**-71 458**
	Decréscimos:					
64	Calçado e suas partes	168 479	129 167	-23,3	↘	-39 312
42	Obras de couro; artig viagem/bolsas; obras tripa	65 537	43 614	-33,5	↘	-21 923
41	Peles, excepto com pêlo, e couros	26 624	17 165	-35,5	↘	-9 459
	Peso no Grupo (%) >>>	*99,2*	*99,3*	-		-
	G - Minérios e metais	**1 804 079**	**1 637 222**	**-9,2**	↘	**-166 857**
	Acréscimos:					
76	Alumínio e suas obras	176 917	185 701	5,0	↗	8 784
82	Ferramentas/cutelari/talheres met comum; s/partes	47 598	51 205	7,6	↗	3 606
	Decréscimos:					
72	Ferro fundido, ferro e aço	615 213	544 028	-11,6	↘	-71 185
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	489 184	450 568	-7,9	↘	-38 615
26	Minérios, escórias e cinzas	127 860	97 189	-24,0	↘	-30 672
83	Obras diversas de metais comuns	82 556	66 279	-19,7	↘	-16 278
74	Cobre e suas obras	107 341	96 426	-10,2	↘	-10 915
71	Pérolas; pedras prec e semi; metais prec; bijutaria	70 973	60 354	-15,0	↘	-10 619
25	Sal, enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento	54 954	53 763	-2,2	↘	-1 191
	Peso no Grupo (%) >>>	*92,6*	*91,7*	-		-
	H - Máquinas, aparelhos e partes	**1 382 114**	**1 442 263**	**4,4**	↗	**60 149**
	Acréscimos:					
85	Máq/aparelh eléctr; gravad. som/imagem; s/partes	630 987	673 415	6,7	↗	42 428
84	Máq/aparelh mecânic;react nucl;caldeiras;s/partes	751 127	768 848	2,4	↗	17 721
	Peso no Grupo (%) >>>	*100,0*	*100,0*	-		-
	I - Material de transp. terrestre e partes	**2 186 392**	**2 041 926**	**-6,6**	↘	**-144 466**
	Decréscimo:					
87	Automóv/tractores/ciclos/outr terrest; partes/acess	2 185 516	2 041 450	-6,6	↘	-144 065
	Peso no Grupo (%) >>>	*100,0*	*100,0*	-		-
	J - Aeronaves, embarc. e partes	**56 499**	**28 970**	**-48,7**	↘	**-27 529**
	Decréscimos:					
88	Aeronaves/outr aparelh aéreos/espaciais; s/partes	43 127	16 738	-61,2	↘	-26 389
89	Embarcações e estruturas flutuantes	13 372	12 232	-8,5	↘	-1 140
	Peso no Grupo (%) >>>	*100,0*	*100,0*	-		-
	K - Produtos acabados diversos	**1 237 318**	**1 193 721**	**-3,5**	↘	**-43 597**
	Acréscimos:					
90	Aparelh óptic/fotog/medida/precisão/médic;s/partes	167 119	211 480	26,5	↗	44 360
68	Obras de pedra/gesso/cimento/amianto/mica	83 863	91 961	9,7	↗	8 098
95	Brinquedos/jogos/artig desporto; s/partes e acess	36 747	38 684	5,3	↗	1 937
	Decréscimos:					
70	Vidro e suas obras	296 765	258 359	-12,9	↘	-38 406
94	Mobiliário/colchões/almofad/candeeiros/pré-fabric	498 938	465 850	-6,6	↘	-33 088
69	Produtos cerâmicos	114 202	91 956	-19,5	↘	-22 246
96	Obras diversas	28 944	27 593	-4,7	↘	-1 351
	Peso no Grupo (%) >>>	*99,1*	*99,3*	-		-

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2019 definitivos e 2020 preliminares, com última actualização em 09-02-2021.

Nos gráficos seguintes encontra-se representado, por grupos de produtos, o ritmo de 'crescimento' em valor das exportações portuguesas para Espanha ao longo dos últimos cinco anos (2016=100), sendo de referir que os dois únicos grupos que em 2020 não registaram uma quebra face ao ano anterior foram *"Agro-alimentares"* e *"Máquinas, aparelhos e partes".*

Ritmo de 'crescimento' das exportações para Espanha por grupos de produtos
2016 a 2020 (2016=100)



5. Quotas de Espanha no comércio internacional de Portugal

Quotas de Espanha nas importações e exportações por grupos de produtos [%] (2016 a 2020)

Grupos de produtos	Importação					Exportação				
	2016	2017	2018	2019	2020	2016	2017	2018	2019	2020
TOTAL	**33,1**	**32,3**	**31,5**	**30,5**	**32,6**	**25,8**	**25,2**	**25,4**	**24,7**	**25,4**
A - Agro-alimentares	45,3	45,6	44,9	45,4	45,9	35,6	35,1	35,9	34,8	34,4
B - Energéticos	21,5	19,2	16,6	15,7	16,7	24,9	22,0	24,3	19,2	22,8
C - Químicos	32,1	31,0	30,3	29,4	29,0	27,2	27,0	26,8	26,0	25,6
D - Madeira, cortiça e papel	52,0	52,8	52,8	52,3	55,2	22,5	23,0	23,5	24,1	24,7
E - Têxteis e vestuário	39,4	38,2	35,6	35,7	31,8	35,3	33,7	31,9	30,5	25,9
F - Calçado, peles e couros	31,8	29,8	27,9	31,8	30,6	12,1	11,4	12,3	12,2	10,7
G - Minérios e metais	43,4	42,0	41,5	41,3	43,1	31,3	32,6	35,3	32,6	32,4
H - Máquinas, aparelh. e partes	24,4	23,5	23,7	23,6	24,6	13,7	13,6	13,3	16,6	18,2
I - Mat. transp. terrest. e partes	25,1	26,6	28,1	28,1	32,0	26,9	25,5	23,7	24,3	27,3
J - Aeronaves, embarc. e partes	4,6	11,0	4,4	1,6	3,2	3,7	6,8	5,5	7,1	6,3
K - Produtos acabados diversos	40,3	39,5	39,6	39,8	39,7	26,0	23,6	22,4	21,1	22,2

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2016 a 2019 - definitivos; 2020 - preliminares, com última actualização em 09-02-2021.

ANEXO

Definição do conteúdo dos Grupos de Produtos por Capítulos da Nomenclatura

Grupos de Produtos	NC-2 / SH-2
A - Agro-alimentares	01 a 24
B - Energéticos	27
C - Químicos	28 a 40
D - Madeira, cortiça e papel	44 a 49
E - Têxteis e vestuário	50 a 63, 65 a 67
F - Calçado, peles e couros	41 a 43, 64
G - Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
H - Máquinas, aparelhos e partes	84, 85
I - Material de transporte terrestre e partes	86, 87
J - Aeronaves, embarcações e partes	88, 89
K - Produtos acabados diversos	68 a 70, 90 a 99

Comércio internacional da pesca, preparações, conservas e outros produtos do mar (2019 e 2020)

Walter Anatole Marques[1]

1. Nota introdutória

Portugal, detentor de uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) a nível europeu e mundial, mantém no âmbito da pesca, preparações, conservas e outros produtos do mar, uma balança comercial deficitária, representando as importações (Fob) um valor duas vezes superior ao das exportações.

Neste trabalho vai-se analisar a evolução destas trocas comerciais com o exterior, a partir de dados de base divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística em versão definitiva para 2019 e ainda preliminar para 2020, com última atualização em 9 de fevereiro de 2021.

2. Peso do setor no comércio internacional global

As importações deste conjunto de produtos representaram 2,8% das importações globais em 2020 (2,7% em 2019) e as exportações, com um peso no Total tendencialmente decrescente nos últimos dois anos, 1,7% (1,8% em 2019).

Evolução do peso da pesca e outros produtos do mar no comércio global [%] (2016 a 2020)

Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos de 2016 a 2019 e preliminares para 2020.

3. Balança Comercial

A balança comercial destes produtos do mar foi deficitária em 2019 e 2020, com défices (Fob-Cif) respetivamente de -1115 milhões de Euros e -1019 milhões, o que representou um decréscimo de -8,6%.

Em 2020, face ao ano anterior, as importações decresceram -11,9% e as exportações decaíram -15,3%, com o grau de cobertura das importações pelas exportações (Fob/Cif) a descer de 49,0% para 47,1%.

[1] Assessor Principal da Função Pública (AP).

Balança Comercial da pesca, preparações, conservas e outros produtos do mar (2019-2020)

	milhões de Euros		TVH
	2019	2020	
Importação (Cif)	2 186	1 926	-11,9
Exportação (Fob)	1 072	907	-15,3
Saldo (Fob-Cif)	-1 115	-1 019	-8,6
Cobertura (Fob/Cif) (%)	49,0	47,1	-

Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos para 2019 e preliminares para 2020, com última actualização em 09-02-2021.

Entre os agregados de produtos considerados destacam-se, nas duas vertentes comerciais, o *"Peixe"*, os *"Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos"* e as *"Preparações e conservas de peixe, crustáceos e moluscos", produtos* que representaram no seu conjunto, nos dois últimos anos, cerca de 98% das importações e das exportações totais.

Peso relativo dos principais componentes em cada uma das vertentes comerciais (%) (2019-2020)

Principais componentes	Importação		Exportação	
	2019	2020	2019	2020
Peixe	63,4	63,4	52,4	48,7
Crustáceos, moluscos, outr. invert. aquáticos	25,0	23,0	24,8	21,2
Prep./conservas de peixe, crust. e moluscos	9,4	11,7	21,2	28,3
Peso no Total >>>	*97,8*	*98,0*	*98,3*	*98,2*

Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos para 2019 e preliminares para 2020, com última actualização em 09-02-2021.

No quadro seguinte consta a balança comercial em 2019 e 2020 de cada um dos sete agregados de produtos aqui considerados

O único agregado em que a Balança Comercial foi favorável a Portugal foi o de *"Preparações e conservas de peixe, crustáceos e moluscos",* +22,1 milhões de Euros em 2019 e +31,9 milhões em 2020.

Os défices dominantes incidiram no *"Peixe"*, -825,6 milhões de Euros em 2019 e -778,7 milhões em 2020 e no agregado *"Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos"*, respectivamente -281,5 e -251,0 milhões de Euros.

Em ***Anexo*** apresentam-se quadros e gráficos com a balança comercial dos diversos componentes desagregados por produtos a quatro ou seis dígitos da Nomenclatura Combinada (NC), com indicação das respectivas quantidades transacionadas.

Balança comercial dos componentes dos produtos da pesca, preparações, conservas e outros produtos do mar (2019-2020)

milhares de Euros

Componentes	2019	2020
Peixe		
Importação (Cif)	1 386 819	1 220 466
Exportação (Fob)	561 263	441 775
Saldo (Fob-Cif)	-825 556	-778 691
Cobertura (Fob/Cif) (%)	40,5	36,2
Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos		
Importação (Cif)	546 928	443 399
Exportação (Fob)	265 454	192 420
Saldo (Fob-Cif)	-281 474	-250 979
Cobertura (Fob/Cif) (%)	48,5	43,4
Preparações e conservas de peixe, crustáceos e moluscos		
Importação (Cif)	204 683	224 640
Exportação (Fob)	226 754	256 557
Saldo (Fob-Cif)	22 071	31 917
Cobertura (Fob/Cif) (%)	110,8	114,2
Gorduras e óleos de peixe e mamíferos marinhos		
Importação (Cif)	4 649	3 052
Exportação (Fob)	1 018	1 537
Saldo (Fob-Cif)	-3 631	-1 515
Cobertura (Fob/Cif) (%)	21,9	50,3
Produtos da pesca impróprios para alimentação humana		
Importação (Cif)	19 017	15 336
Exportação (Fob)	8 731	6 139
Saldo (Fob-Cif)	-10 286	-9 197
Cobertura (Fob/Cif) (%)	45,9	40,0
Sal, águas-mãe de salinas e algas		
Importação (Cif)	23 717	18 721
Exportação (Fob)	8 503	8 913
Saldo (Fob-Cif)	-15 214	-9 808
Cobertura (Fob/Cif) (%)	35,9	47,6
Extractos e sucos [1]		
Importação (Cif)	629	841
Exportação (Fob)	18	20
Saldo (Fob-Cif)	-611	-821
Cobertura (Fob/Cif) (%)	2,9	2,4

[1] De peixe, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.
Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos para 2019 e para 2020, com última actualização em 09-02-2021.

4. Importação

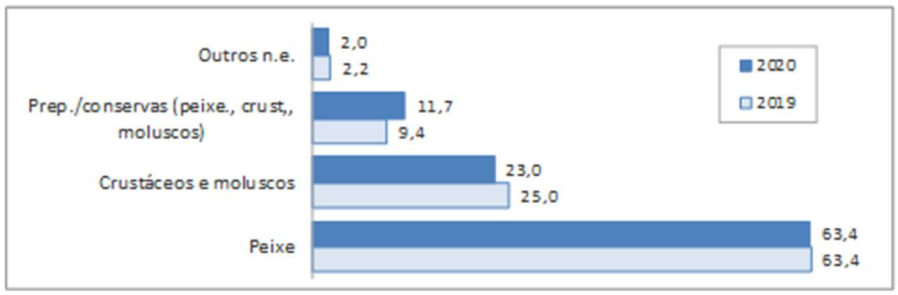
Em 2020 as importações deste conjunto de produtos decresceram -11,9% face ao ano anterior (-260,0 milhões de Euros). As maiores quebras couberam ao *"Peixe"*, -166,4 milhões de Euros, e aos *"Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos",* -103,5 milhões.

Importação de produtos da pesca, preparações, conservas e outros produtos do mar [1], desagregados por p.p. da NC (2019-2020)

NC	Produtos do mar	1000 Euros 2019 [1]	1000 Euros 2020 [2]	1000 Euros Δ [2]-[1]	TVH	Estrutura (%) 2019	Estrutura (%) 2020
	TOTAL	**2186443**	**1926455**	**-259987**	**-11,9** ↘	**100,0**	**100,0**
	Peixe	**1386819**	**1220466**	**-166353**	**-12,0** ↘	**63,4**	**63,4**
0301	Peixes vivos	11640	10744	-896	-7,7 ↘	0,5	0,6
0302	Peixe fresco ou refrigerado excluindo filetes	339145	335566	-3579	-1,1 ↘	15,5	17,4
0303	Peixe congelado excluindo filetes e conservas	467954	380157	-87797	-18,8 ↘	21,4	19,7
0304	Filetes e outra carne de peixe	144183	121657	-22527	-15,6 ↘	6,6	6,3
0305	Peixe seco, salgado, em salmoura ou fumado	423897	372343	-51554	-12,2 ↘	19,4	19,3
	Crustáceos, moluscos e outros invert. aquát.	**546928**	**443399**	**-103529**	**-18,9** ↘	**25,0**	**23,0**
0306	Crustáceos em qq estado, excl. conservas	247978	208826	-39152	-15,8 ↘	11,3	10,8
0307	Moluscos em qq estado, excl. conservas	298096	234100	-63995	-21,5 ↘	13,6	12,2
0308	Invert. aquát. qq estado excl. crustác. e molusc.	854	473	-381	-44,7 ↘	0,04	0,02
	Prep./conservas peixe, crustáceos e moluscos	**204683**	**224640**	**19956**	**9,7** ↗	**9,4**	**11,7**
1604	De peixe; caviar e sucedâneos a partir de ovas	163083	186264	23181	14,2 ↗	7,5	9,7
1605	De crustáceos, moluscos e outros invert. aquát.	41600	38376	-3225	-7,8 ↘	1,9	2,0
1504	**Gorduras e óleos de peixe e mamíf. aquát.**	**4649**	**3052**	**-1597**	**-34,4** ↘	**0,2**	**0,2**
	Prod. pesca impróprios p/allment. humana	**19017**	**15336**	**-3681**	**-19,4** ↘	**0,9**	**0,8**
[2]	Farinhas, pós e "pellets"	8123	4743	-3380	-41,6 ↘	0,4	0,2
[3]	Produtos denominados "solúveis"	10894	10593	-301	-2,8 ↘	0,5	0,5
[4]	**Sal, águas-mãe de salinas e algas**	**23717**	**18721**	**-4996**	**-21,1** ↘	**1,1**	**1,0**
1603	**Extractos e sucos de carnes [5]**	**629**	**841**	**212**	**33,7** ↗	**0,0**	**0,0**

[1] Não inclui transacções, em princípio pouco significativas, consideradas com carácter confidencial.
[2] NC 23012000 [3] NC 23099010 [4] NC 121221+121229+250100.
[5] De peixe, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.

Peso dos agregados de produtos no total (%)



Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos para 2019 e preliminares para 2020, com última actualização em 09-02-2021.

Nas importações de *"Peixe"* assumem particular relevância, entre outras, as de bacalhau nos seus diversos estados, que serão adiante objecto de uma análise mais pormenorizada.

4.1. Mercados de origem

Em 2020 os principais fornecedores deste conjunto de produtos foram a Espanha (40,8%), a Suécia (13,0%), os Países Baixos (8,7%), a China (3,7%), a Dinamarca (3,2%) e a Rússia (2,5%), países que totalizaram 71,9% dos fornecimentos.

Os maiores decréscimos, em Euros, couberam a Espanha (-67,6 milhões), à Rússia (-40,4 milhões), à China (-22,1 milhões), à Índia (-16,3 milhões) e ao Senegal (-14,5 milhões).

Por sua vez, entre os 25 maiores fornecedores os acréscimos incidiram no Equador (+8,3 milhões), Marrocos (+4,7 milhões), Turquia (+4,4 milhões), Itália (+1,2 milhões) e Alemanha (+925 mil Euros).

Principais mercados de origem dos produtos da pesca, preparações, conservas e outros produtos do mar (2019-2020)

Mercados de origem	1000 Euros			TVH	Estrutura (%)	
	2019	2020	Δ		2019	2020
Mundo	**2 186 443**	**1 926 455**	**-259 987**	**-11,9** ↘	**100,0**	**100,0**
Intra-UE27 (2)	1 487 710	1 392 009	-95 701	-6,4 ↘	68,0	72,3
Extra-UE27 (2)	698 733	534 446	-164 286	-23,5 ↘	32,0	27,7
Espanha	853 281	785 661	-67 620	-7,9 ↘	39,0	40,8
Suécia	252 649	249 766	-2 883	-1,1 ↘	11,6	13,0
Países Baixos	176 794	167 587	-9 207	-5,2 ↘	8,1	8,7
China	93 072	70 960	-22 112	-23,8 ↘	4,3	3,7
Dinamarca	66 797	62 371	-4 426	-6,6 ↘	3,1	3,2
Rússia	87 854	47 460	-40 393	-46,0 ↘	4,0	2,5
Índia	53 545	37 243	-16 302	-30,4 ↘	2,4	1,9
Vietname	40 713	34 410	-6 302	-15,5 ↘	1,9	1,8
Equador	25 899	34 233	8 334	32,2 ↗	1,2	1,8
África do Sul	36 405	31 442	-4 963	-13,6 ↘	1,7	1,6
Franca	33 768	28 845	-4 922	-14,6 ↘	1,5	1,5
Grécia	35 740	28 242	-7 498	-21,0 ↘	1,6	1,5
Alemanha	25 351	26 276	925	3,6 ↗	1,2	1,4
Reino Unido	25 094	23 687	-1 407	-5,6 ↘	1,1	1,2
Moçambique	25 667	21 924	-3 742	-14,6 ↘	1,2	1,1
Itália	18 790	19 978	1 188	6,3 ↗	0,9	1,0
EUA	27 744	18 774	-8 969	-32,3 ↘	1,3	1,0
Turquia	13 243	17 632	4 389	33,1 ↗	0,6	0,9
Namíbia	26 260	17 351	-8 910	-33,9 ↘	1,2	0,9
Marrocos	11 003	15 668	4 664	42,4 ↗	0,5	0,8
Noruega	20 755	14 199	-6 556	-31,6 ↘	0,9	0,7
Chile	18 928	13 884	-5 044	-26,6 ↘	0,9	0,7
Mauritânia	14 544	12 902	-1 642	-11,3 ↘	0,7	0,7
Senegal	24 858	10 392	-14 466	-58,2 ↘	1,1	0,5
Indonésia	11 226	9 952	-1 274	-11,3 ↘	0,5	0,5
% do Mundo:	*92,4*	*93,5*	-	-	-	-

Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos para 2019 e preliminares para 2020, com última actualização em 09-02-2021. (http://www.ine.pt)

5. Exportação

As exportações decresceram -15,3% em termos homólogos (-164,4 milhões de Euros).

A principal quebra incidiu no *"Peixe"*, componente com um peso de 48,7%n no Total em 2020 (-119,5 milhões de Euros). Seguiram-se os *"Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos"*, 21,2% do total (-73,0 milhões), principalmente moluscos, excluindo conservas.

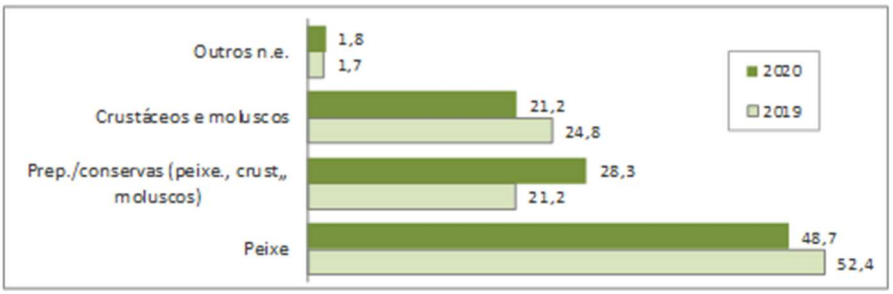
A estas descidas contrapôs-se um aumento das exportações de *"Preparações e conservas de peixe, crustáceos e moluscos"*, 28,3% do Total (+13,1 milhões de Euros), principalmente preparações e conservas de peixe.

Exportação de produtos da pesca, preparações, conservas e outros produtos do mar [1], desagregados por NC (2019-2020)

NC	Produtos do mar	1000 Euros 2019 [1]	1000 Euros 2020 [2]	1000 Euros Δ [2]-[1]	TVH	Estrutura (%) 2019	Estrutura (%) 2020
	TOTAL	**1 071 741**	**907 360**	**-164 381**	**-15,3** ↘	**100,0**	**100,0**
	Peixe	**561 263**	**441 775**	**-119 488**	**-21,3** ↘	**52,4**	**48,7**
0301	Peixes vivos	3 333	2 413	-919	-27,6 ↘	0,3	0,3
0302	Peixe fresco ou refrigerado excluindo filetes	148 880	128 779	-20 101	-13,5 ↘	13,9	14,2
0303	Peixe congelado excluindo filetes e conservas	270 407	196 732	-73 675	-27,2 ↘	25,2	21,7
0304	Filetes e outra carne de peixe	72 310	50 769	-21 542	-29,8 ↘	6,7	5,6
0305	Peixe seco, salgado, em salmoura ou fumado	66 333	63 082	-3 250	-4,9 ↘	6,2	7,0
	Crustáceos, moluscos e outros invert. aquát.	**265 454**	**192 420**	**-73 034**	**-27,5** ↘	**24,8**	**21,2**
0306	Crustáceos em qq estado, excl. conservas	81 787	64 743	-17 045	-20,8 ↘	7,6	7,1
0307	Moluscos em qq estado, excl. conservas	179 147	123 537	-55 610	-31,0 ↘	16,7	13,6
0308	Invert. aquát. qq estado excl. crustác. e molusc.	4 519	4 140	-379	-8,4 ↘	0,4	0,5
	Prep./conservas peixe, crustáceos e moluscos	**226 754**	**256 557**	**29 803**	**13,1** ↗	**21,2**	**28,3**
1604	De peixe; caviar e sucedâneos a partir de ovas	214 255	244 333	30 078	14,0 ↗	20,0	26,9
1605	De crustáceos, moluscos e outros invert. aquát.	12 499	12 224	-275	-2,2 ↘	1,2	1,3
1504	**Gorduras e óleos de peixe e mamíf. aquát.**	**1 018**	**1 537**	**519**	**50,9** ↗	**0,1**	**0,2**
	Prod. pesca impróprios p/aliment. humana	**8 731**	**6 139**	**-2 592**	**-29,7** ↘	**0,8**	**0,7**
[2]	Farinhas, pós e "pellets"	7 612	5 801	-1 812	-23,8 ↘	0,7	0,6
[3]	Produtos denominados "solúveis"	1 118	338	-781	-69,8 ↘	0,1	0,0
[4]	**Sal, águas-mãe de salinas e algas**	**8 503**	**8 913**	**411**	**4,8** ↗	**0,8**	**1,0**
1603	**Extractos e sucos de carnes [5]**	**18**	**20**	**1**	**8,1** ↗	**0,0**	**0,0**

[1] Não inclui transacções, em princípio pouco significativas, consideradas com carácter confidencial.
[2] NC 23012000 [3] NC 23099010 [4] NC 121221+121229+250100.
[5] De peixe, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.

Peso dos agregados de produtos no total (%)



Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos para 2019 e preliminares para 2020, com última actualização em 09-02-2021.

5.1. Mercados de destino

Em 2020 as expedições portuguesas de mercadorias para o espaço intracomunitário representaram 78,6% do Total, com predomínio do mercado espanhol (47,1% do Total). Entre os países terceiros o destino dominante foi o Brasil (6,4%).

Os maiores decréscimos em Euros, couberam a Espanha (-129,4 milhões), Itália (-22,2 milhões), Brasil (-19,9 milhões), China (-6,6 milhões), Angola (-3,8 milhões) e Polónia (-1,6 milhões).

Os principais acréscimos incidiram nas exportações para França (+7,1 milhões), Reino Unido (+6,3 milhões), Alemanha (+3,7 milhões), Suíça e EUA (+2,9 milhões cada), Bélgica (+2,2 milhões), Japão (+2,0 milhões), Países Baixos (+1,7 milhões) e Vietname (+1 milhão de Euros).

Principais mercados de destino dos produtos da pesca, preparações, conservas e outros produtos do mar (2019-2020)

Mercados de destino	1000 Euros			TVH	Estrutura (%)	
	2019	2020	Δ		2019	2020
Mundo	**1 071 741**	**907 360**	**-164 381**	**-15,3** ↘	100,0	100,0
Intra-UE27 (2)	856 383	713 492	-142 891	-16,7 ↘	79,9	78,6
Extra-UE27 (2)	215 358	193 869	-21 490	-10,0 ↘	20,1	21,4
Espanha	556 497	427 076	-129 421	-23,3 ↘	**51,9**	**47,1**
França	111 728	118 807	7 079	6,3 ↗	**10,4**	**13,1**
Itália	123 533	101 348	-22 185	-18,0 ↘	**11,5**	**11,2**
Brasil	77 611	57 694	-19 917	-25,7 ↘	**7,2**	**6,4**
Reino Unido	27 054	33 313	6 259	23,1 ↗	**2,5**	**3,7**
EUA	21 919	24 782	2 863	13,1 ↗	**2,0**	**2,7**
Suíça	14 183	17 103	2 920	20,6 ↗	**1,3**	**1,9**
Alemanha	12 173	15 840	3 667	30,1 ↗	**1,1**	**1,7**
Canadá	10 122	11 035	913	9,0 ↗	**0,9**	**1,2**
Bélgica	8 811	10 962	2 151	24,4 ↗	**0,8**	**1,2**
Angola	12 847	9 088	-3 759	-29,3 ↘	**1,2**	**1,0**
Países Baixos	5 598	7 346	1 748	31,2 ↗	**0,5**	**0,8**
Luxemburgo	6 418	6 557	139	2,2 ↗	**0,6**	**0,7**
China	12 809	6 186	-6 623	-51,7 ↘	**1,2**	**0,7**
Moçambique	5 879	5 896	17	0,3 ↗	**0,5**	**0,6**
Áustria	5 756	5 450	-307	-5,3 ↘	**0,5**	**0,6**
Polónia	6 654	5 019	-1 635	-24,6 ↘	**0,6**	**0,6**
Japão	1 028	3 069	2 041	198,6 ↗	**0,1**	**0,3**
Coreia SL	3 027	2 930	-98	-3,2 ↘	**0,3**	**0,3**
Dinamarca	2 857	2 704	-153	-5,4 ↘	**0,3**	**0,3**
Macau	3 107	2 579	-528	-17,0 ↘	**0,3**	**0,3**
Vietname	1 439	2 475	1 036	72,0 ↗	**0,1**	**0,3**
Israel	1 901	2 077	176	9,3 ↗	**0,2**	**0,2**
Hong Kong	1 739	1 970	232	13,3 ↗	**0,2**	**0,2**
Grécia	1 968	1 776	-192	-9,8 ↘	**0,2**	**0,2**
% do Mundo:	*95,8*	*96,1*	-	-	-	-

Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos para 2019 e preliminares para 2020, com última actualizacaão em 09-02-2021. (http://www.ine.pt)

6. Importação e exportação de sardinha

São conhecidas as limitações impostas ultimamente à pesca da sardinha em zonas em que habitualmente operam os pescadores portugueses e espanhóis, face à acentuada redução do *"stock"* de sardinha verificada ao longo da última década, tendo havido mesmo um parecer científico do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES) que aconselhava a sua proibição.

Em 2020, face ao ano anterior, aumentou a importação de sardinha fresca, refrigerada ou congelada (+20,1% em valor e +29,1% em quantidade) e também a sua exportação (respectivamente +18,1% e +36,8%).

Importação e exportação de sardinha fresca, refrigerada ou congelada [1] (2019 e 2020)

Balança Comercial, quantidade e preço (Euros/Kg)

	1000 Euros		Tons		Euros/Kg	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Importação (Cif)	20 980	25 207	15 013	19 377	1,4	1,3
TVH	-	*20,1*	-	*29,1*	-	-
Exportação (Fob)	15 275	18 033	6 833	9 345	2,2	1,9
TVH	-	*18,1*	-	*36,8*	-	-
Saldo (Fob-Cif)	-5 705	-7 174				
Cobertrura (Fob/Cif) [%]	72,8	71,5				

Principais mercados de origem e destino em 2020

Origem	1000 Euros		TVH	Estrutura (%)	
	2019	2020		2019	2020
Importação					
Total	**20 980**	**25 207**	**20,1**	**100,0**	**100,0**
Intra-UE27 (2)	18 294	18 252	-0,2	87,2	72,4
Extra-UE27 (2)	2 686	6 955	159,0	12,8	27,6
Espanha	16 956	16 142	-4,8	80,8	64,0
Reino Unido	893	4 656	421,1	4,3	18,5
Marrocos	1 480	2 267	53,2	7,1	9,0
Croácia	463	1 084	133,8	2,2	4,3
França	613	781	27,4	2,9	3,1
			Peso no Total >>>	*97,3*	*98,9*
Exportação					
Total	**15 275**	**18 033**	**18,1**	**100,0**	**100,0**
Intra-UE27 (2)	11 865	14 237	20,0	77,7	78,9
Extra-UE27 (2)	3 410	3 797	11,3	22,3	21,1
Espanha	10 286	11 709	13,8	67,3	64,9
França	735	1 409	91,7	4,8	7,8
EUA	1 183	1 330	12,4	7,7	7,4
Canadá	976	1 229	25,9	6,4	6,8
Suíça	346	457	32,3	2,3	2,5
Alemanha	176	288	63,7	1,2	1,6
Reino Unido	240	260	8,2	1,6	1,4
Luxemburgo	190	260	36,6	1,2	1,4
			Peso no Total >>>	*92,5*	*94,0*

[1] Espécies "philchardus", "sardinops" e "sardinela spp"
Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos para 2019 e preliminares para 2020, com última actualização em 09-02-2021. (http://www.ine.pt)

Em 2020 o principal mercado de origem foi a Espanha (64,0%), seguida à distância pelo Reino Unido (18,5%), Marrocos (9,0%), Croácia (4,3%) e França (3,1%). Por sua vez, o principal mercado de destino das exportações foi ainda a Espanha (64,9%), seguida da França (7,8%), dos EUA (7,4%), do Canadá (6,8%), da Suíça (2,5%), da Alemanha (1,6%), do Reino Unido e Luxemburgo (1,4% cada).

As principais exportações portuguesas de sardinha incidem nas tradicionais conservas (com um elevadíssimo grau de cobertura das importações pelas exportações), que registaram em 2020 acréscimos de +23,3% em valor e +25,3% em quantidade.

Importação e exportação de Conservas de Sardinha (2019 e 2020)

Balança Comercial, quantidade e preço (Euros/Kg)

	1000 Euros		Tons		Euros/Kg	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Importação (Cif)	4 293	7 699	1 043	1 677	4,1	4,6
TVH	-	*79,3*	-	*60,8*	-	-
Exportação (Fob)	46 095	56 817	8 049	10 084	5,7	5,6
TVH	-	*23,3*	-	*25,3*	-	-
Saldo (Fob-Cif)	41 802	49 118				
Cobertrura (Fob/Cif)	1 073,7	738,0				

Principais mercados de origem e destino em 2020

Origem	1000 Euros		TVH	Estrutura (%)	
	2019	2020		2019	2020
Importação					
Total	**4 293**	**7 699**	**79,3**	**100,0**	**100,0**
Intra-UE27 (2)	3 321	5 831	75,6	77,4	75,7
Extra-UE27 (2)	972	1 868	92,1	22,6	24,3
Espanha	2 749	4 240	54,3	64,0	55,1
Marrocos	44	1 339	2943,2	1,0	17,4
Alemanha	914	1 258	37,7	21,3	16,3
França	57	585	924,1	1,3	7,6
Reino Unido	60	191	217,3	1,4	2,5
Países Baixos	466	36	-92,3	10,9	0,5
			Peso no Total >>>	*99,9*	*99,3*
Exportação					
Total	**46 095**	**56 817**	**23,3**	**100,0**	**100,0**
Intra-UE (28)	31 721	36 557	15,2	68,8	64,3
Extra-UE (28)	14 375	20 260	40,9	31,2	35,7
França	17 722	19 472	9,9	38,4	34,3
Reino Unido	5 176	8 230	59,0	11,2	14,5
Áustria	4 120	4 512	9,5	8,9	7,9
EUA	2 621	4 477	70,8	5,7	7,9
Bélgica	3 107	3 787	21,9	6,7	6,7
Alemanha	1 748	2 819	61,3	3,8	5,0
Espanha	1 608	1 765	9,8	3,5	3,1
Países Baixos	1 311	1 720	31,2	2,8	3,0
Hong-Kong	1 030	1 515	47,1	2,2	2,7
Itália	785	1 041	32,6	1,7	1,8
Macau	896	1 015	13,2	1,9	1,8
Suíça	788	997	26,5	1,7	1,8
Canadá	822	960	16,8	1,8	1,7
			Peso no Total >>>	*90,5*	*92,1*

[1] Espécies "philchardus", "sardinops" e "sardinela spp"
Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos para 2019 e preliminares para 2020, com última actualização em 09-02-2021. (http://www.ine.pt)

As importações destas conservas, que representaram neste ano cerca de 14% do valor das exportações, registaram o significativo aumento em relação ao ano anterior de +79,3%.

Em 2020, o principal destino das conservas de sardinha foi a França (34,3%), seguida do Reino Unido (14,5%), Áustria e EUA (7,9% cada), Bélgica (6,7%), Alemanha (5,0%), Espanha (3,1%) e Países Baixos (3,0%).

Os principais fornecedores foram a Espanha (55,1%), Marrocos (17,7%) e a Alemanha (16,3%).

7. Importação e exportação de bacalhau

O bacalhau, também conhecido em Portugal pela designação de *"fiel amigo"* por não se deteriorar por longos períodos de tempo, ocupa uma posição importante na alimentação dos portugueses, sendo as suas importações mais de quatro vezes superiores às exportações

A importação de bacalhau, nos seus diversos estados, representou 26,1% do conjunto dos componentes em análise em 2020 (27,1% em 2019), com a exportação a pesar respectivamente 13,6% e 13,4% do Total.

Importação e exportação de bacalhau
Balança Comercial, quantidade e preço médio (Euros/Kg)
(2019 e 2020)

	1000 Euros		Tons		Euros/Kg	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Importação (Cif)	592 641	503 496	104 902	92 089	5,6	5,5
TVH	-	*-15,0*	-	*-12,2*	-	-
Exportação (Fob)	143 893	123 370	21 400	18 583	6,7	6,6
TVH	-	*-14,3*	-	*-13,2*	-	-
Saldo (Fob-Cif)	-448 748	-380 126				
Cobertrura (Fob/Cif) [%]	24,3	24,5				

Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos para 2019 e preliminares para 2020, com última actualização em 09-02-2021. (http://www.ine.pt)

Entre os vários tipos de bacalhau destaca-se o *'Seco, salgado, em salmoura ou fumado'* (64,8% em 2019), seguido do *'Congelado, excluindo filetes'* (25,1%).

Importação por tipos de Bacalhau
(2019 e 2020)

Tipos de bacalhau	1000 Euros		Estrutura (%)		Tons	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
TOTAL	**592 641**	**503 496**	**100,0**	**100,0**	**104 902**	**92 089**
Seco, salgado, salmoura ou fumado	372 939	326 220	62,9	64,8	52 318	47 252
Congelado (excl. filetes)	174 261	126 278	29,4	25,1	43 051	34 199
Fresco ou refrigerado excepto filetes	32 629	39 153	5,5	7,8	5 590	6 959
Filetes em qualquer estado	6 294	6 011	1,1	1,2	1 522	1 426
Carne de bacalhau cong. (excl. filetes)	6 378	5 819	1,1	1,2	2 393	2 248
Bacalhau-Polar em qualquer estado	139	15	0,02	0,00	29	5

Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos para 2019 e preliminares para 2020, com última actualização em 09-02-2021. (http://www.ine.pt)

Principais mercados de origem e destino do bacalhau

milhares de Euros

Destino	2019	2020	TVH	Estrutura (%)	
				2019	2020
Importação					
Mundo	**592 641**	**503 496**	**-15,0**	**100,0**	**100,0**
Intra-EU27 (2)	435 046	409 453	-5,9	73,4	81,3
Extra-EU27 (2)	226 529	216 963	-4,2	38,2	43,1
Suécia	226 529	216 963	-4,2	38,2	43,1
Países Baixos	128 429	125 780	-2,1	21,7	25,0
Rússia	87 854	47 460	-46,0	14,8	9,4
Espanha	48 942	43 117	-11,9	8,3	8,6
Dinamarca	24 658	18 731	-24,0	4,2	3,7
China	22 494	14 803	-34,2	3,8	2,9
Noruega	19 945	13 820	-30,7	3,4	2,7
EUA	20 137	12 303	-38,9	3,4	2,4
		Peso no Total >>>		*97,7*	*97,9*
Exportação					
Mundo	**143 893**	**123 368**	**-14,3**	**100,0**	**100,0**
Intra-EU27 (2)	60 552	58 037	-4,2	42,1	47,0
Extra-EU27 (2)	83 341	65 331	-21,6	57,9	53,0
Brasil	58 504	43 291	-26,0	40,7	35,1
França	21 564	23 244	7,8	15,0	18,8
Espanha	24 365	17 173	-29,5	16,9	13,9
Itália	5 199	7 065	35,9	3,6	5,7
Suíça	4 426	5 696	28,7	3,1	4,6
Reino Unido	2 603	5 268	102,4	1,8	4,3
Angola	4 667	3 130	-32,9	3,2	2,5
Bélgica	2 147	2 655	23,6	1,5	2,2
Luxemburgo	2 764	2 466	-10,8	1,9	2,0
Alemanha	1 917	2 004	4,5	1,3	1,6
EUA	3 328	1 955	-41,2	2,3	1,6
Dinamarca	1 652	1 489	-9,9	1,1	1,2
Países Baixos	705	1 346	91,0	0,5	1,1
Canadá	1 126	1 159	2,9	0,8	0,9
China	4 632	906	-80,4	3,2	0,7
		Peso no Total >>>		*97,0*	*96,3*

Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos para 2019 e preliminares para 2020, com última actualização em 09-02-2021. (http://www.ine.pt)

O principal mercado de origem do bacalhau foi a Suécia (38,2% do Total em 2019 e 43,1% em 2020), seguida dos Países Baixos (21,7% e 25,0%, respectivamente), da Rússia (14,8% e 9,4%) e da Espanha (8,3% e 8,6%).

Sabe-se que uma grande parte do bacalhau consumido em Portugal tem origem na Noruega, país extracomunitário limítrofe da Suécia, mas os dados estatísticos disponíveis apontam para um fornecimento, pela Noruega, em 2020, de apenas 2,1 mil toneladas (13,8 milhões de Euros), contra 29,8 mil toneladas no valor de 217 milhões de Euros fornecidos pela Suécia.

Tudo indica que a prevalência da Suécia entre os fornecedores de Portugal contabilizados pelo INE reside no facto de ser este um país de *"introdução em livre prática"* na União Europeia do bacalhau norueguês destinado a Portugal, após cumpridas as formalidades aduaneiras.

Em 2020 Portugal exportou 18,6 mil toneladas de bacalhau (21,4 mil no ano anterior), principalmente *'Congelado, excluindo filetes'* e *'Seco, salgado, em salmoura ou fumado".*

Exportação por tipos de Bacalhau
(2019 e 2020)

Tipos de bacalhau	1000 Euros		Estrutura (%)		Tons	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
TOTAL	**143 893**	**123 370**	**100,0**	**100,0**	**21 400**	**18 583**
Congelado (excl. filetes)	60 670	48 883	42,2	39,6	9 552	7 761
Seco, salgado, salmoura ou fumado	51 989	47 612	36,1	38,6	7 324	7 065
Carne de bacalhau cong. (excl. filetes)	15 769	12 836	11,0	10,4	1 722	1 540
Filetes em qualquer estado	10 091	10 812	7,0	8,8	1 814	1 630
Fresco ou refrigerado excepto filetes	5 301	3 225	3,7	2,6	968	587
Bacalhau-Polar em qualquer estado	73	2	0,1	0,0	21	0

Fonte: A partir de dados de base do INE, definitivos para 2019 e preliminares para 2020,
com última actualização em 09-02-2021. (http://www.ine.pt)

Em 2020 as principais exportações de bacalhau tiveram por destino o Brasil (35,1%), a França (18,8%) e a Espanha (13,9%).

Seguem-se, em Anexo, quadros e gráficos com a balança comercial dos componentes do conjunto dos produtos da pesca, preparações, conservas e outros produtos do mar consideradas neste trabalho, desagregadas por produtos da NC a 4 ou 6 dígitos e indicação das quantidades transacionadas.

ANEXO

Anexo 1 - Peixes vivos (incluindo ornamentais)

NC 0301	1000 Euros		TVH		Toneladas	
	2019	2020			2019	2020
Importação (Cif)	11 640	10 744	-7,7	↘	703	825
Exportação (Fob)	3 333	2 413	-27,6	↘	240	117
Saldo (Fob-Cif)	-8 307	-8 330	0,3	↗	-	-
Cobertura (Fob/Cif) [%]	28,6	22,5	-	↘	-	-

Anexo 2 - Peixe fresco ou refrigerado, excepto filetes e outra carne de peixe

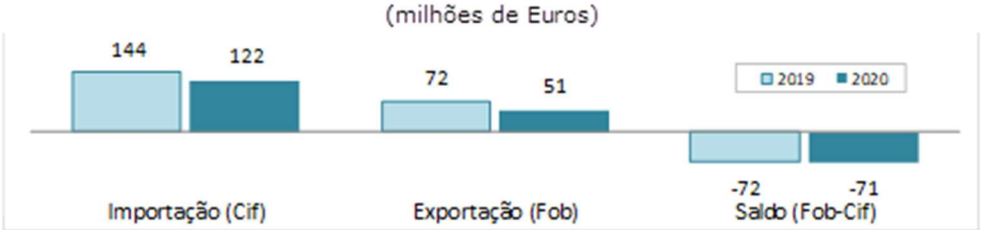
NC 0302	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2019	2020		2019	2020
Importação (Cif)	339 145	335 566	-1,1 ↘	72 952	77 898
Exportação (Fob)	148 880	128 779	-13,5 ↘	42 265	35 506
Saldo (Fob-Cif)	-190 265	-206 787	8,7 ↗	-	-
Cobertura (Fob/Cif) [%]	43,9	38,4	- ↘	-	-

Anexo 3 - Peixe congelado excepto filetes e outra carne de peixe

NC 0303	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2019	2020		2019	2020
Importação (Cif)	467 954	380 157	-18,8 ↘	150 667	135 623
Exportação (Fob)	270 407	196 732	-27,2 ↘	102 716	76 316
Saldo (Fob-Cif)	-197 547	-183 425	-7,1 ↘	-	-
Cobertura (Fob/Cif) [%]	57,8	51,8	- ↘	-	-

Anexo 4 - Filetes e outra carne de peixe, mesmo picada, frescos, refrigerados ou congelados

NC 0304	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2019	2020		2019	2020
Importação (Cif)	144 183	121 657	-15,6 ↘	35 126	30 821
Exportação (Fob)	72 310	50 769	-29,8 ↘	14 178	10 945
Saldo (Fob-Cif)	-71 873	-70 888	-1,4 ↘	-	-
Cobertura (Fob/Cif) [%]	50,2	41,7	- ↘	-	-

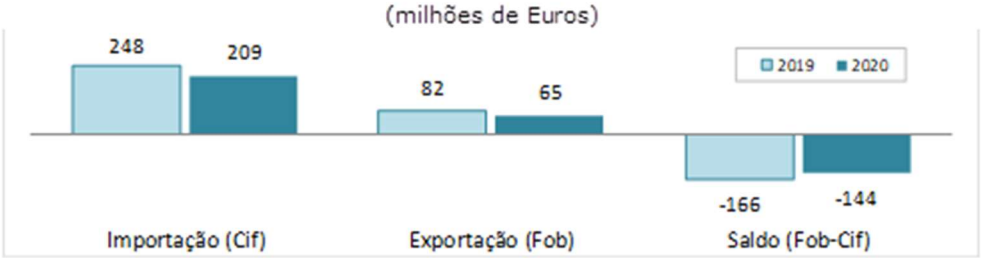


Anexo 5 - Peixe seco, salgado, em salmoura ou fumado; farinhas pós e "pellets" para alimentação humana

NC 0305	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2019	2020		2019	2020
Importação (Cif)	423 897	372 343	-12,2 ↘	62 186	56 380
Exportação (Fob)	66 333	63 082	-4,9 ↘	11 003	10 536
Saldo (Fob-Cif)	-357 564	-309 260	-13,5 ↘	-	-
Cobertura (Fob/Cif) [%]	15,6	16,9	- ↗	-	-

Anexo 6 - Crustáceos vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados, em salmoura ou fumados, mesmo cozidos

NC 0306	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2019	2020		2019	2020
Importação (Cif)	247 978	208 826	-15,8 ↘	34 157	30 326
Exportação (Fob)	81 787	64 743	-20,8 ↘	8 796	7 141
Saldo (Fob-Cif)	-166 191	-144 084	-13,3 ↘	-	-
Cobertura (Fob/Cif) [%]	33,0	31,0	- ↘	-	-



Anexo 7 - Moluscos vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados, em salmoura ou fumados, mesmo cozidos

NC 0307	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2019	2020		2019	2020
Importação (Cif)	298 096	234 100	-21,5 ↘	66 191	53 416
Exportação (Fob)	179 147	123 537	-31,0 ↘	36 304	27 496
Saldo (Fob-Cif)	-118 948	-110 563	-7,0 ↘	-	-
Cobertura (Fob/Cif) [%]	60,1	52,8	- ↘	-	-

Anexo 8 - Invertebrados aquáticos (excepto crustáceos e moluscos) vivos, frescos, refrig., congelados, secos, salgados, em salmoura ou fumados, farinhas, pós e "pellets"

NC 0308	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2019	2020		2019	2020
Importação (Cif)	854	473	-44,7 ↘	35	26
Exportação (Fob)	4 519	4 140	-8,4 ↘	316	326
Saldo (Fob-Cif)	3 665	3 667	0,1 ↗	-	-
Cobertura (Fob/Cif) [%]	529,2	876,1	- ↗	-	-

(milhares de Euros)

Anexo 9 - Gorduras e óleos de peixe e de mamíferos marinhos, mesmo refinados

NC 1504	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2019	2020		2019	2020
Importação (Cif)	4 649	3 052	-34,4 ↘	1 114	640
Exportação (Fob)	1 018	1 537	50,9 ↗	803	1 037
Saldo (Fob-Cif)	-3 631	-1 515	-58,3 ↘	-	-
Cobertura (Fob/Cif) [%]	21,9	50,3	- ↗	-	-

(milhares de Euros)

Anexo 10 - Preparações e conservas de peixe, caviar e sucedâneos

NC 1604	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2019	2020		2019	2020
Importação (Cif)	163 083	186 264	14,2 ↗	40 265	47 897
Exportação (Fob)	214 255	244 333	14,0 ↗	39 510	47 698
Saldo (Fob-Cif)	51 172	58 069	13,5 ↗	-	-
Cobertura (Fob/Cif) [%]	131,4	131,2	- ↘	-	-

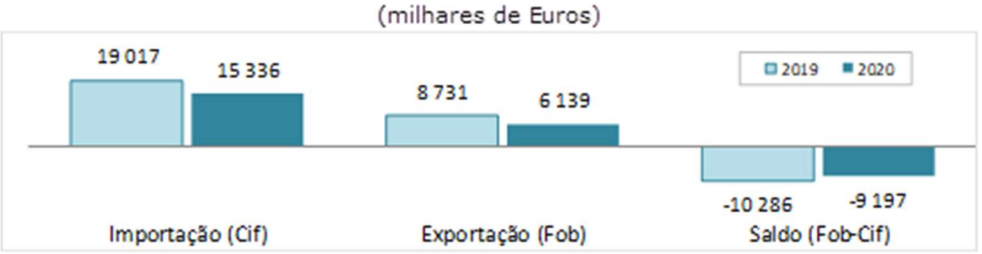
(milhões de Euros)

Anexo 11 - Preparações e conservas de crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos

NC 1605	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2019	2020		2019	2020
Importação (Cif)	41 600	38 376	-7,8 ↘	16 442	15 789
Exportação (Fob)	12 499	12 224	-2,2 ↘	4 193	3 623
Saldo (Fob-Cif)	-29 101	-26 152	-10,1 ↘	-	-
Cobertura (Fob/Cif) [%]	30,0	31,9	- ↗	-	-

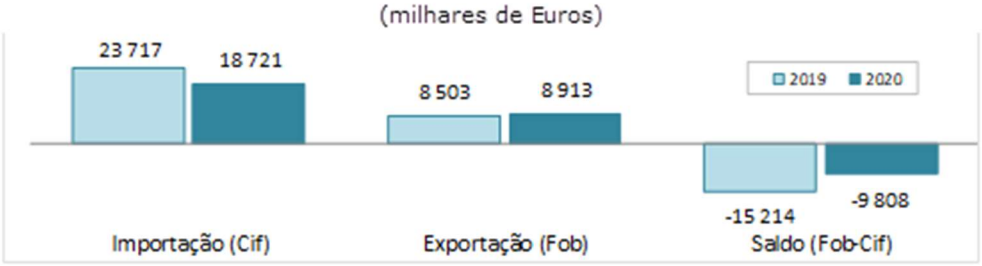
Anexo 12 - Farinha, pós, "pellets" de peixe, crustáceos, moluscos e outros inverteb. e prod. "solúveis" impróprios p/alimentação humana

NC 230110/23099010	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2019	2020		2019	2020
Importação (Cif)	19 017	15 336	-19,4 ↘	15 360	11 995
Exportação (Fob)	8 731	6 139	-29,7 ↘	7 586	5 983
Saldo (Fob-Cif)	-10 286	-9 197	-10,6 ↘	-	-
Cobertura (Fob/Cif) [%]	45,9	40,0	- ↘	-	-



Anexo 13 - Sal, água do mar, águas-mãe de salinas e algas

NC 250100 NC 121221/29	1000 Euros		TVH	Toneladas	
	2019	2020		2019	2020
Importação (Cif)	23 717	18 721	-21,1 ↘	278 354	232 205
Exportação (Fob)	8 503	8 913	4,8 ↗	13 848	15 117
Saldo (Fob-Cif)	-15 214	-9 808	-35,5 ↘	-	-
Cobertura (Fob/Cif) [%]	35,9	47,6	- ↗	-	-



Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Videoconferência dos Ministros das Finanças da União Europeia 16 de março de 2021	Do debate ocorrido na videoconferência dos Ministros da Finanças da União Europeia de 16 de março de 2021, o terceiro sob Presidência Portuguesa, destacam-se os seguintes temas: ▪ **Tributação da economia digital** - Os Ministros trocaram pontos de vista sobre o ponto de situação e o caminho a seguir no que respeita aos desafios para a fiscalidade decorrentes da digitalização da economia, tendo destacado o seu apoio às negociações em curso no âmbito da OCDE, que visam alcançar uma solução mundial e consensual até meados de 2021. Os Ministros reafirmaram as conclusões de novembro passado, as quais confirmam a sua disponibilidade para analisar soluções que permitam à UE dar resposta aos desafios fiscais decorrentes da digitalização, caso não se registem progressos no formato G20/OCDE. ▪ **Recuperação económica na União Europeia** – Os Ministros discutiram a atual situação económica e as perspetivas futuras para a recuperação da economia da União Europeia, com base numa apresentação da Autoridade Bancária Europeia sobre a situação económica e financeira na União e a apresentação do Banco Central Europeu das suas mais recentes previsões. ▪ **Política Orçamental** – Os Ministros discutiram a execução da política orçamental no âmbito da atual crise pandémica e das perspetivas de recuperação, nomeadamente no que respeita à aplicação da cláusula de derrogação de âmbito geral do Pacto de Estabilidade e Crescimento, às medidas de apoio à economia e à necessidade de assegurar a sustentabilidade orçamental a médio prazo tendo em conta a evolução da pandemia, com base na apresentação da Comunicação da Comissão Europeia "Um ano após o início do surto de COVID-19: resposta em termos de política orçamental". A Comissão anunciou ao Conselho que irá definir orientações específicas de política orçamental no seu pacote da primavera, no âmbito do Semestre Europeu. ▪ **Mecanismo de Recuperação e Resiliência** – Os Ministros fizeram um ponto de situação relativamente à implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, em particular sobre a preparação dos Planos de Recuperação e Resiliência e o progresso na ratificação da Decisão sobre os Recursos Próprios. A Comissão Europeia realçou áreas nas quais mais progressos serão ainda necessários para alinhar os programas nacionais com o Regulamento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. ▪ **Pagamentos de retalho** – Os Ministros foram informados do acordo previamente alcançado quanto às Conclusões sobre a estratégia para os pagamentos de retalho. A estratégia foi apresentada pela Comissão em 24 de setembro de 2020 e estabelece um quadro abrangente para continuar a desenvolver o mercado de pagamentos de retalho na UE. Nas conclusões, o Conselho confere um forte mandato político à Comissão para levar por diante iniciativas neste domínio, nomeadamente para promover a utilização de soluções de pagamento imediatas à escala da UE e acompanhar o desenvolvimento de um "euro digital". Destaca igualmente os muitos desafios a ter em conta, tais como a inclusão financeira, a segurança e a

Iniciativa	Sumário
	defesa dos consumidores, a proteção de dados e os aspetos relacionados com a luta contra o branqueamento de capitais.
Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)) – Quadro da avaliação da OCDE Conselho de Ministros de 25 de março de 2021	Aprovou a o decreto-lei que moderniza os incentivos à cooperação das instituições de ensino superior com a administração pública e as empresas e o apoio à diversificação da oferta formativa e a aprendizagem ao longo da vida. Este diploma insere-se no esforço contínuo de reforço do ensino superior e da sua inserção social, que foi particularmente discutido e tem evoluído no quadro da avaliação realizada pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).
Grandes Opções para 2021-2025 Conselho de Ministros de18 de março de 2021	Aprovou, na generalidade, as Grandes Opções para 2021-2025, tendo sido enviadas para análise e parecer do Conselho Económico e Social.
Estrutura de Missão «Recuperar Portugal» – Plano de Recuperação e Resiliência Conselho de Ministros de 18 de março de 2021	Aprovou a resolução que cria a Estrutura de Missão «Recuperar Portugal», cujo objetivo é promover a gestão e monitorização da execução e concretização dos objetivos operacionais do Plano de Recuperação e Resiliência.
Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – Mecanismo de Recuperação e Resiliência da União Europeia Conselho de Ministros de 18 de março de 2021	Aprovou o decreto-lei que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). No âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência da União Europeia, do Next Generation EU e do acompanhamento e implementação do PRR.
Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024 Conselho de Ministros de 18 março de 2021	Aprovou a Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024.
Condições de construção dos aeródromos civis nacionais Conselho de Ministros de 5 de março de 2021	Aprovou uma proposta de lei, a submeter à apreciação da Assembleia da República, que altera a legislação que define as condições de construção dos aeródromos civis nacionais.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Assunto/Diploma	Descrição
Medidas aplicáveis ao tráfego de navios de cruzeiro Despacho n.º 3436-A/2021 - Diário da República n.º 62/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-03-30	Prorroga a proibição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais.

Assunto/Diploma	Descrição
Prorroga o regime excecional e transitório de reorganização do trabalho Decreto-Lei n.º 25-A/2021 - Diário da República n.º 62/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-30	Prorroga o regime excecional e transitório de reorganização do trabalho e de minimização de riscos de transmissão da infeção da doença COVID-19 no âmbito das relações laborais.
Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização Portaria n.º 72/2021 - Diário da República n.º 62/2021, Série I de 2021-03-30	Procede à décima alteração do Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização.
Medidas aplicáveis ao tráfego aéreo Despacho n.º 3358/2021 Diário da República n.º 60-A/2021, Série II de 2021-03-28	Define as medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal continental.
Regulamenta o estado de emergência Decreto n.º 5/2021 - Diário da República n.º 60-A/2021, Série I de 2021-03-28	Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República.
Regime excecional em matéria fiscal e de Segurança Social Decreto-Lei n.º 24/2021 - Diário da República n.º 60/2021, Série I de 2021-03-26	Estabelece um regime excecional e temporário em matéria de obrigações e dívidas fiscais e de contribuições à Segurança Social.
Calendário fiscal 2020/2021– Código do IRC Despacho do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais n.º 99/2021-XXII, de 2021-03-26	Calendário fiscal 2020/2021: Depreciações (flexibilização da comunicação a que se refere o n.º 5 do art. º 31.º-A do Código do IRC).
Autorização da renovação do estado de emergência Resolução da Assembleia da República n.º 90-A/2021 - Diário da República n.º 59/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-25	Autorização da renovação do estado de emergência.
Renova a declaração do estado de emergência Decreto do Presidente da República n.º 31-A/2021 Diário da República n.º 59/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-25	Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.
Regime de prorrogação dos períodos de carência de capital – Fundo de Contragarantia Mútuo – Sociedades de garantia mútua Despacho n.º 3191-B/2021 - Diário da República n.º 58/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-03-24	Identifica os Protocolos abrangidos pelo regime de prorrogação dos períodos de carência de capital em empréstimos com garantia das sociedades de garantia mútua ou do Fundo de Contragarantia Mútuo.
Programa APOIAR Portaria n.º 69-A/2021 - Diário da República n.º 58/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-03-24	Altera o Regulamento do Programa APOIAR.
Regulamenta a prorrogação do estado de emergência	Retifica o Decreto n.º 4/2021, de 13 de março, da Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da

Assunto/Diploma	Descrição
Declaração de Retificação n.º 9-B/2021 - Diário da República n.º 58/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-24	República, publicado do Diário da República, 1.ª série, n.º 50-A, de 13 de março de 2021.
Medidas de apoio no âmbito da doença COVID-19 Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2021 - Diário da República n.º 58/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-24	Estabelece medidas de apoio no âmbito da pandemia da doença COVID-19.
Medidas de apoio aos trabalhadores e empresas, no âmbito da doença COVID-19 Decreto-Lei n.º 23-A/2021 - Diário da República n.º 58/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-24	Estabelece medidas de apoio aos trabalhadores e empresas, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.
Atribuição do subsídio extraordinário de risco no combate à doença COVID-19 Portaria n.º 69/2021 - Diário da República n.º 58/2021, Série I de 2021-03-24	Define os termos de atribuição do subsídio extraordinário de risco no combate à pandemia da doença COVID-19 e revoga a Portaria n.º 67-A/2021, de 17 de março.
Prorroga períodos de carência de capital – Fundo de Contragarantia Mútuo Decreto-Lei n.º 22-C/2021 - Diário da República n.º 56/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-22	Prorroga os períodos de carência de capital em empréstimos com garantia do setor público e aprova um regime especial de concessão de garantias pelo Fundo de Contragarantia Mútuo, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.
Medidas aplicáveis ao tráfego aéreo Despacho n.º 3046-B/2021 - Diário da República n.º 55/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-03-19	Define as medidas aplicáveis aos passageiros de voos com origem inicial na África do Sul que tenham feito escala ou transitado em países cujo tráfego aéreo com destino a Portugal se encontra autorizado.
Limites à comercialização de determinados produtos Despacho n.º 3046-A/2021 Diário da República n.º 55/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-03-19	Determina limites à comercialização de determinados produtos.
Programa Internacionalizar 2030 Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2021 -Diário da República n.º 55/2021, Série I de 2021-03-19	Aprova o Programa Internacionalizar 2030.
Prorrogação de prazos – Medidas excecionais e temporárias no âmbito da doença COVID-19 Decreto-Lei n.º 22-A/2021 - Diário da República n.º 53/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-03-17	Prorroga prazos e estabelece medidas excecionais e temporárias no âmbito da pandemia da doença COVID-19.
Flexibilização de obrigações fiscais – IRS – IRC – IVA Despacho do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais n.º 90/2021-XXII, de 2021-03-16	Flexibilização das obrigações previstas no artigo 98.º do Código do IRS, no artigo 94.º do Código do IRC e na alínea a) do n. º 1 do artigo 27.º do Código do IVA.
Medidas aplicáveis ao tráfego de navios de cruzeiro Despacho n.º 2807-C/2021 - Diário da República n.º 51/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-03-15	Prorroga a proibição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais.
Pontos de passagem autorizados na fronteira terrestre Despacho n.º 2807-B/2021 - Diário da República n.º 51/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-03-15	Determina os pontos de passagem autorizados na fronteira terrestre.

Assunto/Diploma	Descrição
Medidas aplicáveis ao tráfego aéreo Despacho n.º 2807-A/2021- Diário da República n.º 51/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-03-15	Define as medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal continental.
Estratégia de levantamento de medidas de confinamento Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2021 - Diário da República n.º 50-A/2021, Série I de 2021-03-13	Estabelece uma estratégia de levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID-19.
Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República Decreto n.º 4/2021 - Diário da República n.º 50-A/2021, Série I de 2021-03-13	Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República.
Renovação do estado de emergência Resolução da Assembleia da República n.º 77-B/2021 - Diário da República n.º 49/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-03-11	Autorização da renovação do estado de emergência.
Declaração do estado de emergência Decreto do Presidente da República n.º 25-A/2021 - Diário da República n.º 49/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-03-11	Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública
Bioeconomia – Comité Coordenador para as iniciativas da Bioeconomia Despacho n.º 2702-B/2021 - Diário da República n.º 48/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-03-10	Constitui o Comité Coordenador para as iniciativas da Bioeconomia.
Medidas aplicáveis ao tráfego aéreo Despacho n.º 2556-A/2021 – Diário da República nº 45/2021, 2º suplemento, Série II de 2021-03-05	Estabelece regras específicas para passageiros de voos cuja origem inicial seja o Reino Unido ou o Brasil e que apenas tenham efetuado escala ou transitado em aeroportos de países cujo tráfego aéreo com destino a Portugal continental se encontra autorizado pelo Despacho n.º 2207-A/2021, de 26 de fevereiro.
Programa APOIAR Lei n.º 10/2021- Diário da República nº45/2021, Série I de 2021-03-05	Acesso a dados por parte de entidades públicas para a confirmação de requisitos de concessão de apoios no âmbito do Programa APOIAR.
Fundos europeus – Inscrição orçamental de fundos europeus Portaria n.º 48/2021 – Diário da Repúblicanº44/2021, Série I de 2021-03-04	Estabelece os procedimentos de antecipação de fundos europeus de inscrição orçamental e de assunção de encargos plurianuais.
Apoio às microempresas do turismo Despacho Normativo n.º 8/2021 - Diário da República n.º 43/2021, Série II de 2021-03-03	Altera o despacho normativo de apoio às microempresas do turismo.
PROGRAMA «EstágiAP XXI» – Programa de Estabilização Económica e Social Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2021 – Diário da República nº 43/2021, I Série de 2021-03-02	Cria um programa extraordinário de estágios na administração direta e indireta do Estado, destinado à carreira de técnico superior.
Pontos de passagem autorizados na fronteira terrestre Declaração de Retificação n.º 151-A/2021 - Diário da República n.º 41/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-03-01	Retifica o Despacho n.º 2207-B/2021, de 26 de fevereiro (pontos de passagem autorizados na fronteira terrestre).
Medidas aplicáveis ao tráfego de navios de cruzeiro	Prorroga a proibição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais.

Assunto/Diploma	Descrição
Despacho n.º 2300-A/2021 - Diário da República n.º 41/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-03-01	
Estado de emergência decretado pelo Presidente da República Decreto n.º 3-F/2021 - Diário da República n.º 40/2021, 3º Suplemento, Série I de 2021-02-26	Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República.
Pontos de passagem autorizados na fronteira terrestre Despacho n.º 2207-B/2021 - Diário da República n.º 40/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-02-26	Determina os pontos de passagem autorizados na fronteira terrestre.
Medidas aplicáveis ao tráfego aéreo Despacho n.º 2207-A/2021 - Diário da República n.º 40/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-02-26	Define as medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal continental.

Outras Medidas

Assunto / Diploma	Sumário
Procedimentos da entrega do ficheiro SAF-T(PT) Resolução da Assembleia da República n.º 100/2021 - Diário da República n.º 63/2021, Série I de 2021-03-31	Recomenda ao Governo que altere os procedimentos da entrega do ficheiro SAF-T(PT).
Comissão técnica de sistema de incentivos Despacho n.º 3394/2021 - Diário da República n.º 62/2021, Série II de 2021-03-30	Altera o Despacho n.º 9921/2019, de 31 de outubro, que designa os elementos que integram a comissão técnica de sistema de incentivos
Reprogramação dos encargos do Sistema de Mobilidade do Mondego Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2021 - Diário da República n.º 60/2021, Série I de 2021-03-26	Autoriza a reprogramação dos encargos plurianuais do Sistema de Mobilidade do Mondego.
Lei do Orçamento do Estado para 2021– Grupo de trabalho para concretização e acompanhamento do OE 2021 Despacho n.º 3191-A/2021 - Diário da República n.º 58/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-03-24	Determina-se a constituição de um grupo de trabalho com vista à concretização e acompanhamento das determinações constantes nas normas da Lei do Orçamento do Estado para 2021.
Percentagens do mecanismo de correção cambial Portaria n.º 68/2021 - Diário da República n.º 58/2021, Série I de 2021-03-24	Aprova as percentagens do mecanismo de correção cambial criado pelo Decreto-Lei n.º 35-B/2016, de 30 de junho, para o segundo semestre de 2020.
Declaração mensal global par Obrigação declarativa do n.º 11 do artigo 28.º do Código do IVA Portaria n.º 58/2021 - Diário da República n.º 52/2021, Série I de 2021-03-16	Aprova o modelo de declaração mensal global destinado ao cumprimento da obrigação declarativa prevista no n.º 11 do artigo 28.º do Código do IVA.
Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública	Aprova a orgânica do Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública.

Assunto / Diploma	Sumário
Decreto-Lei n.º 21/2021 - Diário da República n.º 51/2021, Série I de 2021-03-15	
Instituto Nacional de Administração, I. P. (INA, I. P.) Decreto-Lei n.º 19/2021- Diário da República n.º 51/2021, Série I de 2021-03-15	Altera o modelo de ensino e formação na Administração Pública, cria o Instituto Nacional de Administração, I. P. (INA, I. P.), e extingue a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas.
Calendário fiscal 2020/2021– Faturas em PDF e DMR Despacho do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais n.º 72/2021-XXII, de 2021-03-10	Calendário fiscal 2020/2021: Ajustamento – Faturas em PDF e DMR.
Entidade Reguladora para a Comunicação Social Resolução da Assembleia da República n.º 76/2021- Diário da República n.º 48/2021, Série I de 2021-03-10	Recomenda ao Governo a transferência imediata, pelo Ministério das Finanças, de receitas próprias da Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
Proposta de diretiva – Mecanismos de combate eficaz ao branqueamento de capitais e aos fenómenos de fraude, evasão e elisão fiscal Resolução da Assembleia da República n.º 74/2021- Diário da República n.º 48/2021, Série I de 2021-03-10	Recomenda ao Governo que, no âmbito da Presidência do Conselho da União Europeia, promova a reflexão sobre a adoção de mecanismos de combate eficaz ao branqueamento de capitais e aos fenómenos de fraude, evasão e elisão fiscal e assegure a conclusão do processo legislativo da proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2013/34/EU, de 26 de junho de 2013.
Tratado da Carta de Energia Resolução da Assembleia da República n.º 73/2021 - Diário da República n.º 48/2021, Série I de 2021-03-10	Recomenda ao Governo a reformulação profunda do Tratado da Carta de Energia.
Pensão de velhice do regime geral de segurança social em 2022 Portaria n.º 53/2021 – Diário da República nº48/2021, Série I de 2021-03-10	Estabelece a idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de segurança social em 2022.
Convenção coletiva de trabalho – Sobrevigência e caducidade de convenção coletiva de trabalho Lei n.º 11/2021 - Diário da República n.º 47/2021, Série I de 2021-03-09	Suspensão excecional de prazos associados à sobrevigência e caducidade de convenção coletiva de trabalho.
Declaração automática de rendimentos Decreto Regulamentar n.º 1/2021 – Diário da República nº46/2021Série I de 2021-03-08	Procede à fixação do universo dos contribuintes abrangidos pela declaração automática de rendimentos.
Indemnização compensatória Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2021 – Diário da República nº46/2021, Série I de 2021-03-08	Atribui uma indemnização compensatória à Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S. A., e à Parque Escolar, E. P. E.
Contrato fiscal de investimento Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2021 – Diário da República nº46/2021, Série I de 2021-03-08	Aprova a minuta do contrato fiscal de investimento a celebrar entre o Estado Português e a sociedade comercial DS Smith Paper Viana, S. A.

Lista de Acrónimos

Sigla	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal
ADSE, I.P.	Instituto de Proteção e Assistência na Doença – Instituto Público de Gestão Participada
AL	Administração Local
AR	Administração Regional
BCE	Banco Central Europeu
BdP	Banco de Portugal
BEA	*Bureau of Economic Analysis*
BLS	*Bureau of Labour Statistic*
BT	Bilhetes do Tesouro
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto
CE	Comissão Europeia
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
COGJ	*Cabinet Office Government of Japan*
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia
DGO	Direção-geral do Orçamento
DGTF	Direção-geral do Tesouro e Finanças
EUROSTAT	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSEE	*Institut National de la Statistique et des Études Économiques*
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISM	*Institute for Supply Management*
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos
ISV	Imposto sobre Veículos
IUC	Imposto Único de Circulação
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Orçamento do Estado

Sigla	Descrição
OT	Obrigações do Tesouro
PIB	Produto Interno Bruto
SDDS	*Special Data Dissemination Standard*
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SS	Segurança Social
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto
Yahoo	*Finance Yahoo*

Siglas	Unidades
%	Percentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.
: representa valor não disponível.
- não se aplica.